

cadernos do

terceiro mundo

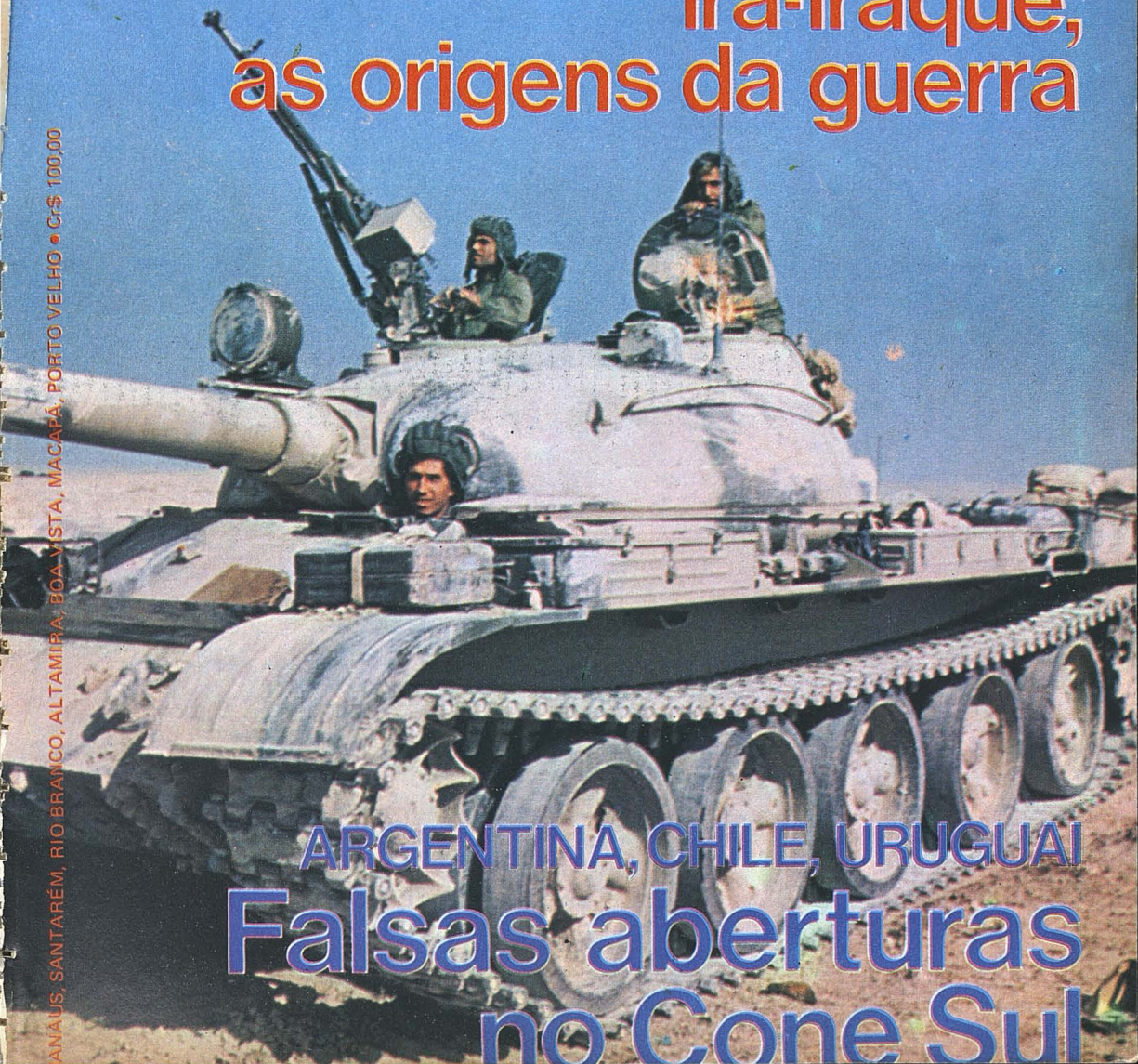
Paulo Freire
na África e no mundo

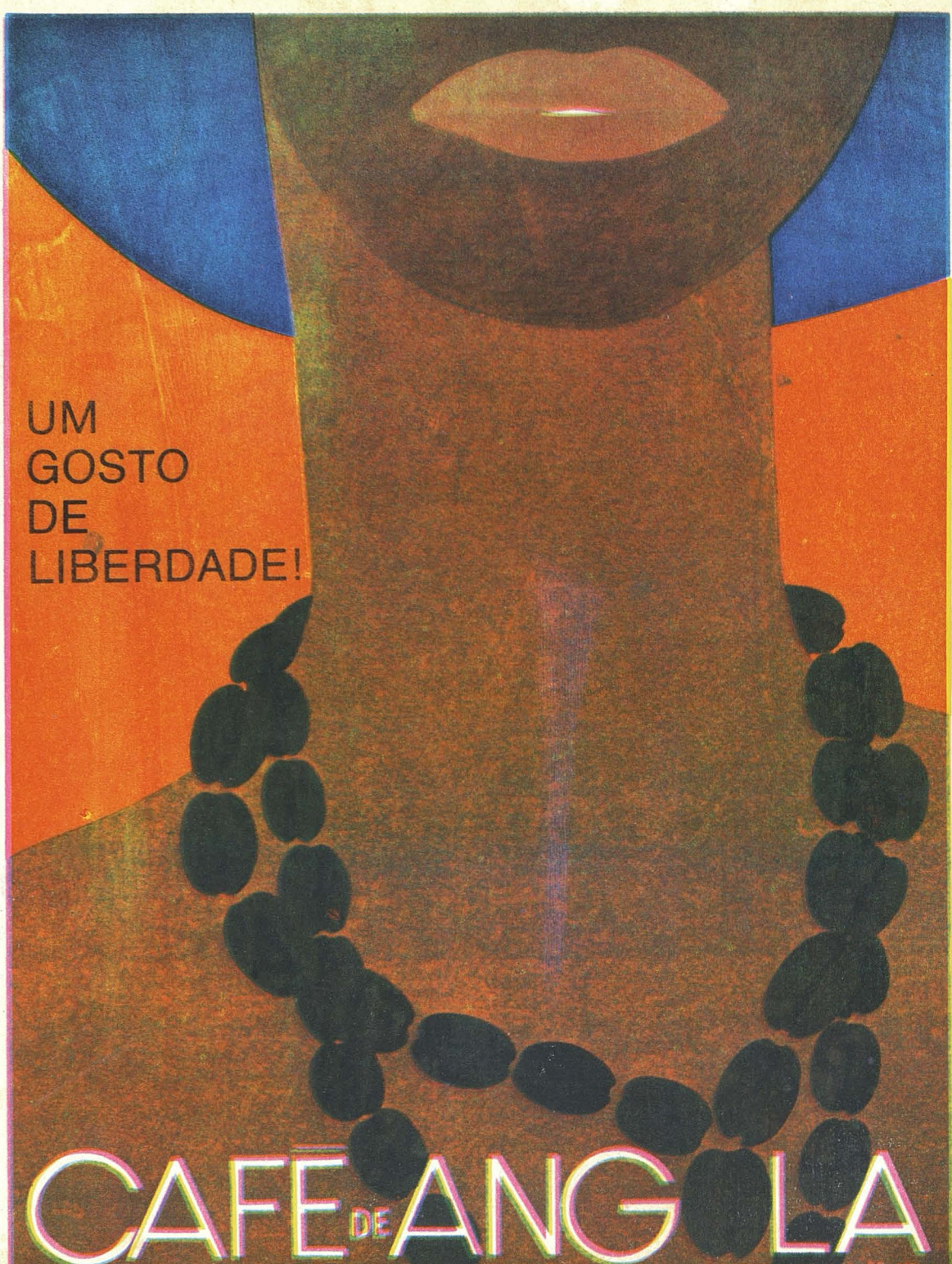
Out./Novembro • 1980 • Esc. 60\$00/ Kz 60\$00 • MT 60\$00 • PG 60\$00 • CV 60\$00 /Gr\$ 80,00 • Ano III nº 28

irã-iraque, as origens da guerra

ANAUS, SANTARÉM, RIO BRANCO, ALTAMIRA, BOA VISTA, MACAPÁ, PORTO VELHO • Cr\$ 100,00

ARGENTINA, CHILE, URUGUAI
Falsas aberturas
no Cone Sul



A stylized, abstract portrait of a woman. The face is a dark, textured oval shape with a large, realistic-looking mouth. The neck and shoulders are a similar dark texture. A thick, dark necklace made of large, oval beads hangs around the neck. The background is split into three main color areas: a large orange area on the left and right, and a blue area at the top. The overall style is graphic and modern.

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 242 242 242 CP 242
Telex: N. CAFÉ LUANDA

Do Cone Sul à fronteira Irã-Iraque

Quando estourou a guerra Irã-Iraque, já tínhamos decidido a nossa principal matéria para esta edição: as falsas aberturas do Cone Sul. Chegamos a definir o layout da capa em torno de uma foto de Pinochet votando durante o plebiscito no Chile, uma ironia para quem pretende ficar no poder até quase o ano dois mil. O material que chegava à redação enviado pelos nossos correspondentes no Chile, Uruguai e Argentina eram de excelente qualidade pelas informações e análises que continham, o que nos deixava mais uma vez entusiasmados com o trabalho independente e alternativo que a equipe de cadernos vem realizando.

Mas a triste notícia do início do conflito entre Irã e Iraque mudou nossos planos que, aliás, são planos sempre provisórios, tendo em vista a situação de instabilidade mundial, com tensões que se agravam com o aprofundamento da crise do capitalismo. A guerra mobilizou o nosso trabalho editorial e Neiva Moreira se incumbiu de analisar as origens do conflito, a partir de suas experiências sobre as disputas na região — há pouco mais de dois meses esteve durante vários dias viajando pelo Oriente Médio, visitando, inclusive, Bagdá durante a comemoração do aniversário da revolução iraquiana. Foram úteis, também, os longos telefonemas e telex de alguns dos nossos colaboradores que cobrem normalmente a área, informando sobre a seqüência da guerra. O resultado foi o predomínio, na capa, da disputa Irã-Iraque e mais dez páginas destinadas a uma análise detalhada do assunto, que poderá ser ainda matéria para o próximo número.

No entanto, a cobertura que ocupa a maior parte desta edição é dedicada à América Latina. Além do Cone Sul, vimos também a quantas andam as explosivas repúblicas centro-americanas — Honduras e, principalmente, Guatemala —, onde a luta revolucionária vem crescendo e preocupando seriamente os Estados Unidos.

Uma longa entrevista com Paulo Freire, educador internacional; um balanço, seis meses depois da revolução dos sargentos na Libéria; uma avaliação dos cinco anos de revolução em Angola; e as principais mudanças na orientação da economia chinesa são também destaques na nossa pauta do número 28.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

N.º 28 Edições em português

▲ **BRASIL**
Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Cx. Postal 60.086

Arte
David Gomes Araújo (Editor)
Maria Nakano

Revisão
José Gondim

Publicidade
Jesus Antunes

Circulação
Mauro Fernandes de Souza

Documentação e Arquivo
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Lapa, 180
(sobreloja "A") Tel. 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
Protocolo n.º 008915
Composição: SERTHEL Editora Ltda.
Rua da Lapa, 180 — 506/507
Impressão: Brasgraf Ltd.
PREÇO DO EXEMPLAR: Cr\$ 80,00
Assinatura anual: Cr\$ 900,00

▲ **ANGOLA • CABO VERDE •
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE**

Editor
A. L. Campos

Administração
Ernesto Pádua

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/1.º
telefone 32 06 50 — Lisboa • 1200

Representações

Angola
Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

Edições em espanhol N.º 41

Editor
Roberto Remo

▲ **MÉXICO • AMÉRICA CENTRAL •
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE**

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF. Teléfono 689 1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572 —
México, 20. DF.

▲ **BOLÍVIA • CHILE • COLOMBIA •
ECUADOR • PERU e VENEZUELA**

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

Edição em inglês N.º 7

▲ **ESTADOS UNIDOS • CANADÁ •
EUROPA • PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Celdric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das
seguintes agências: ANGOP (Angola),

AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter
Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFI
(Palestina), e do pool de agências dos Países Não
Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com
as revistas Nueva (Ecuador), Novembro
(Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal
Daily News, de Dar-Es-Salaam
(Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argen-
tina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize
— Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Ca-
nadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia —
Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador —
Ecuador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia —
Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-
Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia
— Indonésia — Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica
— Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambi-
que — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai
— Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — Repú-
blica Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe
— Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Su-
riname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade To-
bago — Uruguai — União Soviética — Venezuela —
Vietnam — Zâmbia — Zimbábue.

*Publicações destinadas a in-
formações e análise das realida-
des, aspirações e lutas dos paí-
ses emergentes, e a consolidar
uma Nova Ordem Informativa
Internacional.*

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livre-
ra UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. BE-
LIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-
VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288,
La Paz. BRASIL: Fernando Chingaglia Distribuido-
ra S.A., Rua Teodoro de Silva, 907 - Rio de Janei-
ro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748
Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book
Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA:
Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13,
Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE:
Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago.
ECUADOR: Ediciones sociales, Córdoba 601 y
Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones,
Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo
Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. EL
SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera
Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNI-
DOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage
Ave., Chicago, Illinois — New World Resource
Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Li-
brería Las Américas, 152 East 23rd Street, New
York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100
Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del
Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Pa-
pyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.
New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Book-
store, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA
94110 — Book Center, 518 Valencia St., San
Francisco, CA — Red and Black, 4736 University
Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D.
Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA:
Centre des Pays de Langue Espagnole et Portu-
gaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETA-
NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington
Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Con-
selho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum
Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDU-
RAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes",
Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa.
ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/
60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma
— Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spag-
nola, Via Monserrato, 35/6; Roma — Uscita, Bian-
chi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expen-
dedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No.
47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Pu-
blicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México
12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana
de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 liva-
rias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do
Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo.
NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto
Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas
No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PA-
NAMÁ: Librería Cultural Paramaña, S.A., Ave Es-
paña 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamar-
ka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal,
Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. POR-
TO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín
Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento
Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río
Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICA-
NA: Centro de Estudios de la Educación, Juan
Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIG-
NE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther
Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S.
TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e
Cultura Popular. SUECIA: Wenngrén-Williams
AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publica-
ciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte.
Brion, Caracas.

Nesta edição

4 Cartas

6 Editorial — Altos e baixos da democratização

América Latina

9 Especial — As falsas aberturas no Cone Sul

- 10 **Argentina**, Diálogo de surdos, *Alicia Hernández*
21 Terrorismo multinacional
23 **Chile**: A “abertura” de Pinochet, *Luis Maira*
30 **Uruguai**: Plebiscito: entre a repressão e a fraude, *Juán Alvarez*
34 **Brasil**: Paulo Freire, a alfabetização é um ato político,
Paulo Cannabrava Filho
40 **Honduras**: Entre as urnas e as armas, *Roberto Bardini*
44 A morte faz parte da paisagem, *Giselle Dexter,*
Terence W. Dobson
48 **Guatemala**: Uma guerra prolongada, *Roberto Remo*
51 Uma história de violência, *Carlos Cáceres*
55 O exército nativo
59 **Colômbia**: O escândalo do carvão

Energia

- 62 **Ecuador**: A batalha do petróleo, *Juan Loayza Fleitas*
66 **Olade**: Uma estratégia energética, *José Steinsleger*

Ásia

- 70 **China**: Depois de Mao, uma nova ordem econômica,
Venugopala Rao

Matéria de Capa: Irã-Iraque, as origens da guerra

- 74 **Irã-Iraque**: Uma guerra que vem de longe, *Neiva Moreira*

África

- 84 **Libéria**: A rebelião dos sargentos seis meses depois, *Gabriel Omotozo*
87 **República Centro-Africana**: O novo regime e a velha dependência, *Agustín Castagno*
91 **Angola**: Cinco anos de poder popular, *Luis Rodrigues*
96 **Panorama Tricontinental**

Ciência e Tecnologia

- 100 **Uso e abuso do espaço**, *Cedric Belfrage*

Cultura

- 104 **Cinema**: Um encontro do Terceiro Mundo, *Raquel Gerber*



LETTERS CARTAS

Li a revista e a minha primeira impressão é de que contém mais informações do que a maioria das publicações de esquerda. Pessoalmente, estou cansada de retórica, e a esquerda norte-americana está cheia disso. *Carol Engle, Auburn, Estados Unidos da América.*

Gostaria de trocar correspondência com leitores dessa revista, qualquer que seja a sua nacionalidade, com o objetivo de trocarmos idéias sobre a realidade dos nossos países e também para a troca de selos, postais e livros. *Luis F. Boavida, Rua Simões da Silva, 12-1º E, Maputo, Moçambique.*

Estou de acordo com a apresentação da revista e com a sua política editorial. O sonho que vivemos finalmente se torna realidade. Nosso dever agora é fazer da revista uma voz autêntica e poderosa para os milhões de pessoas que estão lutando por uma Nova Ordem Econômica Internacional e uma Nova Ordem Informativa Internacional. *Prof. Tran Van Dinh, Temple University, Estados Unidos da América.*

Gostaria de vos dizer o quanto estou satisfeito com os **cadernos** e fica o meu desejo que nunca vos falte tinta na caneta. *José A. Santos, Lagos, Portugal.*

Estou conseguindo que, através de amigos no exterior, chegue às minhas mãos essa preciosa revista. A nossa luta aqui terá que ser longa e será muito difícil, e temos necessidade de saber aquilo que realmente acontece no Mundo. *Juan António, Santiago do Chile.*

Desejaria, na qualidade de jovem, me corresponder com outros jovens de expressão portuguesa para troca de experiência juvenil. *Jeanny W. Caetano Sobrinho, Caixa Postal 567, Luanda, Angola.*

Excelente o artigo de Pablo Piacentini sobre a segunda guerra fria. (..) A nota sobre o Afeganistão foi o primeiro que li depois da "invasão" que me permitiu entender algo do que ali está se passando. *Pamela Springley, Baton Rouge, Estados Unidos da América.*

Sou jovem angolano, de 18 anos de idade, e desejo corresponder-me com jovens para a troca de postais e amizade. *Daniel Mavingo, Caixa Postal 567, Luanda, Angola.*

Envio daqui uma saudação à equipe dos **cadernos do terceiro mundo** pelo lançamento de sua edição no Brasil. *J. Mariátegui, Riviera, Costa do Marfim.*

Lemos com especial atenção a reportagem feita com Chico Mário de Souza, e achamos muito necessário estabelecer contato com ele, já que a sua empresa de discos, apresentada como alternativa cultural, tem muitos pontos comuns com a nossa pequena companhia. *R. García, Santiago do Chile.*

Em primeiro lugar, quero agradecer às equipes responsáveis pela realização da revista. O que me torna um leitor assíduo dos **cadernos** é justamente a posição pioneira que a revista assume. Não conheço outra revista que, com tal conteúdo informativo, tenha circulação semelhante. Contudo, infelizmente, existem irregularidades em sua distribuição em bancas de jornais. Tenho como exemplo, o fato de não ter encontrado a edição de setembro na mesma banca onde comprei as edições anteriores. (..) Considero também muito importante que os leitores pudessem divulgar seus nomes e endereços para troca de correspondência. *Josué Clóvis Gonçalves, Rua Baixa do Cantuá, 47, Federação, Salvador, Bahia, Brasil.*

SAU! AFRICA

ARDE

CARLOS COMITINI

Lutas
dos povos
africanos
pela Liberdade

- Formato: 14 x 21cm
- 360 páginas com dezenas de fotos, diagramas, gráficos e mapas.
- Belíssima e sugestiva capa impressa em 3 cores e plastificada.
- Tipologia de fácil leitura

Um completo levantamento jornalístico de Carlos Comitini. Leitura indispensável para quem deseja estar em dia com a realidade política e social da África de hoje. Mais um volume da "COLEÇÃO TERCEIRO MUNDO".

- Tudo sobre os movimentos revolucionários na África • As atrocidades do imperialismo colonialista • O Apartheid • As guerras de libertação • Os líderes populares • O poder popular nas regiões libertadas.



somente
Cr\$ 300,00.

CERTIFICADO DE RESERVA

A EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

☒ SIM, queiram enviar-me o seguinte livro :
REF. 02 ☐ AFRICA ARDE

NOME _____

ENDEREÇO _____

PROFISSÃO _____

CEP _____

CIDADE _____

EST. _____

ASSINATURA _____

Os altos e baixos da democratização

O mapa latino-americano exibe hoje retrocessos e ameaças em relação a um processo de democratização continental que havia realizado grandes progressos durante os últimos anos. Uma série de golpes militares (Bolívia/1971, Chile/1973, Uruguai/1973, Argentina/1974) cobriu de ditaduras a região. As democracias passaram a aparecer no mapa como manchões isolados. Mas em fins dos anos setenta, o desgaste de um modelo político asfixiante para as maiorias e o conseqüente empuxo popular produziram mudanças importantes.

A ditadura do general Hugo Banzer caiu (1978) e a mobilização social abriu caminho na Bolívia. No Peru e Equador, os militares se retiraram para os quartéis e foram substituídos por governos constitucionais. No Brasil, entrou em crise o chamado "milagre econômico" que havia sido promovido pelo regime militar insta-

lado em 1964. O governo atual promoveu a "abertura democrática", destinada, essencialmente, a preservar a estabilidade do sistema. Trata-se de uma abertura que só será historicamente válida se as forças populares tiverem êxito na sua luta para alargarem a brecha e obterem garantias de uma efetiva saída constitucional democrática.

O fato mais relevante deste período foi a vitória da revolução nicaraguense. Em primeiro lugar, porque significou a derrota definitiva da tirania da família Somoza e de seu exército. Em segundo lugar, porque tratou-se de uma real tomada do poder por parte do povo e de sua vanguarda sandinista, incluindo o estabelecimento de milícias populares na qualidade de força armada nacional. Iniciou-se, portanto, na Nicarágua, em 1979, uma autêntica revolução, cuja influência renovadora se fará sentir vigorosa-

mente durante os anos vindouros em toda a América Latina.

Precisamente por ser o fato de maior projeção que se verificou no continente depois da revolução cubana, a vitória sandinista estava destinada a produzir, junto com os avanços no processo de democratização, uma modificação de forças em escala regional, adversa ao complexo sistema de interesses oligárquicos internos e à hegemonia do sistema controlado pelos Estados Unidos.

Frente a tal desafio, essas estruturas reagiram utilizando os poderosos instrumentos de que dispunham. Mas precisamente por ser um complexo e pelas diferenciações dos interesses envolvidos, deram-se, basicamente, duas estratégias. Uma consiste em acentuar a linha dura e propiciar regimes ditatoriais repressivos como a fórmula para impedir novas Nicaráguas. Aqueles que postulam tal linha acusaram o presidente norte-americano James Carter de ter-se articulado com debilidade na Nicarágua e, portanto, de haver facilitado o triunfo de um inimigo natural dos Estados Unidos.

Na superpotência, esses setores se sentem representados pela candidatura presidencial do republicano Ronald Regan, assim como, no campo latino-americano, os núcleos econômicos e sociais mais conservadores compartilham dessa mesma posição. A linha branda, por sua vez, aposta suas cartas numa democratização controlada. Esta servirá para prevenir outras Nicaráguas mediante os mecanismos da democracia liberal, o que evitaria uma polarização extrema como a verificada naquele país antes da derrubada de Somoza. Mas os responsáveis em suceder os regimes autoritários devem garantir que, no fundamental, os interesses internos e internacionais do Sistema não sejam afetados.

O debate entre ambas as linhas não obsta a possibilidade de que cada qual a aplique em seu âmbito. Assim, por exemplo, enquanto Carter descarregava sanções contra o regime de Pinochet, este recebia grandes empréstimos e investimentos dos consórcios norte-americanos. O fraudulento referendo realizado no Chile no dia 11 de setembro passado é um exemplo de como o regime pôde contrabalançar as pressões do Departamento de Estado, pois, ao mesmo tempo, o decisivo poder empresarial respaldava esta ditadura inspirada no modelo econômico da Escola de Chicago.

A linha branda propiciada por Washington foi posta à prova em El Salvador. Ali, depois de uma longa resistência contra a sucessão de governos militares, um grupo de jovens oficiais depôs o general-presidente Cesar Humberto Romero (outubro de 1979). Os novos dirigentes das Forças Armadas convidaram os grupos, até então na oposição, a integrar uma Junta cívico-militar de governo. Aparentemente iniciava-se, no pequeno país centro-americano, o caminho para a democratização, o que devia propagar-se à Guatemala e Honduras.

Durou pouco o consenso democrático em torno da Junta. Os elementos militares duros prosseguiram numa repressão sangrenta, o que produziu a divisão das organizações democráticas. As mais progressistas regressaram à oposição e se englobaram, junto com a totalidade das organizações guerrilheiras, na Frente Democrática Revolucionária (FDR). Na Junta, permaneceram a democracia-cristã (da qual previamente tinham-se separado os setores avançados que atuam agora dentro da FDR) e as Forças Armadas, contando com o respaldo explícito da administração Carter. Mas o estreito espaço

social que ocupa a Junta contrasta com a ampla representatividade de seus antagonistas. Isto, assim como a intensa repressão desenvolvida pelos militares contra a crescente revolta popular, questiona profundamente a viabilidade do sucesso dessa fórmula.

Outro contragolpe dos duros teve êxito em julho deste ano na Bolívia. Através de um pronunciamento cruel, o general Luis Garcia Meza impediu a ascensão ao governo da progressista União Democrática Popular (UDP), que havia conquistado a presidência para seu candidato Hernán Siles Zuazo.

Pouco depois, a Guatemala sofreu um revés na intenção de repetir a variante salvadorenha. Em meados de agosto, renunciou ao seu cargo o vice-presidente Villagran Kramer, jurista moderado que, dentro do governo do general-presidente Romeo Lucas Garcia, era partidário de uma saída democratizante e que contava com o beneplácito manifesto do Departamento de Estado norte-americano. (Ver matéria nesta edição)

Esta relativa facilidade da linha dura para se omitir às pressões de Washington também se explica em parte pela incógnita da campanha presidencial: os duros confiam na vitória de Reagan, sabendo que terão um bom interlocutor sentado na Casa Branca.

Tais mudanças vêm dando lugar a uma forte tensão regional. A guinada da Bolívia para a extrema direita implantou uma sólida frente ditatorial na área meridional da América, integrando Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Esse bloco buscaria assegurar a mútua sustentação entre seus membros e também operar como contrapeso dos governos constitucionais e, em particular, do Pacto Andino, que vem cumprin-

do um papel relevante no processo de democratização.

Na área crítica da América Central e no Caribe, moderados e duros competem e se preparam para novas investidas. Ali, o processo de democratização seria irrefreável se fosse concretizada uma unidade de ação entre as maiores potências regionais (México e Venezuela) e as forças democráticas dos diferentes países. Mas, no entanto, apesar do México ter oferecido uma cooperação franca e sem contrapartidas aos combatentes sandinistas e a seus aliados, o governo democrata-cristão da Venezuela tratou de condicionar a sua ajuda a um comportamento nicaraguense que estivesse de acordo com a sua própria política. Além disso, o apoio constante de Caracas à Junta salvadorenha, ao mesmo tempo que é um suporte para a sua estabilidade, é também um fator de desagregação das forças democráticas da área. A maior parte dessas forças democráticas apóia a resistência e propicia o exercício de pressões que conduzam a uma democracia efetiva em El Salvador. O que ali acontece reflete as contradições do conjunto latino-americano. Os setores moderados e centristas do movimento democrata-cristão, que têm influentes posições em diversos países, estão trabalhando como aliados de Carter para o projeto de democratização controlada. Mas não haverá jamais consenso entre as organizações democráticas e progressistas da América Latina para uma união em torno de um plano hegemônico sobre o continente. Enquanto isso acontece e não estão alinhadas todas as forças democráticas numa postura de exigir um processo autônomo e sem condicionamentos, ocorrerão altos e baixos e contrastes. E esse processo não se dará com a rapidez desejada e caminhará exposto a riscos desnecessários. □



CONE SUL

Cartas marcadas

Há um ditado que diz: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Aparentemente não há saída, mas resta, pelo menos, uma opção: enfrentar o bicho.

Essa realidade pode ser transportada para alguns países da América Latina, onde os regimes militares procuram dar um caráter democrático às suas decisões políticas. São as "aberturas" controladas. Vamos nos restringir ao Cone Sul do continente, analisando os

plebiscitos uruguaio e chileno, e a sucessão argentina. Nesses três países, algo está mudando: não a filosofia do regime, a concentração do poder, mas sim a aparência, uma roupa nova — opreme-se sob a bandeira da legalidade, da ordem, do respeito, de uma democracia "sem abusos". A oposição, no entanto, soube aproveitar as brechas abertas no jogo do poder, passando por elas um tanto espremida ainda, é verdade. Mas,

na realidade, representam um avanço importante na luta contra os regimes militares.

A oposição se une, apesar das divergências, e se prepara para enfrentar o bicho. Os militares ameaçam, intimidam, usam a fraude como recurso para demonstração de sustentação política do regime, destroem as opções verdadeiramente democratizantes. Mas até quando?



AMÉRICA LATINA ARGENTINA

Diálogo de surdos

As Forças Armadas argentinas convocam civis sem representatividade para um monólogo

Alicia Hernández



Videla

No dia 26 de março passado, consolidado seu plano econômico, as Forças Armadas argentinas iniciaram o que elas denominam de diálogo político. Esta convocação estava prevista nas bases políticas do Processo de Reorganização Nacional, iniciado em março de 1976, quando o exército, a marinha e a aeronáutica derrubaram o governo constitucional de Ma-

ria Estela Martínez, viúva de Perón.

Segundo o ministro político da Junta Militar, general Albano Harguindeguy, responsável pela pasta do Interior, a finalidade do diálogo "é conseguir coincidência e acordo com as idéias que sustentam as Forças Armadas; determinar as dissidências que existem; fazer conhecidos os pró-

prios objetivos; conhecer as opiniões válidas dos interlocutores sobre o que for tratado nas reuniões, com a finalidade de enriquecer os estudos realizados (...) os a serem realizados (...) por exemplo, numa etapa posterior, o Estatuto dos Partidos Políticos e mais adiante a própria lei eleitoral".

Nesse contexto, começou a consulta. Segundo palavras d

nencionado militar, participarão a convocação "as organizações intermediárias que tenham peso importante nos diferentes setores de interesse das respectivas jurisdições; as personalidades de elevância do pensamento científico, intelectual e político, que não tenham militância ativa nos atuais partidos; figuras representativas que, por suas características ou atividade, não estejam incluídas na classificação anterior, assim como também os políticos importantes, com militância nos atuais partidos".

Exclusões certas

Mas as restrições acompanham o lançamento da convocação. O almirante Lambruschini, chefe do exército e membro da Junta militar, afirmou, de forma quase simultânea às palavras de Harguindeguy que, dentro do diálogo, havia alguns postulados não negociáveis: "os que foram estabelecidos no ideário das Bases Políticas". Para que a idéia ficasse ainda mais clara, o Almirante acrescentou: "dentro desses postulados, estamos convencidos da fecundidade que tem a troca de opiniões, livre, honesta e responsável".

Dessa maneira, fica clara a posição do peronismo — a maior força política de oposição — de negar-se a participar de uma proposta restritiva, sem validade, inclusive antes que a Junta definisse se algum de seus membros seria convocado.

Sobre os prazos fixados pelo governo militar, assim se expressou o presidente Videla: "O processo não tem calendários, mas sim objetivos, por isso a reestruturação dos partidos políticos será iniciada numa segunda instância, depois de promulgados os instrumentos legais que a permitam". Esses conceitos, que lem-

bram em tom e conteúdo os do general Onganía ("Não temos prazos, mas sim objetivos"), presidente por vontade das Forças Armadas argentinas em 1966, valem para a futura restauração da vida política democrática, mas não para a institucionalização dos militares no poder. Essa, sim, goza de um calendário que fixa a saída de Videla para o dia 24 de março de 1981 e sua substituição por outro oficial superior, retirado do serviço ativo, cujo mandato terminará a 24 de março de 1984. (Ver quadro)

Como toda obra de inspiração castrense, a convocação ao diálogo apresenta uma aparente e formal exatidão. São exatos os objetivos, os limites e os métodos. Também são exatas as exclusões. A metodologia foi expressa dessa forma, pelo ministro do Interior. Quem dialoga é o governo das Forças Armadas. E o faz a nível nacional por intermédio de seu ministro político e, a nível provincial (estadual), através de seus governadores.

No entanto, com o correr do tempo, essa exatidão se desfaz diante da verdadeira natureza do diálogo: fazer com que a gestão militar conte com o consenso dos argentinos. Tarefa, certamente, nada fácil, dado o caráter nitidamente antipopular da Junta. Para suavizar isso e ir ganhando algum espaço, nada mais óbvio que os primeiros a serem beneficiados com o diálogo político tenham sido os setores de maior afinidade política, econômica e social com o governo.

Assim, os primeiros a desfilar pelo gabinete de Harguindeguy foram os dirigentes do conservador Partido Demócrata Progressista, representante de alguns setores da burguesia do interior do país, em especial da província de Santa Fé, beneficiários, entre

outros, do plano econômico do ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz.

Os aliados econômicos

A segunda entrevista foi realizada com cinco empresários, alguns estreitamente vinculados ao ministério da Economia. Participaram, entre outros, Eduardo Oxenford, interventor por decreto governamental da União Industrial Argentina; Juan Thibaud,



Onganía:

"não temos prazos e sim objetivos"

integrante da diretoria da Acindar — empresa siderúrgica onde Martínez de Hoz tem importantes interesses — e Jorge Aceiro, membro da diretoria da Celulose Argentina, empresa que pertence a um dos ramos da indústria (papel) que recebeu um forte respaldo do atual plano econômico.

A terceira entrevista foi com Jorge Aguado, presidente das Confederações Rurais Argentinas, entidade também favorecida pe-

lo aspecto agroexportador do plano econômico.

O empresariado voltou a transitar pelos corredores do Ministério do Interior na quarta entrevista. Essa foi a vez de cinco representantes da Câmara Argentina de Comércio. Para localizá-los no cenário político, basta mencionar que questionaram o governo (segundo afirmaram ao deixarem o gabinete de Harguindeguy) pela "persistência de nosso país em pertencer ao grupo dos não-alinhados, liderado pelo tirano de Cuba."

Cabe reforçar que os comensais convidados a participar desse monótono monólogo têm premeditadamente evitado tocar nos temas mais óbvios da ordem econômica. A produção continua estacionária em níveis equivalentes a 1974, e a inflação se mantém em

cifras de três algarismos anuais. Para que fossem obtidos esses resultados, restringiu-se o nível de salários e de vida dos trabalhadores argentinos, atomizando e subjugando o movimento operário e tentando dissolver a CGT — Confederação Geral do Trabalho.

A quinta entrevista, na realidade um banquete, reuniu o general Harguindeguy com os dirigentes dos partidos Demócrata Progressista, Socialista Democrático e União Cristã Democrática, que constituem a Mesa Tripartite.

O dirigente máximo do PSD, Américo Ghioldi, se desempenha desde há muito tempo como embaixador da Junta Militar junto ao governo de Portugal.

Ocuparam o sexto lugar na fila dessa particular convocação, dirigentes da Fufep (Força Fe-

deralista Popular), que concentram certos grupos de centro-direita do interior do país, tais como os Movimentos Populares de algumas províncias, o Partido Vanguarda Federal de Tucumán, entre outros. Estes grupos tentam explorar politicamente, levantando bandeiras federalistas, a tradição que Buenos Aires e o litoral enfrentam historicamente com as províncias mediterrâneas.

Em sétimo lugar, acudiram novamente ao chamado da Junta os dirigentes do PSD. A oitava jornada convocou os diretores dos jornais mais importantes do país: *La Nación*, *La Prensa*, *La Razón*, *Clarín* e *Crónica*, que foram chamados, em separado, ao gabinete ministerial.

Depois, Harguindeguy recebeu os reitores das universidades



A eleição de Viola

Viola: "o Figueiredo da Argentina"

nacionais; mais tarde, os dirigentes da Associação de Bancos Argentinos. Os primeiros, designados para os seus cargos pelo Poder Executivo, são figuras de confiança do governo. Contribuem para o processo, entre outras coisas, abocanhando a porcentagem do orçamento nacional que o Estado destina à cultura: uns módicos 0,4%. Os banqueiros também trouxeram sua contribuição à democracia. Ao saírem da reunião, afirmaram que tinham sugerido ao ministro a conveniência de se retornar ao esquema do voto qualificado, que exclui os analfabetos e os semi-analfabetos da opção política. Essa proposta audaciosa derrubaria uma conquista popular que data de 1912.

Mais adiante, foram convocados outros representantes polí-

ticos. Mais uma vez, veio a Fufepo. Na entrevista anterior (assistida pelo chefe de assessores do ministro da Economia), os dirigentes revelaram seu interesse pela formação "de um grande movimento integrado por quem esteja identificado com o Processo de Reorganização Nacional". Tal movimento "poderia ter como plataforma as Bases Políticas das Forças Armadas e adotar a forma de Partido político".

Essas declarações têm sua contrapartida nas palavras do general Galtieri, comandante-em-Chefe do exército e membro da Junta Militar, pronunciadas em 29 de maio, dia do exército, quando, ao referir-se ao processo político, afirmou que "uma de suas consequências desejáveis seria a formação de um movimento de opinião nacional que acompanhe o Pro-

cesso...". Obviamente, não se trata de uma coincidência casual.

Em outras palavras, é possível supor que a Fufepo se posicione, juntamente com outras agremiações — o PDP, a UCD, o PSD, o Partido Federal de Francisco Manrique — como o futuro partido político das Forças Armadas. Isso talvez explique a repetida presença desses dirigentes no gabinete e na mesa de Harguindeguy, que seria ainda mais rotineira se levados em conta os contatos que não se fizeram públicos.

Definições do episcopado

Poucos dias depois de iniciado o diálogo, o presidente Videla solicitou, numa mensagem dirigida à Conferência Episcopal Argentina, a opinião da Igreja sobre

☐ Nos primeiros dias de outubro e depois de um adiamento que levantou uma onda de rumores sobre divergências profundas nas Forças Armadas, foi anunciado oficialmente que o general Roberto Viola será o sucessor do Presidente Videla a partir de março de 1981. A eleição do futuro presidente coube exclusivamente aos militares e nada transpirou de concreto sobre os pontos de desacordo. Segundo alguns analistas, não era o nome de Viola em si que estava sendo objeto de discussão e, sim, a política a ser levada adiante a partir de 1981, particularmente no plano econômico. Martínez de Hoz, ao qual alguns chamam de "superministro", já afirmou que não continuará no cargo depois da data estipulada para a mudança de governo. Seu discípulo e braço direito no minis-

tério, Walter Klein, poderia ser nomeado para substituí-lo, mas é justamente esta uma das incógnitas a respeito da política que Viola implementará. Em círculos próximos ao poder especula-se que o novo presidente procurará introduzir algumas modificações no modelo de Martínez de Hoz, tendo em conta os interesses da burguesia industrial.

Mas, onde as expectativas são maiores é, sem dúvida, no campo político. Viola já é apresentado na imprensa internacional como o "Figueiredo da Argentina", enfatizando que as suas posições favoráveis à abertura e sua defesa da democratização moderada do país criaram inimizades nos setores "duros" das Forças Armadas que haviam ficado explícitas nas discussões em torno da sucessão presidencial.

Sabe-se que Viola mantém um diálogo relativamente bom com alguns dirigentes sindicais e com muitos líderes de partidos de centro-direita, sobre os quais pretenderia apoiar-se durante a sua gestão presidencial. Também se sabe que ele é um inimigo declarado de todas as forças de esquerda e que compartilha de critérios "duros" com relação ao combate aos grupos guerrilheiros, buscando a sua desarticulação total. Na conferência de altos oficiais dos exércitos latino-americanos, realizada no começo deste ano em Bogotá, Viola propôs uma luta comum contra as guerrilhas e a extrema esquerda, a criação de Estados Maiores Conjuntos e unidades mistas de comandos e táticas comuns, como marco da cooperação militar no Cone Sul, já conhecida como "doutrina Viola".

o "passo transcendental com o qual" — disse Videla — "começamos a transformar nossa realidade".

Cabe aqui perguntar o porquê dessa singular e única consulta pública, prévia de uma eventual convocação. Em primeiro lugar, o governo professou, de fato, um declamado catolicismo. A maioria dos discursos e documentos terminam com uma invocação nesse sentido. Os valores ocidentais cristãos justificaram uma

enorme lista de feitos muito pouco evangélicos, mas essa oratória católica da Junta serviu-lhe para ganhar uma certa confiança de alguns setores eclesiais internos e externos. Por outro lado, o peso da Igreja na estrutura social argentina foi notório. Sua ação ou omissão contribui para definir as conjunturas políticas.

O documento de resposta do Episcopado Argentino (Ver Quadro) é falho por certas omissões ou afirmações não casuais sujei-

tas à imprecisão, mas é muito claro quando afirma a necessidade de se conseguir a plena participação dos distintos setores da vida política.

Vale lembrar outro documento difundido em agosto de 1979 pelo episcopado argentino. Nessa ocasião, pronunciou-se sobre o regime legal das associações sindicais e sustentou pontos de vista opostos aos do governo. Foi quando o Estado achava-se preso à consideração da lei das "Asso-

Nobel da Paz: uma advertência para a Argentina



Esquivel: "uma absoluta surpresa" para os militares

□ "Na Argentina não se respeitam os direitos humanos".

A frase pertence ao novo prêmio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, Secretário da Comissão de Justiça e Paz no seu país e principal coordenador do Movimento Argentino pela Não Violência.

Esquivel tornou-se internacionalmente conhecido há três anos, quando a irlandesa Mairead Corrigan (Prêmio Nobel da Paz em 1976) visitou a Argentina e conheceu o seu trabalho, impressionando-se com sua coragem ao cobrar do governo, insistentemente, informações sobre o paradeiro dos presos desaparecidos.

A história de Esquivel começa em 26 de novembro de 1931, data do seu nascimento. Formou-se em Direito, interessou-se pelo desenho, pela estética, pela História da Arte e acabou ingressando na Faculdade de Arquitetura. Formado, dividiu-se entre o

trabalho como arquiteto e o de escultor. Sensível à situação mundial dos direitos humanos, acreditava, desde jovem, num ecumenismo não apenas religioso, mas também político. Impressionava-o uma Argentina marcada pela falta de liberdade, pela pobreza, pelo autoritarismo.

Sua atividade em relação aos direitos humanos começa a se destacar em 1971, quando organiza, no seu país, grupos ghandianos — Mahatma Ghandi é um de seus líderes espirituais — que protestam contra a violência que imperava na Argentina. Em 1973 liga-se à Comissão de Justiça e Paz, vinculada a organismos semelhantes da Europa, Estados Unidos e países latino-americanos. Faz parte de movimentos de solidariedade aos povos paraguaio, equatoriano e brasileiro. Foi preso em 1976, ficando, depois de solto, sob vigilância por quase oito meses. Preso novamente em 1977, por motivos que nunca foram esclarecidos, só conseguiu a liberdade após 14 meses de cárcere.

ações Profissionais", que regularia — limitando — as atividades sindicais (atualmente proibidas, assim como o direito de greve está suspenso), transformando os sindicatos em organizações asexpéticas, sem poder político direto ou indireto, com limitações em seu alcance econômico e sem organização nacional.

Já que a maior parte da hierarquia eclesiástica argentina se caracteriza por sua prudência moderada diante do Estado, não

parece previsível uma colisão que chegue a criar atritos como os dos episcopados, por exemplo, do Chile ou do Brasil diante de seus próprios regimes militares. Mas, além das altas esferas eclesiásticas, numerosas vozes da Igreja argentina se levantaram em diferentes oportunidades, condenando, criticando ou, pelo menos, opinando sobre o governo militar. Muitas foram cruelmente caladas. Outras, anônimas ou públicas, permanecem inalteráveis. E,

além disso, está o silêncio cúmplice, que originou muitas interrogações, depois da Celam de Puebla, onde a tácita aprovação dos delegados argentinos ao atual regime militar parecia validar a freqüente omissão de um dever estabelecido pelo Concílio Vaticano II, assim como no de Medellín: assumir plenamente a defesa da vida e da dignidade humanas.

No entanto, mesmo com suas cautelas, a Igreja também tem

mere, depois de muita pressão da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano.

Seus contatos com os órgãos de repressão não se restringiram à Argentina. Foi detido também no Brasil, onde esteve nas dependências do Doi-Codi, em São Paulo, em janeiro de 1975. D. Paulo Evaristo Arns interveio junto às autoridades brasileiras e Esquivel foi solto.

Um dos pontos principais da luta de Esquivel está ligado ao problema dos desaparecidos por motivos políticos na Argentina, que, segundo dados da sua organização, alcança o dramático número de 6 mil. Esse total, no entanto, pode ser ainda maior porque muitas famílias não apresentaram informes às organizações de direitos humanos, segundo relato do Nobel argentino. Ano passado, ele apoiou e chegou até mesmo a associar-se com o grupo das *Locas de la Plaza de Mayo*.

A organização a que está ligado Adolfo Pérez Esquivel nasceu por uma disposição dos bispos e pastores do continente de levar adiante a mensagem do Evangelho, estendendo-se depois a trabalhadores e camponeses. A origem foi o Movimento Interna-

cional de Reconciliação, atualmente um órgão consultivo da ONU, criado logo após a II Guerra Mundial. O movimento se expandiu pela América Latina e tem entre os seus seguidores os bispos brasileiros Dom Antônio Fragozo, de Cratús, e Dom José Maria Pires, de João Pessoa, e muitos outros religiosos e leigos em todo o continente. Para Esquivel, seu trabalho em defesa dos direitos humanos é inspirado nos princípios defendidos por Martin Luther King, Ghandi e Dom Hélder Câmara.

O Conselho de Assuntos Hemisféricos (organização de defesa dos direitos humanos na América Latina), Cjarnan McKeown (líder do Movimento Popular pela Paz na Irlanda do Norte), a seção de Direitos Humanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o ex-presidente argentino Hector Cámpora, a organização católica internacional *Pax Romana* e representantes de entidades de defesa dos Direitos Humanos de São Paulo foram algumas das dezenas de personalidades e entidades internacionais que manifestaram sua satisfação no acerto da escolha de Pérez Esquivel para ganhar o Nobel da Paz.

As alegrias e comemorações em torno da escolha de Esquivel não foram, evidentemente, divididas com o Governo militar argentino. Pelo contrário, foi divulgado um comunicado oficial afirmando que a ação desenvolvida por Esquivel "foi efetivamente utilizada — à margem de suas intenções — para facilitar a impunidade de membros de distintas organizações terroristas". Fontes extra-oficiais afirmaram que foi "um absoluta surpresa" para os militares, a concessão do Nobel da Paz ao arquiteto argentino, comentando, no entanto, que "dos males, o menor: pior se tivessem escolhido as *Locas de la Plaza de Mayo* (que também estavam entre os indicados ao prêmio) ou alguém que estivesse na prisão aqui".

No entanto, as justificativas do regime militar argentino não parecem preocupar muito a Esquivel. Na sua opinião, o prêmio que recebeu é "um reconhecimento do trabalho pela dignidade da pessoa humana, a dignidade latino-americana e dos povos do continente". E concluiu: "Creio que esse prêmio não pertence a apenas uma pessoa e sim a todos os povos da América Latina".

urgência, cada vez mais, de definições que sustentem aqueles pontos que ela proclama para não parecer desbancada pelo poder político e estranha à sociedade civil.

Recuperar o estado de direito

A 7 de maio, o doutor Ricardo Balbín, presidente da União Cívica Radical, reuniu-se com o ministro do Interior. O líder da segunda força eleitoral do país manifestou a necessidade de iniciar os passos para sair da emergência, "o que significa, a nosso ver, iniciar o caminho da recuperação do estado de direito". Mostrou que a organização dos partidos políticos é funda-

mental e que ela não está dirigida, de modo exclusivo, para um processo eleitoral mas, sim para uma estruturação dos instrumentos vitais da democracia.

Se bem que muitos dos menores da entrevista não foram comunicados à imprensa, compreendeu-se pela entrevista dada posteriormente pelo líder radical aos representantes dos meios de comunicação na Casa Rosada, que Balbín evitou usar um tom enérgico a respeito do governo, atitude que foi censurada por outros líderes radicais.

Por outro lado, a imprensa nacional atreveu-se a qualificar de "áspero" o encontro. Inclusive, diferentes fontes acreditam

que o doutor Balbín criticou os limites impostos pelos militares ao diálogo.

Além do que transpirou, cabe apontar profundas divergências no seio do Partido Radical. Dois dias antes da entrevista do presidente da UCR com Harguinde-guy, um grupo de ativos militantes nas fileiras do radicalismo solicitou, numa "carta aberta" a Ricardo Balbín, "que resolva abster-se de participar do diálogo até que o governo militar garanta a vigência, em nosso país, de um verdadeiro estado de direito". Mesmo assim, a mesa diretora da UCR, ao fixar sua posição diante do diálogo político, afirmou que "já em abril de 1978, homens que expressavam legitimamente o pensamento do partido disseram que não fariam o jogo dos setores que pretendem polarizar as alternativas políticas." Acrescentaram que é essencial que as consultas sejam feitas com as reconhecidas lideranças dos próprios partidos políticos; e que, enquanto for mantido o atual esquema de poder e se ratifique que os poderes nacionais e provinciais (estaduais) serão eleitos pela vontade exclusiva dos três comandantes das Forças Armadas, "só se reproduzirá um fato consumado que, ao marginalizar a participação do povo, isolará o governo e dará força à conspiração antidemocrática de interesses e grupos marginais".

Por outro lado, um dos mais importantes pronunciamentos do radicalismo face ao atual regime foi sua recente crítica à gestão econômica. A redação do documento esteve a cargo de Juan Carlos Pugliesi, Roque Carranza, Félix Elizalde, Juan Manuel Moure, Rubén Rabanal (filho) e Alfredo Concepción, vinculados ao governo do ex-presidente Arturo Illia.



O Movimento Nacional Justicialista (peronista) criticou severamente, num documento político, a situação institucional, política e econômica do país

Assim, a UCR, o segundo partido político por sua importância quantitativa, reúne em seu seio correntes muito opostas como as que formulam Raúl Alfonsín, outros dirigentes do interior do país e o próprio representante da UCR no diálogo político.

E, entre salas e ante-salas (enquanto o governo rotula de inescrupuloso aquele que acredita

que o processo se esgota nas urnas, nas eleições, nos comitês e no Parlamento e, além disso, sustenta que o regime atual mantém "vasos comunicantes", amistosos ou não, com os mais diversos setores da sociedade), os peronistas se pronunciaram a respeito do assunto.

O Movimento Nacional Justicialista (peronista) condicionou

sua participação no diálogo à normalização da atividade partidária e à libertação da ex-presidente María Estela Martínez de Perón. Contestou as condições do diálogo tanto pela seleção arbitrária dos interlocutores quanto pela natureza dos temas a debater. Reafirmou que é obrigação peremptória constitucionalizar o país, no mais breve prazo, sem ambigüidades, com a partici-

Diálogo e sociedade

□ A Conferência Episcopal Argentina, no final de sua XL Assembléia Plenária, deu a conhecer o documento intitulado "Evangelho, diálogo e sociedade", que resume a posição da Igreja frente à convocação:

"O diálogo político não deve ser entendido como um exercício circunstancial (...), mas, primeiramente, como um busca do bem comum da sociedade política".

As violações dos direitos humanos são identificadas como o principal obstáculo a esse diálogo:

"Como nos mostrou o Santo Padre (28.10.1979), a incerteza angustiante sobre os desaparecidos, a situação dos detidos sem processo, contam entre as causas profundas que impedem um maior encontro entre os argentinos, que esperam sem demora alguma solução que nós, como bis-

pos, não só aconselhamos como pedimos".

Analisando a "sociedade e a política" e a "atividade política", assim se refere: "Nesta delicada situação em que nos encontramos, devemos reconhecer falhas estruturais mas, fundamentalmente, uma desordem moral que, existindo em outros setores da vida, envolve também o da política..."

A doutrina social da Igreja é proposta como alternativa. Convida-se "os homens de boa vontade, os católicos em particular, a valerem-se dela para questionar as ideologias e ajudar a encontrar os caminhos bem como fornecer diretrizes seguras para uma ordem correta da sociedade política."

As atividades políticas e partidárias — hoje suspensas na Argentina — não são rejeitadas pelos bispos. Ao contrário: "temos deixado clara a importância da atividade política, da qual é sujeito

ativo, não apenas a autoridade como também todo o povo! Deve-se prestar muita atenção — diz o Concílio — à educação cívica e política que, hoje em dia é particularmente necessária para o povo, principalmente para a Juventude, a fim de que todos os cidadãos possam cumprir sua missão na vida da comunidade." (*Gaudium et Spes*, 75)

Entre os meios adequados para tornar eficaz essa atividade política, mencionou-se "antes de tudo, os partidos políticos. 'A política partidária — diz Puebla nº 524 — é o campo próprio dos leigos. Corresponde à sua condição leiga, constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequadas para alcançarem-se os legítimos fins'. Os partidos políticos, portanto, são opções ideológicas legítimas dos leigos, mas sempre no quadro da política como serviço ao bem comum".

pação de todos os setores políticos e sociais e sem veladas intenções continuístas.

Severa crítica do peronismo

Em 18 de junho, o justicialismo ratificou esses princípios num dos mais importantes documentos políticos dos últimos anos, onde critica severamente a situação institucional, política e econômica do país.

Depois de fazer uma resenha da atividade do governo desde sua instalação no poder em março de 1976, o documento:

— reitera que o governo da senhora Perón viu-se hostilizado pelos “grupos econômicos cuja influência sobre a marcha do governo militar sugere, hoje, a realidade de interesses poderosos, os quais transcendem, inclusive, a esfera das Forças Armadas”;

— assinala que se as Forças Armadas retêm o governo, “longe de indicar uma plenitude de poder, revela não só incapacidade para as soluções revolucionárias como também impotência para produzir o sucessor;

— sublinha que a política exterior argentina “nunca esteve tão confusa, tão incerta na defesa da integridade territorial”;

— realiza um exame crítico onde julga a gestão econômica oficial. Esclarece que a desordem monetária e financeira “de efeitos ainda imprevisíveis e que já inflige uma imensa perda ao erário, não é senão uma consequência da desordem de base que arrasta a gestão econômica, submetida a preconceitos sobre o país e a modelos exóticos que distorcem a realidade”;

— exorta o regime governante a que convide as forças políticas nacionais a reunirem-se, a fim de elaborarem “um plano de emergência”.

Finalmente, reclama a liberdade de Isabel Perón e de todos os presos políticos. Assinam o documento, publicado pela imprensa argentina, o comando máximo do partido e mais de cinquenta membros da direção.

Esse é, no momento, o magro consenso que a Junta Militar conseguiu, depois de meses de “diálogo”. Sua posição gira em torno de três eixos fundamentais: a impossibilidade de admitir que o exército vencedor na “guerra anti-subversiva” seja julgado, a institucionalização das Forças Armadas no poder e o gradualismo eleitoral, segundo prazos e procedimentos regidos com a ajuda de um monólogo, onde eles só estão dispostos a escutar seu próprio eco na voz dos interlocutores civis que os membros da Junta elegeram: aqueles dispostos a avalizar o plano econômico de Martínez de Hoz. □



Os peronistas exigem a libertação de Isabelita para participarem do diálogo com o governo

O terrorismo

□ A ação conjunta dos regimes ditatoriais do Con Sul teve um dos seus momentos mais contundentes em 1975-1978, na Argentina, quando foram assassinados em Buenos Aires o general chileno Carlos Pratts, o parlamentar uruguaio Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz e o general boliviano Juan José Torres. Mas essas não são as únicas vítimas dessa aliança conhecida como a “internacional da repressão”.

Tomando como referência a data do primeiro atentado com essas características ocorrido no Peru, durante o governo do general Morales Bermúdez, damos a seguir uma sucinta cronologia das operações de seqüestro e assassinatos de combatentes revolucionários e militantes democratas no continente sul-americano planejados e realizados com a cumplicidade dos aparelhos repressivos dos países em que se encontravam asilados ou de passagem, e os serviços de inteligência e organismos oficiais ou policiais dos seus países de origem. (*)

Cronologia

12 de abril de 1977. Em Lima, Peru, foi seqüestrado Carlos Alberto Maguid, argentino, ex-dirigente da Juventude Peronista. Maguid vivia no Peru desde 1973 afastado de atividades políticas. Conduzido, ao que parece, aos porões do Ministério da Guerra, Maguid teria sido torturado por um grupo de oficiais argentinos devido ao seu relacionamento com o caso Graiver e a sua vinculação aos Montoneros. Depois

Internacional

de três dias de tortura, Maguid, de quem nunca mais se teve notícias, teria sido assassinado e sepultado sob um falso nome em Lima.

17 de janeiro de 1978. A polícia mexicana detém três membros de um comando do exército argentino que, por ordens diretas do comandante do segundo corpo de exército, general Fortunato Galtieri, tentavam, juntamente com outros militares argentinos que não puderam ser presos, atentar contra a vida de militantes do Movimento Peronista Montonero exilados no México. Os três membros do comando, o major Pedro Julio Seaad (nome de código, Manuel), capitão Saúl Malo (Serafín), e o agente da Polícia Federal Héctor Gertrudis (Machete) foram deportados. A manobra foi denunciada em entrevista coletiva à imprensa dada no México pelo militante montonero Júlio Valenzuela, levado da Argentina como refém para que colaborasse na operação.

5 de agosto de 1978. Rio de Janeiro. Desaparece Norberto Armando Habegger, jornalista, conhecido como dirigente da Ala Política do Movimento Peronista Montonero, ex-secretário-geral da Juventude Democrata Cristã da Argentina e ex-vice-diretor do diário Notícias. Habegger, que deveria viajar em seguida para a Europa, entrara no Brasil com passaporte em nome de Héctor Esteban Coello, por razões de segurança. O seqüestro foi denunciado no México, por sua mulher, Florinda C. de Habegger, em entrevista coletiva à imprensa.

4 de junho de 1979. Nicarágua. Em Manágua, em entrevista à

imprensa, Anastasio Somoza declara receber apoio do Chile, Argentina e Uruguai, sem dar maiores detalhes. A 3 de julho do mesmo ano, um ex-integrante da Guarda Nacional, Guillermo Mendieta, declara aos jornais que a Argentina, Estados Unidos, Israel, Brasil e Chile enviaram armas e munições a Somoza, através de El Salvador e Guatemala. No mês de agosto do mesmo ano, entre o material encontrado no bunker de Somoza, figuram documentos das compras efetuadas à Edesa, empresa das Forças Armadas argentinas, relativas ao fornecimento de caminhões militares preparados para transporte e lançamentos de foguetes de 70 milímetros, de fabricação argentina. O contrato estipula também o envio de instrutores para supervisionarem a sua utilização. Esses lança-foguetes e outros materiais bélicos de fabricação argentina encontram-se atualmente em poder da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

9 de agosto de 1979. Washington. À luz das investigações realizadas em função do assassinato do ex-ministro Orlando Letelier, o sub-comitê de Relações Exteriores do senado norte-americano emitiu informações publicadas pelo matutino Washington Post, denunciando que a morte de Letelier foi somente uma parte da chamada Operação Condor, plano patrocinado pelos serviços de espionagem da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uru-

guai. O objetivo de tal plano seria a formação de comandos encarregados da eliminação dos inimigos políticos das ditaduras de tais países que se encontram no exterior.

11 de março de 1980. Venezuela. Horacio Campiglia, membro da direção do Movimento Peronista Montonero, e Susana Pinus de Binstok desaparecem no aeroporto internacional de Caracas, onde se encontravam em trânsito para o Rio de Janeiro.

Maio de 1980. O parlamento (?) denuncia a participação de militares argentinos na (morte ?) do sacerdote Espinal, diretor do semanário Aquí. Entre os oficiais reconhecidos encontra-se o argentino Mingola.

19 de junho de 1980. Bolívia. Beatriz López e Silvia Rivera, ambas de nacionalidade boliviana, são torturadas em La Paz por oficiais argentinos. O mesmo acontece com Lázaro García, Zaresca Pantoja, Vicente Seliú Miranda e Augusto Blanca, integrantes do movimento musical cubano Nueva Trova. Os oficiais bolivianos comprometidos no interrogatório foram o atual ministro do interior, coronel Luis Arce Gómez, o general Augusto Terán, o coronel Carlos Mena e o major Hinojosa (segundo entrevistas à imprensa dadas no México por exilados bolivianos).

10, 11, 12 e 13 de julho de 1980. Nos primeiros dias de junho chega a Lima um grupo de oficiais argentinos sob o comando do co-



Os serviços de inteligência da Argentina ampliaram suas atividades para toda a A. Latina

ronel Roland Rocha. No dia 12, esse comando seqüestra Julia Inés Santos de Aceval e, posteriormente, Noemí Esther Gianotti de Molfino, Julio Cesar Ramírez e Federico Frías Alberga. Todos os seqüestrados eram cidadãos argentinos e vinculados ao Movimento Peronista Montonero. A senhora Gianotti tinha duas filhas seqüestradas e fazia parte das Mães da Praça de Maio, (as "Loucas da Praça").

No dia 11 de junho, Frías Alberga consegue escapar dos seus seqüestradores e corre pelas ruas centrais de Miraflores, bairro de Lima, perseguido por um oficial argentino que, ao alcançá-lo, feriu-o na cabeça. A polícia peruana interveio e Frías foi conduzido ao hospital de emergência San Antonio, onde foi registrada a sua entrada. Posteriormente, foi levado para o 21º Comissariado de Miraflores. Nesse local, o comissário entrega Frías ao oficial argentino por ordens vindas diretamente do Ministério do Interior peruano.

No dia 19 de junho, o Ministério do Interior do Peru emite um comunicado no qual admite que Julia Santos de Acebal, Noemí Esther Gianotti de Molfino e Julio César Ramírez foram deportados e entregues às autoridades de migração bolivianas, contrariando a sua posição oficial anterior de que desconhecia os fatos.

No dia seguinte, o governo boliviano nega oficialmente ter recebido os cidadãos argentinos, produzindo-se dessa maneira um conflito entre os dois governos. Jornalistas e a Amnesty International denunciaram que os cidadãos argentinos foram levados para a Playa Hondable, no Peru, onde teriam sido torturados e assassinados. A senhora Gianotti

de Molfino apareceria mais tarde, morta, em Madri, na Espanha, presumivelmente asfixiada, em circunstâncias que ainda estão sendo investigadas.

26 de junho de 1980. Envolvidos no assassinato de Zoraida Josefina Fernandez, venezuelana, foram presos Maria del Pilar Peñalva Escalona, Alonso Ignacio Zaballa, Eduardo de Dios Nicosia, Juan José Yañez e Ricardo Yañez González, todos argentinos. Zoraida Josefina Fernández foi assassinada durante um bacanal patrocinado pelo grupo. Depois, o seu cadáver foi esquartejado, queimando-se a sua cabeça e as suas mãos para dificultar a identificação. Após a sua prisão, Eduardo de Dios Nicosia declarou que "tinham permissão para porte de armas por serem membros do exército argentino e participarem na luta contra a subversão" (El Universal, Caracas, edição de 26 de junho de 1980). A polícia judiciária venezuelana encontrou diversas armas que pertenciam ao grupo nos escritórios da empresa Inversiones Rio de la Plata. Foi também localizado um campo de treinamento de tiro na quinta Arielba, onde foi consumado o assassinato.

8 de julho de 1980. Em Washington, o vice-presidente eleito pela Unidade Democrática e Popular, Jaime Paz, acusou a ditadura argentina de haver fomentado e financiado o golpe militar que derrubou o governo civil de Lydia Gueiler.

Primeira quinzena de agosto de 1980. Nesse período, desapareceu em Porto Alegre, Brasil, o sacerdote argentino Jorge Adur, vinculado ao Movimento Peronista Montonero, para, poucos dias depois, aparecer morto na Argentina. O fato foi denunciado pela imprensa brasileira.

19 de agosto de 1980. A União Revolucionária do Povo denunciava a existência de um tratado de assistência militar entre Honduras e Argentina, assinado em abril de 1980, que seria, na realidade, um convênio para a luta contra a subversão utilizando os métodos da junta militar argentina: grupos paramilitares, seqüestros e tortura. Após a assinatura do tratado, o vice-ministro das Relações Exteriores da Argentina, o contra-almirante Carlos Cavándoli, passa a viajar frequentemente a Tegucigalpa como elo de ligação entre a junta militar de Buenos Aires e os quatro oficiais do exército argentino — um deles de nome Correa — que assessoram os grupos paramilitares de Honduras.

2 de setembro de 1980. O ministro da Defesa do Paraguai, general de divisão Marcial Samaniego, declarou que, apesar de não se poder afirmar a existência de uma aliança para a defesa dos países do Cone Sul, "faz tempo que há um acordo tácito" e "um entendimento". "Sempre realizamos reuniões ligadas à compreensão das políticas do Cone Sul. Há uma praticidade e uma realidade que estamos pondo em prática", afirmou.

* Todas as informações desta cronologia apareceram, nas datas indicadas, nas seguintes publicações: Diário de Marka (Lima, Peru); "X" (Equis), Semanario del Pueblo Peruano; El Universal (Caracas, Venezuela); revista Interviu (México, DF); Ovaciones (México); El Día (México); Uno más Uno (México); La Nación e Clarín (Buenos Aires); Washington Post (Washington, Estados Unidos), Zero Hora (Porto Alegre, Brasil).

CHILE

A "abertura" de Pinochet

A oposição ultrapassou as restrições do estado de exceção e saiu às ruas pela primeira vez em sete anos

Luis Maira



Quando, às doze horas do dia 21 de março de 1980, o governo chileno comunicou o início da visita de Augusto Pinochet a diversos países do Pacífico, o tom das declarações refletia uma segurança que poderia ser classificada de quase arrogante. O ministro das Relações Exteriores, Hernán Cubillos, anunciou que o isolamento do Chile chegara ao fim graças à abertura para "a bacia oceânica que no século XXI verá civiliza-

ções novas e ascendentes em seus afluentes".

Deastre nas ilhas Fidji

Pinochet e os seus colaboradores não poderiam imaginar que a viagem empreendida às ilhas Fidji e Filipinas iria terminar no maior fracasso diplomático, nunca antes registrado pela diplomacia chilena: os habitantes de Fidji saíram às ruas para protestar contra o visitante e o dita-

dor filipino Ferdinando Marcos negou-se a recebê-lo.

Esse gigantesco fracasso teve repercussões que fizeram tremer a estrutura do regime estabelecido em setembro de 1973. Ao chegar a Santiago, Pinochet solicitou, publicamente, a renúncia do ministro de Relações Exteriores, considerado como um dos mais dispostos e hábeis partidários de uma abertura política. Hernán Cubillos propunha insti-

tucionalizar o regime surgido com o golpe, privilegiando claramente a abertura em detrimento da permanência do próprio Pinochet no poder.

Antigo colaborador do *El Mercurio*, o ex-ministro contava com toda uma rede de contatos entre os empresários e técnicos que acreditavam ter chegado a hora de uma mudança que melhorasse a face do governo e que projetasse, estrategicamente, o essencial do modelo econômico e dos projetos políticos executados nos últimos sete anos.

“Duros” e “brandos”

O afastamento de Cubillos desencadeou uma série de reações. Em poucas semanas, apareceram brechas entre os “duros” e os “brandos”, partidários da ditadura. As disputas tiveram dimensão pública. Os esforços na luta

pela hegemonia sobrepuseram-se a qualquer outro tipo de preocupação e foram temporariamente esquecidos os inimigos “externos” e “internos” que justificaram o acesso ao poder.

Do lado dos chamados “brandos”, ficaram quase todos os integrantes da equipe econômica que aplicou no Chile as recomendações da Escola de Chicago, as facções próximas ao *Opus Dei* e às inspirações dos setores católicos espanhóis (que têm como tribuna a revista *Qué pasa*) e os integrantes do núcleo ligado ao *El Mercurio*, considerado — e com razão — o orientador mais lúcido da direita chilena, que assume a defesa dos interesses da burguesia numa perspectiva a longo prazo.

Os “duros”, por seu lado, juntaram-se em torno do ex-general Manuel Contreras, antigo chefe

da Dina (polícia secreta de Pinochet), reestruturada em 1977 depois da evidente participação, em Washington, no assassinato de Orlando Letelier, e no desaparecimento de mais de 2.500 dirigentes políticos e sindicais de esquerda. Próximos a estes, situam-se os dirigentes da “*Patria y Libertad*”, organização fascista que desempenhou papel decisivo na campanha terrorista de preparação para o golpe de Pinochet contra o governo de Allende.

Pró e contra Pinochet

Ambos os setores entraram em uma áspera e pública polêmica através dos jornais diários e revistas permitidas pela ditadura. Para os partidários de uma rápida institucionalização, a chave do problema consistia em passar por cima dos riscos do poder



Chile, 1973, após o golpe: nada mudou, a repressão ainda é a mesma

personalizado. Eram a favor de uma atuação política restrita mas institucional, com regras de jogo claras que permitissem a consolidação dos avanços na direção de uma economia aberta e a integração do Chile nos circuitos internacionais, através de investimentos estrangeiros e dos projetos das grandes corporações multinacionais.

Para conseguir esse objetivo, consideravam indispensável contar com normas legais estáveis que pusessem fim aos excessos policiais que seriam desnecessários hoje, depois do regime instalado.

Os “duros”, em troca, ressaltavam o papel do “condutor” político nos regimes autoritários. Na Espanha e em Portugal — insistiam — o regime não foi capaz de sobreviver aos seus criadores e animadores, Francisco Franco e Oliveira Salazar. Isso também poderia ocorrer no Chile se o general Pinochet fosse afastado prematuramente do governo. As exigências nesse sentido seriam o resultado dos apetites daqueles empresários que, sem expor o seu sangue e as suas vidas nas jornadas de setembro de 1973, souberam colocar-se em funções-chaves do novo governo e agora tinham a pretensão de sacrificar o único homem que assegurava a preservação dos seus objetivos.

Aparecem os “vingadores”

Nenhum dos grupos punha em julgamento o ditador, mas o efeito político dessa disputa foi o enfraquecimento objetivo de Pinochet, que passou da manutenção de um poder absoluto a uma simples e cada vez mais perigosa posição de árbitro entre os seus nominais partidários. A confrontação entre “duros” e “brandos” chegou a um ponto intolerável, ameaçando a integridade



Vergara: assassinado por quem?

do regime autoritário. Uma enorme fraude no imposto de consumo (que envolvia, quando a ditadura proibiu o fornecimento de mais informações, uma quantia superior a 350 milhões de dólares) foi cometida por empresas nas quais o general Contreras tinha interesses diretos. Os seus adversários encarregaram-se de divulgar o fato.

Pouco tempo depois, o diretor das Escolas de Inteligência, o general Roger Vergara — um homem de confiança do novo diretor dos serviços de inteligência, o general Odlanier Mena, que tivera, por sua vez, importante papel na desarticulação das antigas equipes da Dina — foi assassinado em Santiago à saída da sua residência. A operação foi tão impecável que o general Mena e o diretor do Serviço de Investigações, general da reserva Ernesto Baeza, declararam que, pelas suas características, “não correspondia às ações executadas pelo MIR nem por nenhum outro grupo extremista de esquerda”.

A escalada da violência e a virtual perda de controle do go-



Contreras: liderando a linha dura

verno sobre as ações repressivas, chegaram ao clímax ao tornar-se conhecida a existência de um “Comando de Vingadores de Mártires”, vinculado ao antigo pessoal da Dina. Essa organização se atribuía a tarefa de castigar aqueles que se atrevessem a realizar ações contra colaboradores do aparelho repressivo chileno. A comoção tornou-se ainda maior quando a população tomou conhecimento do assassinato do jovem estudante de jornalismo Eduardo Jara, capturado e torturado pela nova organização.

Pinochet até 1997

Diante desses fatos, os assessores políticos recomendaram a Pinochet uma solução audaz e de grande impacto, antes que fosse demasiado tarde. Tratava-se de impor a unidade entre os seus próprios seguidores através de um texto constitucional que desse satisfação parcial às expectativas de ambos os setores, mas que servisse de ponto final à inquietante confrontação pública. Dessa maneira, a convocação ao plebiscito do dia 11 de setembro

passado deve ser vista, antes de tudo, como uma tentativa de Pinochet em retomar a iniciativa política e recuperar a sua capacidade de direção sobre o conjunto de seus colaboradores.

Esse objetivo é depreendido do próprio texto constitucional. Em termos gerais, os 119 artigos permanentes buscam a criação de uma democracia "autoritária e restrita" que exclui, de modo permanente do processo político chileno, os partidos de esquerda e das organizações populares, consagrando um sistema de eleições e de atuação do presidente da República e do Parlamento. O único senão é que essas normas "permanentes" entrarão em vigor, de forma total, somente em 1997. Antes dessa data, 19 artigos transitórios asseguram a permanência de Pinochet no poder e com uma autoridade quase que ilimitada.

Com essa solução, pretendeu-se convencer "duros" e "brandos" de que ambos obtiveram o que procuravam, através de uma solução sábia e prudente. Poucas horas antes de anunciar a convocação ao plebiscito, Pinochet reuniu mais de mil dos seus colaboradores, de ambas as tendências, para exigir-lhes unidade e mostrar, de maneira drástica, que as divisões e os debates tinham terminado.

Um "não" unitário

Na lógica da ditadura, ao se ver obrigado a convocar o referendo, Pinochet deveria pagar, inevitavelmente, o seu preço. O preço mais caro era interromper o chamado "recesso" político e dar alguma oportunidade de expressão a alguns setores da oposição, particularmente ao Partido Democrata Cristão que, até 1973, fora a primeira força polí-

tica do país (superado somente pela esquerda unida). Mas, em contrapartida, os conselheiros do ditador alertaram-no para o fato de que fixar, em datas muito distantes, as novas regras do jogo político, permitiria o estabelecimento de um profundo abismo entre os grupos defensores da abertura política e os setores mais moderados da Democracia Cristã, entre os quais havia sido aberto um diálogo informal, resultado de uma objetiva coincidência de interesses.

De fato, o dinamismo com que a oposição se expressou ultrapassou todos os cálculos da ditadura. Entre 10 de agosto e 10 de setembro, o Chile viveu um clima de inusitada efervescência política.

O repúdio aos projetos de consolidação do regime teve uma dimensão unitária e alcançou a sua mais forte expressão nas or-



A oposição foi às ruas denunciar a farsa do plebiscito

ganizações sociais. Mais que os partidos, foram os sindicatos, os organismos juvenis e os comitês populares e de camponeses que deram combate à ditadura, alcançando êxitos que repercutiram nas principais cidades do país, principalmente em Santiago.

Tendo como porta-voz o grupo de estudos constitucionais, conhecido como o "Comitê dos 24", as forças democráticas passaram à ofensiva, destruíram através da discussão o conteúdo da proposta da nova Constituição e tiveram enorme êxito nos seus esforços para desprestigiar internacionalmente o plebiscito.

O repúdio universal incluiu uma declaração formulada pelo Departamento de Estado norte-americano, uma declaração de condenação do Parlamento Europeu e outra dos partidos políticos latino-americanos vinculados à Internacional Socialista.

Fechar as brechas

Mas, a verdade seja dita, não era a legitimação internacional que Pinochet procurava nessa ocasião, mas sim fechar as brechas que haviam aparecido no seu governo e fortalecer o seu comando político. Dessa maneira, o balanço político trouxe vantagens para ambos os lados, e Pinochet não registrou defecções importantes entre aqueles que o apoiavam.

Um setor da direita, formado por ex-parlamentares dos antigos partidos Liberal e Conservador, entre os quais se destacam os ex-senadores Francisco Bulnes Sanfuentes e Patrício Philips, reuniu-se para deliberar se apoiavam ou não o ditador. Concordearam finalmente em fazê-lo, apesar de algumas reservas. Atitude idêntica foi registrada no interior

das Forças Armadas, que sempre demonstraram um apoio sem restrições ao ditador, embora se saiba que entre os oficiais da Marinha e da Força Aérea existam severas críticas à sua condução política. Nem mesmo a oposição ao projeto constitucional por parte do ex-comandante-em-chefe da Força Aérea e membro da Junta, o general Gustavo Leigh, teve efeito significativo nesse setor.

A astuta manobra de chamar o povo a optar entre a sua proposta e a situação que prevalecia nos dias anteriores ao golpe de Estado ("ordem ou caos"), assim como uma utilização maciça de todos os meios de comunicação social para criar um clima de temor e instabilidade entre os setores da classe média, permitiram ao governo obter uma porcentagem de apoio de grupos eleitorais que, em condições normais, teriam optado pelo repúdio ou abstenção.

Ofensiva da oposição

A oposição, por seu lado, conseguiu ultrapassar as restrições próprias do estado de exceção e saiu pela primeira vez às ruas, em sete anos. Perturbou o governo com reivindicações, que este viu-se obrigado a negar (como ocorreu com o pedido feito pela Coordenadora Nacional Sindical para fazer uma reunião pública) e a fazer concessões, contra a sua vontade, como aconteceu com a petição do Partido Democrata Cristiano para a realização de um ato público no Teatro Caopolicán. Nesse ato, o ex-presidente Eduardo Frei falou para uma multidão de 50 mil pessoas.

Durante o debate público, os representantes da oposição suplantaram os do governo e, em alguns momentos, teve-se a sensação de que, finalmente, as for-

ças da oposição tinham passado à ofensiva. Com base no trabalho do "Grupo dos 24", pôde-se articular uma proposta alternativa à de Pinochet onde, em síntese, era exigida a sua saída do governo, a criação de um governo cívico-militar por um prazo entre dois ou três anos e a convocação, através de processos democráticos, de uma Assembleia Constituinte.

A campanha para que se fizesse frente ao plebiscito constituiu-se na primeira ação pública conjunta de toda a oposição contra a ditadura; os êxitos parciais alcançados geraram uma dinâmica própria que tornará difícil no futuro, que alguém possa rejeitar novas propostas de coordenação.

Entre os êxitos da oposição, podemos também assinalar a sua capacidade para desviar o debate do texto da proposta de Pinochet para concentrá-lo nos vícios da convocação e na ilegitimidade do governo que a realizava. Isso permitiu alertar a opinião pública sobre a manipulação fraudulenta do ato de 11 de setembro e das suas conseqüências.

O plebiscito não foi o fim de um episódio político, mas sim o ponto de partida de uma nova etapa na ofensiva contra a ditadura. O fato de se ter conseguido isso representa o verdadeiro desafio para todos aqueles que se pronunciaram contra a proposta de Pinochet.

As "sete modernizações"

A atividade política provocada no Chile em torno da aprovação da Constituição de Pinochet representa mais uma etapa na complexa luta entre a democracia e a ditadura.

Pinochet conseguiu um repouso tático. Pode agora reestruturar a sua base de apoio e tentar

a superação das diferenças existentes entre os seus seguidores. A principal incerteza é se o ditador poderá, efetivamente, controlar politicamente a transição de oito anos que a Constituição prevê entre 1981 e 1988, ou se, pelo contrário, esta dará origem a uma disputa ainda mais aguda entre "brandos" e "duros".

Os dados existentes indicam a perspectiva de tal conflito. Pinochet anunciou a constituição de um movimento cívico-militar disposto a apoiá-lo. Os "brandos" se desentenderam e parecem dispostos a não participarem ativamente, enquanto que os "duros" demonstram uma grande pressa em materializar esse projeto, dando ao novo organismo um papel político dirigente dentro do que denominam a consolidação do regime militar.

Entretanto, os grupos que ontem advogavam a abertura defendem hoje, com ênfase, o aval ao modelo econômico e, em especial, o chamado programa das "sete modernizações", que resume as áreas prioritárias em que (na opinião dos economistas formados na Escola de Chicago) devem ser efetuadas transformações drásticas. Essas mudanças seriam os pré-requisitos para qualquer perspectiva política futura e deverão criar os diques de contenção que podem resistir eficazmente às marés da democratização dos próximos anos.

A primeira dessas modernizações foi o Plano Trabalhista, cujo objetivo era mudar as condições de organização da classe operária chilena e as suas margens de negociação com os setores empresariais. Neste mo-

mento, dá-se prioridade à reforma da previdência social que deve terminar de dismantlar os resíduos do velho "estado paternalista" e proceder à reestruturação da administração pública para erradicar as antigas influências políticas e consolidar uma hegemonia tecnocrática conservadora.

O dilema da oposição

Essa aparente diferença de pontos-de-vista poderia oferecer oportunidades políticas àqueles que ainda continuam pensando em uma transição gradual e pacífica da ditadura à democracia no Chile. O fato concreto é que, além das dificuldades políticas que enfrenta Augusto Pinochet, este conseguiu impor um "cronograma" que lhe garantirá possivelmente uma longa permanência no poder. Para apoiar essa empreza, ele conta, no seio do *establishment* que criou, com uma força material mais do que suficiente.

Aqui reside o dilema fundamental da oposição. Nos dias de plebiscito, a impressão foi dada de que, dentro dessa oposição, garantia-se um predomínio das posições centristas. Para isso contribuiu o destacado papel da Democracia Cristã e o reaparecimento no cenário público do ex-presidente Frei, cujos talentos e coerência criaram uma revalorização da sua imagem pública. Isso poderia levar a esquecer que os regimes de força demonstram que os ditadores não são depositos com exortações e propostas alternativas que fiquem no papel, mas somente através de intensas mobilizações sociais capazes de culminar em momentos de efetiva acumulação de força material.

Se algo foi posto às claras nesse período, é que Augusto Pino-



Frei: contra Allende em 73 e agora contra Pinochet



Leigh: restrições no projeto constitucional sem afetar a estabilidade de Pinochet

chet não está disposto a deixar pacificamente o poder. No seu sentido mais exato, o significado final do plebiscito e da nova Constituição foi uma notificação bem clara do ditador de que pensa ficar no poder até 1997, ou seja, mais dezesseis anos.

Poderá a oposição chilena, com suas profundas tradições legalistas e os seus prolongados hábitos parlamentares, encarar esse desafio no único terreno em que a sua ação pode ser eficaz? Poderá intensificar o processo de reconstrução do movimento popular e das organizações sociais que lhe permitam montar um cerco efetivo em termos de desobediência civil e resistência aos projetos de um regime que, ao ter perdido seu caráter provisório, tornou-se mais ilegítimo que antes? Poderá superar as suas limitações de condução política e vontade unitária até chegar a definir um projeto histórico novo, capaz de revalorizar a democracia num nível de participação popular e transformações sociais eficazes?

O supremo recurso da rebelião

Os primeiros indícios surgidos depois do plebiscito poderiam parecer animadores. As evidências de fraude levaram até o presidente da Democracia Cristã, Andrés Baldívar, a admitir que "Se todos os caminhos da racionalidade se fechavam, somente ficariam abertas para as novas gerações as vias da violência". Por outro lado, o raciocínio dos partidos de esquerda, expresso em uma declaração pública emitida em Santiago na segunda quinzena de setembro, é muito semelhante e mais claro e categórico ainda: "Fechados os caminhos, o povo reivindica hoje o seu direito de resistir à opressão que haverá de se expressar através dos mais variados, maciços e efetivos métodos e formas de luta, inclusive o 'supremo recurso da rebelião contra a tirania e a opressão' (Declaração Universal dos Direitos Humanos). A legitimidade de tal opção viu-se confirmada por sete anos de cons-

tantes atropelos e pela ausência de qualquer esperança de que a tirania modifique os seus objetivos e a sua prática. . . Daí que as perspectivas democráticas somente se verão realizadas na luta perseverante de todo o povo chileno para derrubar o regime injusto e opressor que o 'plebiscito' busca legitimar".

Lucidez política não falta entre os partidos da esquerda chilena que realizam essa análise (a declaração foi assinada pelos partidos Socialistas, Radical, Comunista, Mapu, Mapu Operário e Camponês e Esquerda Cristã). O que interessa agora, é que essa linha política se traduza em ações com uma efetiva vinculação tática e estratégica que permitam, dentro de pouco tempo, falar com segurança de uma "resistência chilena", isto é, de uma força política e social capaz de dar um horizonte e perspectiva de poder à vontade histórica do povo de Salvador Allende de conquistar finalmente, para si, a democracia e a liberdade. □



URUGUAI

Plebiscito: entre a repressão e a fraude

*A oposição ao projeto constitucional dos
militares une as diversas correntes democráticas*

Juan Álvarez



Se a maioria dos uruguaios se pronunciar, no próximo dia 30 de novembro, contra o projeto constitucional elaborado pelos militares, isso “seria um indício de que a população está de acordo com a situação atual”, declarou à imprensa o ministro da Marinha, o vice-almirante Hugo Márquez.

É estranha a lógica dos governantes militares. Se o seu projeto de institucionalização do poder militar for aprovado, eles ganham. Se for rechaçado, ganham também. No primeiro caso, a ditadura baseada em “atos institucionais”, continuaria, com ligeiros retoques, incorporando o substancial desses atos à Constituição. No segundo caso, tudo continuaria como até agora. E em ambos os casos, “por vontade popular”.

É a lógica dos vencedores. E como declarou o comandante-em-chefe do Exército, o general Luis Queirolo, “não se impõem condições aos ganhadores”. Os ganhadores, como é sabido, são os generais que derrotaram militarmente a guerrilha, em 1972, e usurparam todo o poder político no ano seguinte. Os perdedores, na opinião de Queirolo, não são somente “os subversivos”, mas também “os que apostaram numa justiça atemorizada pela subversão, os que acreditaram que os problemas da nossa economia seriam resolvidos percorrendo-se os centros financeiros mundiais em atitude de mendigos, e os que quiseram ver as Forças Armadas corrompidas ideologicamente, sem força moral; enfim, uma situação na qual a política partidária tivesse fácil movimentação.

Estes últimos (os políticos) são os 280 cidadãos que exerceram cargos legislativos, que foram candidatos à presidência por algum dos partidos tradicionais (o



Aparício Méndez

Nacional, ou “blanco”, e o Colorado), ou que integram a direção desses partidos e que têm atualmente os seus direitos políticos suspensos. Como os partidos de esquerda foram postos na ilegalidade, as atividades sindicais restritas a um mínimo de participação, as universidades sob intervenção e a Igreja sob censura, a aparente vida política do país restringe-se às opiniões de alguns jornalistas, às divagações dos membros do Conselho de Estado, em número de vinte e cinco e nomeados pelo presidente, e às bravatas dos vinte e oito militares que integram a Junta de Oficiais Gerais.

Um ato de fé

Para a oposição popular, clandestina, só há uma resposta: a repressão. Que esta oposição existe e cresce, é fato reconhecido pelo próprio general Queirolo, com outra declaração digna de figurar

numa antologia de disparates: “A infiltração marxista é como os que acreditam em Deus, mas não o vêem. A infiltração existe (...), se infiltra, desliza e é uma presença que se percebe, que se nota”. E para enfrentá-la, confia-se cegamente na eficácia dos serviços de inteligência, nas técnicas de tortura e na colaboração das ditaduras vizinhas. A “subversão” justifica a manutenção do aparelho repressivo. E se não há provas visíveis da sua presença, é apresentada como ato de fé. É como crer em Deus.

Em troca, os políticos cassados dos partidos tradicionais (na esquerda as cassações são estimadas em quinze mil, mas essas não contam) são um problema muito complicado para os militares, que sabem da sua existência, necessitam deles, ainda que preferiram desconhecê-los.

O dilema é este: um comunicado oficial da Presidência reco-

nheceu que as "situações de emergência privaram a República da imprescindível institucionalidade para encarar as dificuldades do futuro, prejudicando o seu prestígio internacional pela continuação desnecessária desse estado de coisas". Elaborou-se então um "cronograma" que prevê a aprovação de uma nova Constituição em novembro, para em seguida admitir a atuação de partidos políticos, segundo um estatuto a ser elaborado, que manterá as cassações da esquerda e dos 280 condenados à "morte política". Em 1981 seria eleito presidente um candidato único, previamente aprovado pelos militares.

Esse plano foi aprovado pelo presidente Carter, que ao receber

as credenciais do embaixador uruguaio em Washington, o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, declarou o "reconhecimento e satisfação pelos esforços de retorno à normalidade". Mas não houve a mesma "satisfação" no país ao serem conhecidas as limitações que os militares impuseram à nova Constituição. Sete semanas antes do plebiscito, a Assembleia Constituinte (integrada pelos 28 generais, brigadeiros e vice-almirantes em atividade, pelos 25 membros do Conselho de Estado e pelo presidente Aparício Mendez e seus 10 ministros) ainda não se manifestara, de modo que a discussão pública centrou-se sobre as citadas limitações, que anulam o Poder Judiciário e o subordinam à Presidência,

ampliam as faculdades do Executivo, restringem os poderes do Legislativo e institucionalizam a tutela militar sobre a vida política.

Não, não e não

"Se essas limitações fossem plebiscitadas, eu votaria sem dúvida não", foi o título do editorial escrito pelo jornalista Enrique Tarigo, no semanário *Noticias*. "O Partido Nacional não tem alternativa senão opor-se à ratificação de uma reforma de cuja elaboração não tenham participado os cidadãos", afirma um documento divulgado pelo "Triunvirato Blanco", ou seja, a Direção Executiva do Partido Nacional ("Blanco"). "Os compa-



As técnicas de repressão utilizadas desde 1968 permanecem até hoje

nheiros do Partido Colorado solicitarão que a votação seja pelo *não*", declarou por sua vez, em entrevista pelo rádio, o ex-candidato presidencial "colorado", Jorge Battle.

O brigadeiro Cardozo, comandante-em-chefe da Força Aérea, teve que reconhecer que "o processo de governo cívico-militar não encontrou nos cidadãos todo o apoio que necessitávamos para a reconstrução do país". Muitos oficiais começaram a se preocupar com a possibilidade de que a votação fosse tão maciça *não*, que nenhuma fraude pudesse ocultá-la. E apesar do entusiasmo com que velhos dirigentes declararam que o *não* seria o apoio à atual ditadura, os estrategistas mais lúcidos dão a entender que isso seria uma derrota política de primeira ordem para o regime militar.

Um diálogo limitado

Assim, enquanto por um lado era incrementada a repressão contra as organizações de esquerda — a detenção da direção da Associação de Empregados bancários e a prisão do respeitado presidente do Partido Socialista José Pedro Cardozo e de vários militantes socialistas —, uma ordem policial autorizou a realização de reuniões políticas, sempre que delas não participassem dirigentes cassados. A idéia é conseguir a reorganização, com políticos submissos, algo que se assemelhe aos tradicionais partidos "blanco" e "colorado", para que possa ser levado adiante, com o devido respaldo, o "cromograma".

A Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (Comaspo) encarregou-se de dar início ao "diálogo", e o general Abdon Raimúndez recebeu as duas "comissões" supostamente



Universindo Rodrigues e Lilian Celiberti, seqüestrados no Brasil e torturados no Uruguai: em ação o esquema internacional de "segurança" do Cone Sul



O ex-soldado Hugo Walter Rivas Garcia, renegando a repressão e asilando-se na Finlândia: a quebra do sigilo e a denúncia para o mundo.



representativas de “blancos”, “colorados” e o pequeno partido da extrema-direita, a União Radical Cristã, cisão, em 1971, da Democracia Cristã, quando esta decidiu integrar a Frente Ampla.

Os políticos coincidiram em suas reclamações de pronta reabilitação dos dirigentes cassados, liberdade de ação para os partidos “democráticos” e um eventual adiamento do plebiscito, para que o projeto constitucional pudesse ser modificado.

Não conseguiram nenhuma das suas pretensões, mas as entrevistas deixaram uma certa inquietação na cúpula militar. “Por não se ter contato mais direto com a população, — comentou o general Alberto Ballestrino, dire-

tor da Escola de Armas e Serviços — e pelo não funcionamento pleno dos partidos políticos, não sei se chega ao nível do cidadão comum o conhecimento daquilo que será votado em novembro”. Essa é uma forma hábil da admissão de um voto negativo majoritário.

Assim, depois de haver criticado durante tantos anos os dirigentes políticos tradicionais por suas proverbiais divisões, a Comaspo recorreu à velha fórmula de “dividir para reinar” e admitiu, como interlocutores do “diálogo”, a “Restauração Nacionalista” — um grupo de “blancos” dispostos a colaborar com a ditadura — e o chamado “Comitê Executivo Provisório Nacional do Partido Colorado”. “Nós apoia-

mos a reforma constitucional e aconselhamos o voto *sim* no plebiscito”, declarou o ex-deputado Wilson Craviotto, porta-voz desses últimos. Alberto Heber Usher, ex-presidente do Conselho Nacional de Governo, pronunciou-se também por essa alternativa, embora, como confessou, “não estudei detalhadamente o projeto e pode haver alguns erros”.

Parece consumir-se, assim, uma divisão no seio dos partidos tradicionais, entre seus grupos mais representativos (os cassados) e pequenas minorias dispostas a ganhar espaço político fazendo o jogo dos militares.

O nome “Convergência Cívico-Militar” — como se auto-denomina o regime — é uma clara alusão ao movimento de “Convergência Democrática” iniciado no exílio por um grupo de personalidades dos “blancos”, “colorados” e da Frente Ampla, com claras definições antiditatoriais.

À luz dos acontecimentos no Chile, não se pode esperar grandes surpresas no plebiscito de 30 de novembro. A intimidação, a confusão da população desinformada e — o mais provável — a fraude pura e simples, farão com que a 19 de dezembro seja anunciado o triunfo indiscutível do “cronograma” militar.

Mas, o importante é que em torno do *não* — uma palavra de ordem simples e mobilizadora que já começou a aparecer em Montevideo e em outras cidades uruguiaias em volantes impressos clandestinamente — criou-se uma ampla coincidência, de fato, entre a oposição de esquerda e amplos setores dos partidos tradicionais. Uma condição necessária, na opinião dos observadores, para o início do movimento que terminará com a ditadura uruguaia.



Juán Ferreira (ao centro), Presidente da Convergência Democrática: unidade contra a ditadura

desco

CENTRO DE ESTUDIOS Y PROMOCION DEL DESARROLLO

15 AÑOS TRABAJANDO LA REALIDAD PERUANA

ULTIMAS PUBLICACIONES:

EL OCASO DEL PODER OLIGARQUICO

Henry Pease

LA ESCENA POLITICA OFICIAL PERUANA ENTRE 1968 Y 1975

LOS CAMINOS DEL PODER

Henry Pease

EL PROCESO POLITICO PERUANO DURANTE LA SEGUNDA FASE
DEL GOBIERNO DE LA FUERZA ARMADA.

BURGUESIA Y ESTADO LIBERAL

E. Bernales, L. Madalengoitia, M. Rubio

LA EVOLUCION DE LA DEMOCRACIA EN MANOS DE LA BURGUESIA.

EL LABERINTO DE LA CIUDAD - POLITICAS URBANAS E EL ESTADO 1950-1979

Abelardo Sánchez León - Julio Calderón

LAS PRINCIPALES POLITICAS URBANAS DEL ESTADO, A LO LARGO DE TRES
DECADAS.

PARLAMENTO Y LUCHA POLITICA - PERU 1932

Carmen R. Balbi - Laura Madalengoitia

LA EXPERIENCIA POLITICA QUE SIGNIFICO LA CONSTITUCION DE 1933.

CRISIS POLITICA: ¿SOLUCION ELECTORAL?

Enrique Bernales

UN ANALISIS DEL PROCESO ELECTORAL DE 1978 Y SUS IMPLICANCIAS
ACTUALES.

NO ALINEADOS: ¿NUEVA FUERZA INTERNACIONAL?

Inés García - Alberto Adrianzén

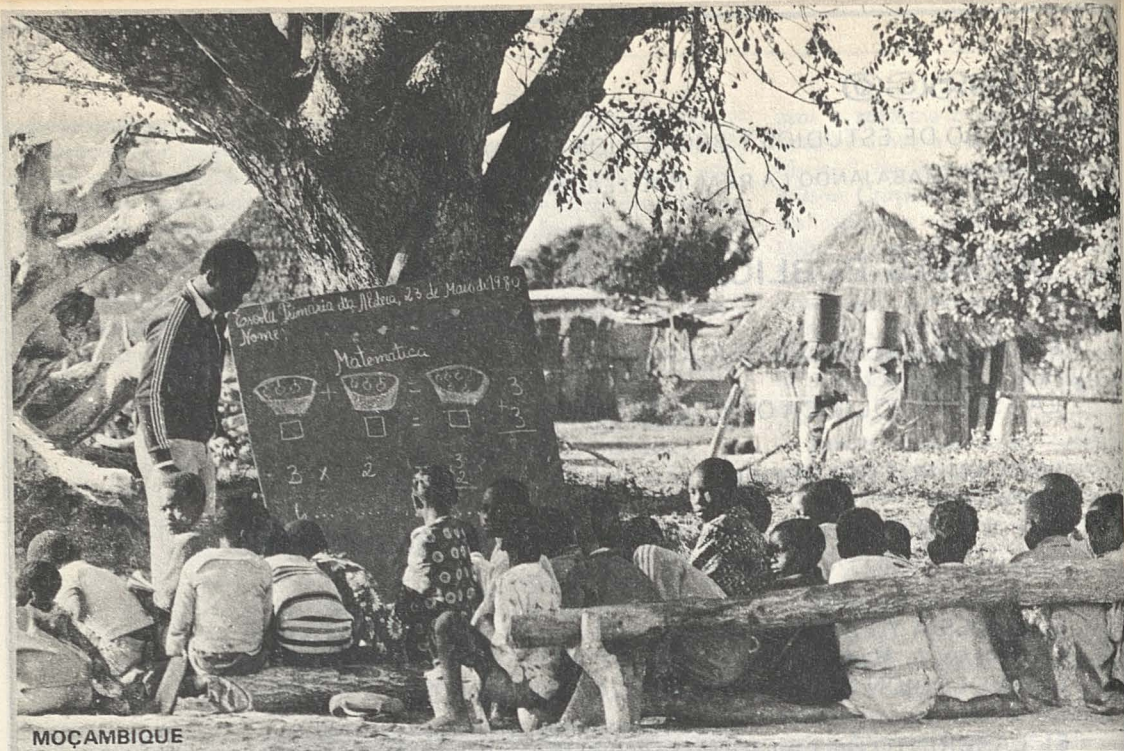
EL MOVIMIENTO DE PAISES NO ALINEADOS ¿ES O NO UNA FUERZA POLITICA
MUNDIAL?

PEDIDOS:

Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo

Av. Salaverry 1945 - Lima 14 - PERU

Teléfono: 72-4712



BRASIL

Paulo Freire: a alfabetização é um ato político

*Os 15 anos de exílio: o amadurecimento
do homem, do político e do educador.
Os trabalhos no Chile, nos Estados
Unidos, na Europa e na África*

Paulo Cannabrava Filho

Onde é que você esteve nesses 15 anos de exílio?

— Estive pouco tempo na Bolívia. Mas foi só eu chegar lá para que acontecesse um golpe de Estado contra o Estenssoro. Da Bolívia, fui para o Chile onde estive quatro anos e pouco. Deixei o Chile no começo de 69 e passei quase um ano nos EUA, em Cambridge. Dos EUA nós fomos para Genebra onde ficamos até o dia 15 do mês de junho. Chegamos aqui dia 16.

Em todos esses países você esteve trabalhando no Planejamento da educação?

— Nem sempre na função de planejamento quer dizer, dedicado ao planejamento, mas sempre

pre dedicado à educação: ora como professor, como foi o caso dos EUA, por exemplo, ora como assessor de instituições.

E em Genebra?

— Em Genebra eu estava como consultor do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, desde 1970. E foi interessante. O Conselho Mundial de Igrejas, através de seu Departamento de Educação, me ofereceu uma possibilidade que eu não tinha tido até então: de andar pelo mundo e conhecer o mundo.

Foi a partir do Conselho Mundial de Igrejas, e através dele, que eu rodei pela África, parte de Ásia, a Europa toda, ora participando de seminários locais ou regionais, dando conferências em universidades, ora assessorando governos, como foi o caso das antigas colônias portuguesas depois da independência.

O Conselho Mundial de Igrejas me ofereceu uma oportunidade extraordinária, de um riquíssimo aprendizado. O aprendizado no contato com novos problemas, com novos desafios. Foram realmente 10 anos de uma experiência bastante rica que me pôs face a face com uma série de problemas. Eu, inclusive, me acostumei a ver de forma diferente os mesmos problemas no campo da política. Vi claramente, por exemplo, como os problemas pedagógicos são sempre problemas políticos, que se expressam na pedagogia, no ato educativo.

Eu volto ao Brasil contente de ter vivido intensamente em um tempo difícil que é o tempo da distância, o tempo do exílio. Mas volto ao Brasil com a humildade não demagógica, com a humildade que a própria riqueza da experiência que eu tive me deu. A humildade de estar absolutamente convencido que os 10 anos de Europa e de mundo, junto aos quatro anos e meio de Chile, ou seja, os 15 anos de exílio, não me deram o direito de, voltando ao Brasil, pretender ensinar ao Brasil, mas, pelo contrário, me dá a oportunidade de reaprender o nosso país. Acho que essa é a posição de qualquer exilado que tenha bom senso. O país não parou enquanto estávamos fora. Isso seria uma pretensão extraordinária. Por isso é que nós estamos aqui, eu estou aqui reaprendendo tudo, até a maneira de andar, de atravessar uma rua.

Quais são os seus planos no Brasil?

— Bem, eu vou trabalhar em São Paulo preponderantemente mas não exclusivamente. Creio que na Universidade Católica. Recebi o convite ainda quando estava fora do Brasil. Venho trabalhar ao nível da pós-graduação e desenvolver um certo tipo de assessoria, onde espero reaprender a nossa realidade. Vou trabalhar também com o Instituto de Ação Cultural, que nós criamos em

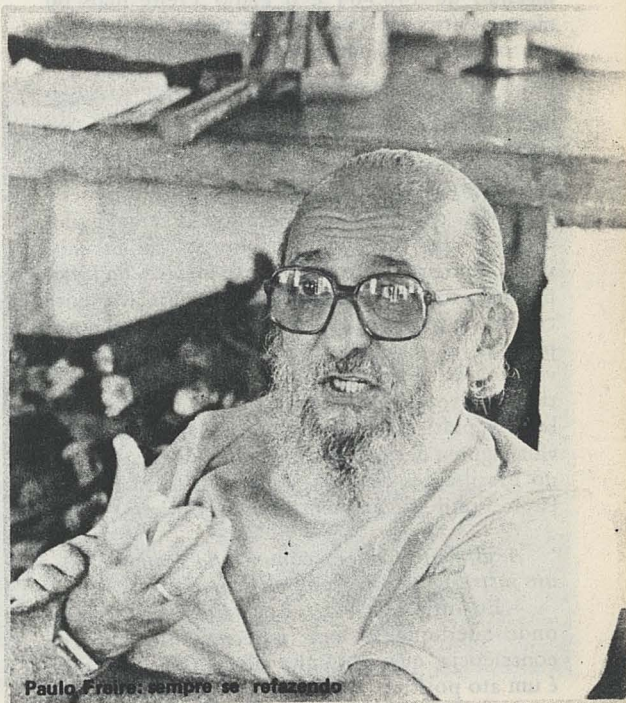
Genebra, e cuja equipe está voltando para o Brasil. Nós vamos dar assessoria às equipes de D. Paulo Evaristo Arns. Há também um convite que me honra muito: da Universidade de Campinas, mas cuja decisão não foi tomada. Caso se concretize será formidável, porque as equipes com as quais eu trabalharia na Unicamp são excelentes. Tive contato com elas em março deste ano e no ano passado.

Ser ou não ser

Qual é a diferença básica que sofreu Paulo Freire em questão conceitual na área de educação?

— Eu costumo sempre dizer que nós, os chamados seres humanos, na verdade, para *ser* temos que *estar sendo*. O que vale dizer que nós nos encontramos constantemente inseridos num processo de aprendizado que se dá numa realidade e com uma realidade que não é ou que, também, para *ser*, precisa *estar sendo*. Isto é, somos os seres humanos e a própria realidade histórica inacabados.

Estamos permanentemente nos fazendo, nos refazendo, na própria prática da transformação da realidade. Nesse sentido, creio, evidentemente, que há pessoas que não vivenciam intensa e profundamente o seu *estar sendo*. O que eu quero dizer é que há pessoas que se cristalizam demasiado e, por isso, em lugar delas estarem *sendo*, elas páram no que *foram*. Enquanto que há



Paulo Freire: sempre se refazendo

terceiro
mundo

peças que têm uma consciência bastante lúcida e inquieta em torno de não ser o que foram mas de procurar *vir a ser*. Então, creio que não é falta de humildade de minha parte se eu dissesse que estou cada vez *sendo* melhor. O que quero dizer é que cada vez procuro *estar sendo*. Ora, nesse sentido, então, o que ocorre é que Paulo Freire, o homem, nordestino da cabeça chata, que gosta da água quente do mar, que gosta da pitanga, o Paulo Freire de 1964, existe dentro de mim, mas há também o Paulo Freire de 1980. Eu não poderia ter vivido o exílio, que foi uma grande escola, sem que essa experiência me tocasse. Por isso, quando me fazem críticas tomando-me como uma coisa parada, fico espantado. Quando alguém me critica, por exemplo, em função de certa ingenuidade que eu expressei num dos meus livros e toma aquela ingenuidade como se fosse eu parado na história e a história parada naquela ingenuidade, acho graça desse crítico. Eu sou o primeiro a me rever.

O processo de aprendizagem que eu jamais cortei, que jamais foi cortado com a minha saída do Brasil em 1964, no Chile, nos EUA, na Europa, na África, na Ásia, etc., fundamentalmente me mostrou o óbvio que nos meus primeiros livros não estava explicitado. Mostrou o caráter realmente político da educação. Tenho a impressão de que esse é o ponto fundamental que não estabelece uma diferença radical, uma diferença antagônica entre o Paulo Freire mais ou menos ingênuo de 1963-64 e o Paulo Freire mais ou menos crítico de 1980. É esse pegar, esse visualizar o caráter, a natureza política da educação.

A teoria e a prática

Ou seja, o importante não é o método, o importante é o que se pretende. . .

—... e o que se está fazendo... Por exemplo: algumas das ingenuidades que eu cometi nos meus primeiros livros, do ponto de vista da interpretação da minha prática, foi definir claramente certos aspectos que estavam obviados na nossa prática. Às vezes há uma certa distância entre a vontade de teorizar essa prática e a realidade prática. Às vezes, a tentativa teórica não expressa bem a prática. Por exemplo, eu não tenho dúvida alguma de que todo o trabalho que realizamos no Brasil antes de 1964, com o chamado método Paulo Freire, foi eminentemente político.

A alfabetização é, como toda comunicação, um instrumento de ação política. . .

— Eu diria que era e é toda vez que se faça, onde quer que se faça, independentemente da consciência que se tenha disso. Objetivamente é um ato político. Acontece que no momento em

que tomei distância da prática e escrevi sobre ela, não fui capaz, por uma série de barreiras, possivelmente ideológicas, de formação, de ver claramente esse caráter, essa natureza política do ato educativo, o que já aparece com muita ênfase na Pedagogia do Oprimido. Estava-se vivendo na prática, mas não estava explicitado na interpretação teórica dessa prática. Então, evidentemente, claro que, a partir daí, há uma série de consequências na própria programação, na própria delimitação do possível. No momento em que você vê cada vez mais claro a relação da natureza política do processo pedagógico, você começa necessariamente a ter que preocupar-se com a relação dialética entre paciência e impaciência, por exemplo. Você começa a perceber que a relação dialética entre tática e estratégia é a percepção da natureza política do ato educativo. Na medida em que não fazemos a história, atuação política na história, não fazemos o que queremos, mas fazemos o que é possível fazer. Por isso é que sempre digo: a melhor maneira que tenho para fazer amanhã o que não é possível fazer hoje, é fazer hoje o que é possível se fazer hoje. O problema que se coloca é delimitar a possibilidade. Então não adianta fazer programações. Quer dizer, percebe-se também como um certo tipo voluntarista da prática educativa não tem sentido. Você não pode programar uma ação pedagógica sobre os níveis de consciência e de percepção das massas populares.

— Também tenho a impressão de que não se pode projetar uma política de educação divorciada da própria política de desenvolvimento.

— Mas evidentemente. Numa campanha de alfabetização, se você alfabetiza o homem hoje, mas não o insere no processo econômico, político e social da nação, dentro de um ano ele voltará a ser analfabeto. Esse é um dos grandes erros do passado que se continua cometendo ao se fazerem campanhas de alfabetização por aí afora.

O caso da Nicarágua

Você esteve na Nicarágua e, lá, estão fazendo uma campanha muito grande de alfabetização. Isso está correto?

— Olha, aí vem mais uma vez a necessidade de se pensar historicamente. Quer dizer, se situar. . . O problema da Nicarágua é preciso ser compreendido dentro do contexto social-político-histórico da Nicarágua hoje. Ele pode ser válido lá. Mas, se tentado em outra área, em outro contexto que não tenha as conotações que tem a Nicarágua, nem sequer poderia ser pensado. Quando estive lá, discuti inclusive com as equipes do Ministério da Educação encarregadas dessa cruzada. Uma das coisas que eu dizia sempre, e que é óbvia, era a necessidade de não mitificar a alfabetização,

não transformar isso num mito. O problema que se colocava, no meu entender, era de a cruzada se constituir num verdadeiro chamamento à consciência nacional, sobretudo da juventude, à problemática nacional. Eu dizia lá a eles, que a minha convicção primeira era a de que esses 150 mil jovens originários da classe média, de pequena burguesia, etc., iam aprender muito mais do que ensinar.

Por outro lado, também poderia se perguntar como é que um país em crise, depois de um processo revolucionário, vai gastar 20 milhões de dólares em educação? A impressão que tenho é a seguinte: com 20 milhões de dólares, a Nicarágua não resolveria o seu problema econômico mas, com esses 20 milhões de dólares, a Nicarágua pode dar durante seis meses, sete meses, à sua juventude, a quem vai governar esse país, a possibilidade de conhecê-lo, de se identificar com o seu povo. Isso é que me parece absolutamente fundamental. É que desapareça o estrangeirismo entre a juventude urbana e rural. Então, isso está se verificando. O país está ficando um só através do programa de alfabetização.

Esse programa vai oferecer aos organismos científicos do país uma riqueza extraordinária de dados, porque eles estão fazendo o censo: o censo mineral, censo de recursos humanos, físicos, etc., incluindo toda uma dimensão antropológica e cultural. Então, os meninos não foram preparados somente para ensinar a ler e escrever, mas para ensinar a ler e escrever a palavra e para ler e escrever a realidade.

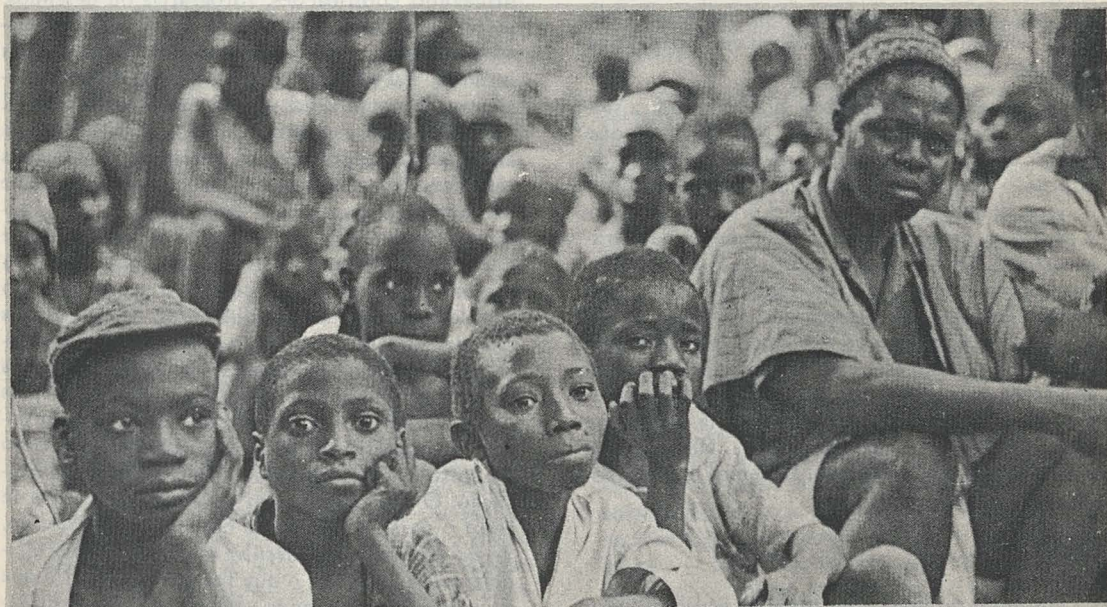
Nesse aspecto também teríamos que admitir algo de positivo no Mobral aqui?

— Nada é só ruim e nada é só bom. Evidentemente, mesmo sem conhecer bem o Mobral, eu não tenho dúvida nenhuma de que ele se opõe política e ideologicamente a mim e eu me oponho a ele. Agora, é claro que tenho ouvido, inclusive em áreas populares, críticas muito grandes ao trabalho do Mobral. Mas isso não significa que não haja algo de positivo. Até mesmo a negatividade do Mobral pode se transformar em positividade.

A educação no Terceiro Mundo

Como já vimos anteriormente, o problema é quanto ao objetivo da proposta. Vamos definir melhor esses conceitos de política educacional. Como se define a política educacional em termos de solução para os problemas do Terceiro Mundo?

— Em última análise, a pergunta gira em torno de que tarefa a educação pode cumprir em países como o nosso, por exemplo, nos países do Terceiro Mundo. O que cabe à educação fazer? Essa pergunta é uma das indagações fundamentais que temos que nos fazer, os educadores principalmente. Vai implicar em considerações prévias que eu gostaria de colocar. Por exemplo: a de que, ao tentar compreender a educação, evitássemos de um lado cair no mito da educação como solução dos problemas, o que seria uma concepção pedagógica da educação, mitificante, a educação como alavanca das transformações sociais e da



“É preciso evitar o mito da educação para a solução dos problemas do Terceiro Mundo”

resolução dos problemas. Outro ponto de vista é o de desconhecer qualquer papel na educação antes que as transformações sejam feitas. Esses dois equívocos não são equívocos pedagógicos: são ideológicos e políticos. Isso nos leva então, aprofundando essa reflexão, a perguntar como é que o sistema educacional opera dentro do sistema social total, global, de uma sociedade. Que tipo de relação se estabelece entre um e outro, dentro da totalidade? Na verdade, quanto mais a gente olha isso, a gente vê que o sistema educacional, a educação formal, em qualquer sociedade, sempre tem sido um subsistema de um sistema maior. Assim, seria um erro idealista pedir ao subsistema que transforme o sistema que o constitui, porque, na verdade, o subsistema educacional, dialeticamente, não se constitui mecanicamente.

Por outro lado, na medida em que essas relações entre o subsistema e o sistema global não são mecânicas mas dinâmicas, contraditórias, dialéticas, o subsistema não é exclusivamente o reproduzidor da ideologia dominante que comanda o sistema total. Ele seria uma pura fábrica de reprodução da ideologia dominante. Isso me parece um equívoco. Agora, o que não é possível negar é que a tarefa do subsistema educacional jamais será transformar o sistema total. Eu costumo sempre exemplificar isso historicamente com o caso da educação burguesa que substituiu a educação aristocrática. Ora, não foi a educação burguesa que fez a burguesia ou a revolução burguesa. A educação burguesa é resultado da revolução burguesa e não sua causa. Então não poderíamos ter uma educação operária com um estado oligarca. Diante disso é que você vai ver o papel que pode ter a educação.

Eu acho que, voltando à sua pergunta, a resposta não pode ser universal. Nós teríamos que refazer a pergunta e dizer: qual será a tarefa da educação num país, numa sociedade A, do ponto de vista daqueles que pretendem preservar o *status* e qual será o papel da educação onde haja transformações, onde haja um ponto de vista comprometido com um processo de transformação social? Então, daí, as duas perspectivas têm que ser diferentes. Isso me parece tão óbvio que, às vezes, quando falo sobre esse assunto, peço desculpas ao auditório para dizer que não estou desrespeitando ninguém. De qualquer maneira, há coisas que quase sempre a gente não percebe. Nem sempre o óbvio está sendo o óbvio. Devemos então insistir sobre isso.

O método

Passando do nível conceitual ao nível metodológico, o método Paulo Freire também evoluiu. . .

— Primeiro eu gostaria de voltar a insistir numa concepção do mundo, do ser humano, uma compreensão dos interesses diferentes das classes. Não me preocupam os métodos, os meios técnicos. O que me preocupa é a clareza política do educador. Evidentemente, não há possibilidade de um trabalho ser realizado sem se utilizar um método. Nunca me esqueço de uma afirmação muito boa do professor Vieira Pinto, num de seus livros, quando ele diz que consciência é método. Nesse sentido, não há dúvida de que toda a prática é metódica. Quer dizer, ela implica num certo método. O que acho errado é estratificar algo que faz parte da natureza da prática como se fosse já a prática, devendo repetir-se todo dia da mesma forma. É nesse sentido que me oponho e que, de maneira geral, não gosto de falar no chamado método, como também das técnicas. Isso a gente faz e refaz de acordo com o lugar onde se vai trabalhar.

Se vamos trabalhar na periferia de São Paulo, temos que descobrir qual o universo que foi criado nessa periferia. Já formou seu próprio universo aqui?

— Dou um exemplo muito concreto. Quando nós trabalhamos no Brasil, eu me lembro de uma coisa que sempre me preocupou e que continuava me preocupando: o papel da cultura no processo de libertação. Daí minha quase paixão por Amílcar Cabral, daí a minha admiração enorme pelas análises de Gramsci. Eu me lembro de que a minha primeira proposta, no primeiro dia em que o alfabetizando chegava, era de discutir com eles utilizando codificações, fotografias ou desenhos das relações entre os seres humanos e o mundo natural, através do trabalho transformador deles mesmos. Eu me lembro que a reação do povo brasileiro, de norte a sul, era extraordinária. O nível das discussões era muito bom, a curiosidade e a criatividade popular eram coisas extraordinárias também. Se uma dessas pessoas, que, em nome do método, estratificam ou paralizam uma prática considerando que o método é uma verdade que não pode mudar, o aplicasse na África ou mesmo no Chile, ia se defrontar com um sério problema, como eu me defrontei. Só que jamais cheguei no Chile pensando que pudesse transportar para lá o que eu tinha feito no Brasil. Propus ao educador chileno começar pelo debate. Depois do levantamento do universo, propor ao camponês, ao operário chileno, uma discussão em torno da cultura, e depois então entrar na parte da educação. O que ocorreu foi uma negação dentro de todo o país. O camponês chileno dizia: “no, no, yo no vine acá para discutir eso, yo quiero la alfabetización”. Então, o que foi que ocorreu? É que os educadores chilenos, desafiados pela resistência do alfabetizando, deram um salto que, do pon-



O caso africano:
o papel da cultura no processo de libertação

to de vista do contexto chileno, foi tão bom como o que foi dado no contexto brasileiro. Quer dizer, eles integraram a discussão sobre o conceito de cultura à ação alfabetizadora e, com isso, inclusive, diminuíram o tempo de aprendizado.

O caso africano

Já que você mencionou Amílcar Cabral, dê um exemplo concreto de como foi colocado o problema na Guiné-Bissau.

— Como eu disse no livro “Cartas da Guiné”, a nossa preocupação central e do pessoal que estava comigo era a de não transportar para a Guiné o que nós tínhamos feito no Brasil e fora do Brasil, mas sim falar da nossa experiência aos africanos e desafiá-los para que pensássemos juntos sobre como agir ou como atuar na África, na Guiné, e em outros países onde estivemos. Fundamentalmente, isso foi a política geral da nossa ação para evitar que nos transformássemos em invasores culturais, porque as assessorias estrangeiras sempre trazem não só a sua experiência mas também a sua ideologia, a sua opção. Nós não somos neutros, mas tínhamos um profundo respeito pelos nacionais e procuramos sempre discutir em vez de impor e, até mesmo, de propor.

No caso da Guiné, o impasse fundamental que ocorreu foi o da língua. A língua portuguesa foi imposta, não é a língua do povo da Guiné. Evidentemente, fala-se português nos centros urbanos, mas não como língua nacional. Eles a consideram como a língua oficial, porque na Guiné, além das línguas nacionais, dos diferentes grupos étnicos, há o crioulo, língua que durante a guerra se espalhou muito. A meu ver, ela será a solução lingüística do país, sem que se esqueçam e valorizem as demais.

Que outra experiência africana você poderia citar...

— As experiências africanas que me satisfazem enormemente são as de Cabo Verde e de São Tomé.

Imagino que em Cabo Verde há uma maior uniformidade lingüística...

— É verdade. Lá, há o bilingüismo: o crioulo e o português. E esse bilingüismo é muito mais intenso em São Tomé, onde, por isso mesmo, o processo de aprendizado da língua portuguesa não é uma violência. Vou às zonas rurais de São Tomé, falo o meu português do nordeste e não há problema algum. E vice-versa. De maneira que o aprendizado da língua portuguesa em São Tomé corre muito bem. É um país muito pequeno: são duas ilhas com 75 mil habitantes. Mas hoje, na capital, são aproximadamente 14 mil habitantes. Eles têm 13.800 adultos engajados na alfabetização e cerca de cinco mil na pós-alfabetização.

Essa pós-alfabetização é profissionalizante?

— Ainda não. É um aprofundamento da leitura crítica do real, da realidade. Esse programa de São Tomé me encanta porque, da alfabetização até a pós-alfabetização, todos os livros de texto, cuja produção nós fizemos junto com os nacionais, não são domesticantes, são textos que desafiam constantemente. O povo passa a ser sujeito de sua história. Sujeito e objeto, ninguém é só sujeito.

Experiência no Caribe

Que outra experiência você consideraria importante?

— Agora estou participando de uma experiência que é em outra ilha linda, no Caribe, chamada Granada. Creio que foi em março do ano passado que houve a revolução com Bishop. Fui duas vezes a Granada. O ano passado e este ano. Em dezembro, estive lá e passei duas semanas conversando com diferentes equipes. Depois, propus ao Ministro da Educação uma série de seminários. O primeiro foi em fevereiro deste ano e eu participei. Éramos quatro educadores. O objetivo era o seguinte: um grupo de 50 educadores nacionais do primário discutiram a sua prática atual, o que se estava fazendo no campo da educação e, em seguida, a partir dessa análise, dessa prática, começaríamos a discutir com eles o papel da educação em função da libertação nacional e da reconstrução do país. O que pode a educação fazer na transição revolucionária, qual é a nossa possibilidade? O seminário foi uma delícia, extraordinário. Possivelmente em janeiro do próximo ano, devo voltar lá para um segundo encontro. □



HONDURAS

Entre as urnas e as armas

Depois de mais de sete anos de governos militares, esse país centro-americano retorna lentamente ao regime democrático

Roberto Bardini*

* Nosso correspondente em Tegucigalpa

A anedota circula nos corredores dos ministérios e das repartições públicas e nos cafés de Tegucigalpa. Conta-se que uma das primeiras questões submetidas à discussão pelos deputados da recém-empossada Assembléia Nacional Constituinte de Honduras, foi emitir uma “enérgica condenação” ao golpe de Estado de 17 de julho na Bolívia, acrescentando que “os golpes militares destroem as democracias e atropelam os direitos dos povos”. Vários deputados da bancada liberal emitiram a opinião de que não bastava “uma simples resolução que condenasse os usurpadores”: defendiam o rompimento das relações diplomáticas com o país andino. Depois de várias horas de acalorados debates, um deputado pediu a palavra e disse que “o rompimento diplomático era impossível”... pela simples razão de que Honduras não tem relações com a Bolívia.

Mesmo que não se leve em conta essa anedota, o certo é que após muitas semanas daquela memorável sessão, a resolução que condenava o golpe na Bolívia permanecia nas gavetas do arquivo do Congresso Nacional, porque, segundo o vice-presidente da Assembléia Constituinte, “os serviços de secretaria estão sobrecarregados neste momento”.

Um jornal diário (*Tiempo*) expressou o comentário de que “a falta de conhecimento das normas parlamentares de parte de alguns deputados, e o medo que a Assembléia Constituinte tem do atual Poder Executivo (ainda nas mãos da Junta Militar), impediu-a de decidir o rompimento das relações diplomáticas com o governo da Bolívia”.

A anedota que comentávamos no início e as conclusões tiradas pela imprensa, somadas à realidade parlamentar cotidiana — as longas intervenções, as discrepâncias sobre as formas e os procedimentos, as ásperas discussões entre os representantes de ambas

as bancadas e os insultos e ataques verbais — dão uma idéia mais ou menos aproximada de como tem se desenvolvido, até o momento, o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte eleita a 20 de abril passado.

“Não há nada de estranho: a democracia representativa funciona dessa maneira em todos os lugares, e, além disso, devemos ter em conta que estamos sem prática, pois os militares governaram ininterruptamente o país durante sete anos” — comentava um político liberal.



General Policarpo Paz,
chefe da Junta Militar

Um equilíbrio frágil

Naquilo que foi aparentemente o começo do fim do regime militar, no poder desde dezembro de 1972, a Assembléia Nacional Constituinte instalou-se em Honduras a 20 de julho desse ano. Exatamente três meses antes, a 20 de abril, realizaram-se as eleições que decidiram qual dos partidos teria a maioria no Parlamento. O Partido Liberal obteve 35 cadeiras, o Partido Nacional 33 e o recém-formado Partido Inovação e Unidade — Pinu — conseguiu 3 cadeiras. A

Democracia Cristã foi registrada como partido pelo Tribunal Nacional de Eleições depois de 20 de julho e, por essa razão, não tem representantes no Congresso, da mesma forma que outros grupos políticos não reconhecidos oficialmente, como o Partido Comunista, o Partido Comunista Marxista-Leninista e o Partido Socialista.

Na realidade, o liberalismo ganhou de forma nominal, porque nenhuma das organizações foi vencedora de forma absoluta. E, paradoxalmente, as duas forças políticas que perderam as eleições são aquelas que controlariam a Assembléia, caso se unissem.

A Lei Eleitoral e dos Partidos Políticos, redigida antes das eleições de abril, estipulava que a finalidade da Assembléia Nacional Constituinte era designar um presidente provisório por um período de um ou dois anos e elaborar uma Constituição que “assegure as garantias democráticas, impulsione o progresso social e afiance a independência econômica, política e cultural de Honduras”. E é aqui que entramos em uma zona de disputa política que, na América Central, é uma constante histórica: o permanente conflito entre civis e militares.

Alguns dos representantes dos partidos Liberal, Nacional e Inovação e Unidade, consideram que a Assembléia Nacional Constituinte tem amplas faculdades para organizar a administração pública e decidir sobre a vida nacional. A frase “a Constituinte tem todos os poderes do Estado”, pronunciada por um velho político nacionalista, resume a posição da Assembléia.

Mas, por outro lado, os militares não estão dispostos a desaparecer tão facilmente do cenário político, depois de exercer o controle do país durante quase oito anos. Segundo um observador local, o lapso de tempo entre

a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a realização de eleições gerais daria tempo às Forças Armadas para, em primeiro lugar, aumentar o seu poder bélico, e, em segundo lugar, concluir o processo de capacitação de vários dos seus quadros para dirigir o país, tendo em vista a recuperação do governo e do poder.

Um jornalista, Armando Cerato, defende a posição de que "o que é certo é que os militares necessitam de, pelo menos, mais dois anos para poderem terminar a etapa de profissionalização e reforço da sua potência de fogo, iniciada há dez anos. Durante o tempo em que governaram, as Forças Armadas conseguiram um poder militar e um nível de profissionalização que as tornaram uma das mais terríveis do istmo centro-americano. Os militares querem contar com a segurança de que um congresso legislativo não lhes impedirá a compra de armas, munições e modernos e sofisticados materiais bélicos que se encontram disponíveis no mercado convencional. Além disso, poderiam, em dois anos, terminar a etapa de aprendizado de alguns dos seus quadros na gestão das coisas públicas, missão para a qual parecem estar preparando-se cada vez mais. "Para muitos, nos próximos dez anos, o exército contará com profissionais de formação universitária em direito, economia, medicina, finanças, jornalismo, administração pública, administração de empresas e alguns pós-graduados especializados, e voltará a exercer o governo". (*El Heraldo*, Tegucigalpa, 19 de julho de 1980).

Se esta tese se concretiza — e não é uma possibilidade remota — a posição dos deputados que afirmam que a Assembléia Nacional Constituinte tem todas as atribuições do Estado, poderá ser replicada com uma frase de Régis Debray utilizada para descrever um determinado contexto político na América do Sul, e

que nesse caso teria certa aplicação: "*Acreditavam contar com o poder, mas só tinham o governo, essa impotência institucionalizada*".

O Exército, árbitro político

Um mês antes da instalação da Assembléia Constituinte, um outro observador local expressara através de uma coluna de análise política publicada em vários jornais do continente, que muitos militares teriam dificuldades em assumir posturas de "humildade republicana" e que "se impacientariam por estarem fora do poder", devido "ao desprezo comum pela suposta incapacidade dos civis" e pelo medo de que "iniciem investigações sobre negociações e irregularidades".

Em um artigo intitulado "Honduras: a necessidade de apoiar a sua democracia", distribuído pela agência ALA e reproduzido em diversos jornais diários latino-americanos, Juan Ramón Martínez escrevia: "Nos anos oitenta deste século, somente em duas oportunidades, governantes eleitos democraticamente puderam entregar o poder de forma ordenada a dois cidadãos eleitos diretamente pelo povo. (...) O golpe de Estado, a ditadura e a fraude eleitoral foram as técnicas utilizadas para se chegar e manter-se no poder. Houve neste século, quinze governos nacionalistas (do Partido Nacional, de orientação conservadora), cinco militares e quatro liberais. Tudo isso fez com que a imagem do país no exterior não fosse a de uma democracia, e sim a de uma turbulenta república de bananas" (*El Heraldo*, Tegucigalpa).

Depois de afirmar que "os militares foram, desde 1963, os árbitros políticos do país e a sua força hegemônica", Juan Ramón Martínez acrescenta: "Neles radicou-se até agora a soberania. É fácil imaginar as dificuldades que terão para assumir atitudes de humildade republicana, dispo-

tos a serem fiéis à República e às suas instituições."

O papel do general Paz

A notícia não surpreendeu ninguém: a 25 de julho — um dia depois do parlamento hondurenho ter emitido um voto de censura à quartelada na Bolívia — o general Policarpo Paz García, atual titular da Junta Militar que governou Honduras desde agosto de 1978, foi designado, através do Decreto nº 2, "Presidente Provisório da República até que, de conformidade com a Constituição emitida por esta Assembléia, tome posse o Presidente Constitucional eleito pelo voto direto do povo".

Entre os considerandos do decreto, assinalava-se que o general Paz García, no seu duplo papel de presidente da Junta Militar de Governo e chefe das Forças Armadas, "cumpru as promessas e responsabilidades" de ambas as instituições, no sentido de "tornar possíveis eleições verdadeiramente livres". Por outro lado, a Assembléia Nacional Constituinte outorgou, através do mesmo decreto, "um voto de confiança às Forças Armadas e um voto de reconhecimento" à Junta Militar.

Especulações e boatos davam conta de "reuniões a portas fechadas", "pactos às costas do povo" e "negociações secretas" entre militares e representantes dos tradicionais partidos Liberal e Nacional. Os votos de reconhecimento e confiança aos militares contaram com a unanimidade das bancadas liberal e nacionalista e com a abstenção do Partido Inovação e Unidade, que expressou a sua posição contrária: a medida constituiria um "sínistro pacto cívico-militar".

A história se repete

"O compromisso assumido pelos liberais e pelos nacionalistas para concorrerem às eleições (...) confirmou a decadência dos

azules e colorados: os próprios líderes de ambos os partidos foram pedir o aval do chefe de Estado (...) para garantir um compromisso que para eles — e somente para eles — deveria ser bom. (...) Depois, envolveram-se nas minúcias, na dádiva mesquinha, sem levantar os olhos para o futuro” (Juan Diego, jornal *Tiempo*).

Um recorte com o comentário anterior nos foi mostrado por um jovem dirigente do Partido Inovação e Unidade e, ao contrário do que poderíamos pensar num primeiro momento, não se referia aos dias atuais. Publicado sete meses antes do período em questão, fazia referência ao lapso político entre 1971 e 1972, época do último governo democraticamente eleito e, logo após, deposto por um golpe militar que instalou as Forças Armadas no governo de Honduras até abril de 1980.

Como nos expressou o jovem dirigente do Pinu, “a história

poderá se repetir, reeditando antigos pactos e acordos à sombra, que não beneficiaram Honduras em nada. Estaríamos diante desses velhos hábitos políticos? É bem difícil prevêê-lo hoje. Mas já se fala, por exemplo, que a Constituinte está dominada pela ‘niveladora’ liberal-constituinte”.

Se assim é, pode-se afirmar que o futuro democrático desse país centro-americano de 112.088 quilômetros quadrados, de baixas rendas e altas taxas de mortalidade, desnutrição e analfabetismo, ainda não está plenamente garantido. A isso se soma o interesse, várias vezes manifesto, que o Pentágono e o Departamento de Estado norte-americano dão a Honduras na região, com uma Nicarágua sem Somoza, El Salvador com uma cada vez mais desprestigiada “saída” cívico-militar e uma Guatemala em progressiva ebulição popular.

A única coisa clara, como foi repetido em Honduras por polí-

ticos da nova e da velha gerações, analistas nacionais, observadores internacionais e a maioria das organizações populares marginalizadas do processo eleitoral, é que nas eleições de abril o povo votou contra as Forças Armadas.

E se é certo que a história se repete (a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa), a arena política de Honduras foi, desde o início do século — e mesmo antes disso — uma interrompida sucessão de dramas sangrentos e acontecimentos “folclóricos” que contribuíram para a difusão da tão odiosa imagem de “república de bananas”.

As questões que se colocam agora são: justifica-se a euforia reinante entre os setores majoritários do liberalismo, quando afirmam que “com as urnas desalojamos as armas”? Ou teria razão o jovem militante do Pinu: “equivocamo-nos ao pensar que com os votos desalojamos as botas”? □

O Decreto n.º 02

□ A Assembléia Nacional Constituinte, investida de todos os poderes da Nação:

CONSIDERANDO: Que as Forças Armadas de Honduras, especialmente em suas duas últimas etapas de governo, tomaram todas as providências necessárias para o pronto retorno à normalidade institucional desta Nação;

CONSIDERANDO: Que as eleições gerais para deputados à Assembléia Nacional Constituinte, verificadas a vinte de abril do presente ano, constituíram um verdadeiro acontecimento que deverá se valorizar em toda a sua extensão como um exemplo de maturidade política do povo hondurenho;

CONSIDERANDO: Que o general Policarpo Paz García, no caráter de Presidente da Junta Militar de Governo e Chefe das Forças Armadas soube cumprir as promessas e responsabilidades inerentes às suas funções, ao tornar possíveis eleições verdadeiramente livres e que se instalasse esta Assembléia Nacional Constituinte num clima de harmonia e de paz;

CONSIDERANDO: Que os fatos anteriores merecem os seus devidos créditos e constar para as gerações vindouras,

DECRETA:

Artigo nº 1: — Dar um voto de confiança às Forças Armadas da Nação e um voto de reconhecimento à Junta Militar de Governo, depositando no general de brigada POLICARPO PAZ GARCÍA, em seu caráter de Chefe das Forças Armadas, a presidência da República, até que, de conformidade com a Constituição da República emitida por esta Assembléia, tome posse o Presidente Constitucional eleito pelo voto direto do povo.

Artigo nº 2: — Este decreto entrará em vigor a partir do momento da sua aprovação.

Feito no Salão de Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, na cidade de Tegucigalpa, Distrito Central, aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta.

ROBERTO SUAZO CORDOVA
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
BENIGNO IRIAS, Secretário
JUAN PABLO URRUTIA, Secretário



A morte faz parte da paisagem

Fala-se de democracia, mas agentes argentinos e ex-guardas nicaragüenses assessoram grupos paramilitares na prática do terror

Giselle Dexter e Terence W. Dobson

A violência e a morte não são fenômenos novos nesse país centro-americano, o mais subdesenvolvido do continente depois do Haiti. Do camponês, que percorre a selva e as montanhas com o seu afiado facão, aos políticos, funcionários públicos e profissionais que se exibem de pistolas ao cinto, passando pelos traficantes de drogas e contrabandistas de gado, todos formam um espetáculo cotidiano. Calcula-se que 75 por cento da população de Honduras possui armas, do simples punhal a metralhadoras portáteis. Qualquer pessoa interessada pode comprar uma pistola de calibre trinta e oito — o mais comum —

depois de uma simples conversa com um desconhecido em qualquer *estanco* (bar) dos muitos que proliferam em Tegucigalpa, Choluteca, Olancho ou Danlí.

Convivência com a morte

Em Honduras, as possibilidades de morte violenta são muitas. Todos os dias os jornais divulgam numerosos crimes passionais, duelos mortais por embriaguez (o alcoolismo é um flagelo nacional), assassinatos por vingança ou roubo e massacres para resolver antigas ofensas familiares. Recentemente, deu-se o caso em que dois indivíduos assassinaram uma família inteira, inclu-

sive quatro crianças de pouca idade, por uma dívida de 20 lempiras (dez dólares). Há uma outra causa de morte em Honduras, o morrer por morrer, ou seja, matar alguém gratuitamente, sem causa aparente. A morte — como diz um poeta hondurenho — faz parte da paisagem.

Nada do que foi descrito causa terror ou medo em Honduras. A população está habituada a esse fenômeno e o povo vive o seu cotidiano normalmente. Poucas são as famílias que não têm um parente ou um amigo próximo mortos por qualquer um desses motivos. E as passadas eleições de 20 de abril, as maliciosas ane-

dotas sobre os deputados do recém-formado Congresso Nacional e as piadas sobre a tradicional corrupção dos funcionários do Estado, constituem, juntamente com a paixão nacional — o futebol — os principais temas de conversação nos *estancos*.

Mas, um outro fenômeno, inédito até agora, começou a aparecer: o terrorismo sistemático contra a oposição não-oficial. Todos falam do “esquadrão da morte”. Os jornais diários mencionam a existência de pelo menos três grupos paramilitares ou parapoliciais que operam em toda a extensão do país. As organizações populares e os universitários denunciaram a assessoria e a participação de ex-guardas nacionais nicaragüenses e de agentes argentinos nesses grupos da ultradireita. O chefe da Inteligência Militar (G-2) do Exército reconhece que sabe da existência do “esquadrão” e de uma lista das suas possíveis vítimas,

mas diz que, lamentavelmente, nada pode fazer. Os ameaçados são, principalmente, jornalistas, professores universitários argentinos, dirigentes estudantis e militantes de organizações de esquerda. Alguns deles já abandonaram o país por falta de garantias, e outros já preparam a sua bagagem. E, curiosamente, os catedráticos estrangeiros que não ligam para as ameaças são expulsos pelas autoridades da Imigração.

O caso Salinas

Para importantes setores da sociedade hondurenha, o pânico começou a 6 de junho de 1980. Nesse dia, por volta das oito horas da manhã, o advogado e defensor de presos políticos Gerardo Salinas foi assassinado. O crime foi cometido a poucos metros da Escola de Aplicação de Oficiais das Forças Armadas e a uma quadra do Parque Central — onde circulam muitos policiais uniformizados e em trajes civis — e ainda próximo da cafeteria *Brik Brak*, ponto de encontro de agentes da tenebrosa Direção Nacional de Informações (DNI) e de informantes civis (os *orejas*, na gíria centro-americana).

Salinas, que na sua época de estudante foi um ativo militante da Frente de Reforma Universitária (FRU), possuía provas de que a polícia havia roubado a quantia de 300 mil lempiras (150 mil dólares) de seu cliente Manuel de Jesús Morales, um estudante de jornalismo preso pela DNI e acusado de comprar armas para a guerrilha salvadoreña. Salinas, que tinha vínculos com comitês de solidariedade para com os povos da Nicarágua e El Salvador, manifestara publicamente, um dia antes do seu assassinato, que recebera ameaças de morte, por carta anônima escrita à máquina e através de uma chamada telefônica. Como era de se esperar, a polícia não apurou nada, nem mesmo para sal-

var as aparências na investigação da sua morte.

Depois disso, desatou-se o terror. Os alvos selecionados na campanha de ameaças foram os dirigentes estudantis ligados a Gerardo Salinas (a Federação de Estudantes Universitários de Honduras estava em luta pela libertação do aluno de Jornalismo Manuel de Jesús Morales), jornalistas que investigavam o caso (fundamentalmente os dos jornais *La Tribuna* e *Tiempo*), alguns correspondentes estrangeiros e vários professores da Universidade Nacional de Honduras, na sua maioria argentinos. A essa campanha não escaparam nem mesmo o reitor da Universidade Nacional de Honduras, o médico e pesquisador Juan Almendares; o diretor da Editorial Universitaria e da revista *Presencia*, Roberto Sosa, um escritor várias vezes premiado internacionalmente (*Adonais* e *Casa de las Américas*, entre outras), que foi pessoalmente posto de sobreaviso por agentes do G-2 (Inteligência Militar) que, posteriormente — e sob a pressão oficial — negaram publicamente a versão.

Nada podemos fazer

Ao ser entrevistado por uma comissão de universitários que pedia investigação e proteção, o chefe da G-2, coronel Leonidas Torres, limitou-se a declarar que, efetivamente, tinha conhecimento de uma lista de pessoas ameaçadas de morte e que a polícia já sabia dessa delicada situação, assim como da existência de três grupos paramilitares. Disse ainda que devido à forma como esses grupos trabalham, tanto no país como fora dele, “é impossível controlar as suas atividades”. O militar recomendou que a comissão da Universidade — entre os quais se encontrava o reitor Juan Almendares — “diminuísse” algumas atividades políticas que se realizavam no centro de estudos superiores, tais como a publica-



Salinas, advogado e defensor de presos políticos: assassinado pela repressão



Coronel Alberto Melgar Castro: deposto pelo General Policarpo Paz Garcia, atual presidente da Junta Militar, sob a justificativa do governo estar "infiltrado de comunismo"



ção da revista *Presencia* (um órgão de denúncias com grande circulação fora do país), a solidariedade para com o povo de El Salvador e os trabalhos que estudantes e professores realizam em algumas zonas rurais do país.

Curiosamente, o coronel Leonidas Torres esteve vinculado a um crime de características semelhantes ao do advogado Gerardo Salinas e que foi conhecido em Honduras como o "Caso Ferrari", um obscuro episódio onde se misturavam oficiais superiores do Exército, traficantes de drogas locais e a *máfia* colombiana.

Terrorismo for export

Os hondurenhos fazem piada com as tradicionais relações com a Argentina: "Nós enviamos feijão e estudantes para que se graduem em Buenos Aires e eles mandam-nos tango, maus filmes, futebol e professores universitários; na troca, saímos ganhando". Mas nos últimos tempos, essa "troca" tem variado e é possível que os hondurenhos estejam perdendo. Hoje, a Argentina envia ainda outra "exportação não-tradicional": assessores em operações militares, uma especialidade do Cone Sul.

As operações dos agentes da Junta Militar argentina, destinadas a desbaratar no exterior os grupos de exilados, foram notícias por várias vezes. Os casos mais conhecidos de intervenção clandestina, seqüestros e mesmo tentativas de assassinato coletivo aconteceram no México, em 1978, e recentemente no Peru, além de outras operações na Europa. Na América Central, a colaboração do regime de Videla com as ditaduras da Guatemala, El Salvador e Somoza foi por diversas vezes denunciada. O mesmo general Videla exprimiu, em fins de junho, que o seu governo estava preocupado com a situação centro-americana, onde "está sendo introduzida uma cunha ideológica que pode alterar a unidade continental". Ele chegou a afirmar que havia oferecido apoio "para melhorar a situação interna dos países centro-americanos".

Honduras, em maio deste ano, recebeu a visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, comodoro Carlos Cavándoli, e menos de dez dias depois iniciou-se uma campanha de propaganda contra os professores universitários argentinos. Ela foi feita principalmente através da emissora

HRN, que geralmente transmite os pontos de vista do Exército e do Partido Nacional, e dos jornais diários *La Prensa* e *El Heraldito*, vinculados à chefia da Força de Segurança Pública (Fusep) e à G-2. Paralelamente, vários docentes sul-americanos receberam um "aviso único" anônimo redigido no estilo da *Alianza Anticomunista Argentina*, ou *Triple A*, e viram-se obrigados a abandonar o país em companhia dos seus familiares. Um jovem sociólogo que não deu importância às ameaças foi deportado oficialmente para a Guatemala pelas autoridades da Imigração.

Após esses acontecimentos, um grupo estudantil de esquerda, a Frente Universitária Revolucionária (FUR) denunciou, numa entrevista coletiva à imprensa, a chegada ao país de quatro "assessores especiais" argentinos, entre os quais um major do exército de nome Correa, cuja participação na tortura de presos políticos já tinha sido denunciada em El Salvador. Dois outros — segundo a denúncia da FUR — haviam participado do metralhamento da emissora *Radionoticias del Continente*, em São José da Costa Rica. E, simultaneamente, testemunhos es-

Coronel Leonidas Torres,
chefe da G-2
(inteligência militar
do exército), envolvido no
"Caso Ferrari" um crime
semelhante ao do advogado
Gerardo Salinas:
uma mistura de oficiais
superiores do exército,
traficantes de drogas e a
máfia colombiana



O médico e pesquisador
Juan Almendares, reitor
da Universidade Nacional
de Honduras: pressionado
pelo coronel Torres para
diminuir as atividades
políticas no centro
de estudos superiores

critos por presos políticos e saídos clandestinamente da prisão de San Pedro Sula, revelam que nas "sessões" de interrogatório e torturas, os prisioneiros, encapuzados, reconheceram nos "interrogadores" um "sotaque sul-americano, quase que com certeza, argentino".

Os "sapos" nicaraguenses

Apesar dos reiterados desmentidos oficiais, a base natural da contra-revolução nicaraguense está assentada em Honduras. Já em outubro do ano passado, pôde-se constatar o tratamento preferencial que recebiam os ex-guardas nacionais nicaraguenses asilados, em contraste com a forma chocante como eram tratados os refugiados na época de Anastasio Somoza. As incursões armadas à nova Nicarágua, os assassinatos de alfabetizadores sandinistas, o freqüente roubo de gado e outras atividades, tais como o funcionamento de uma rádio-emissora clandestina, constituem-se no trabalho principal dos "exilados" nicaraguenses. Outros desempenham funções de guarda-costas de políticos direitistas ou de força de choque dos latifundiários locais, principalmente de Choluteca, ao sul de Honduras. Os atentados contra a

sede diplomática nicaraguense e contra a residência do embaixador têm sido freqüentes, e as autoridades hondurenhas nunca tentaram esclarecer esses fatos.

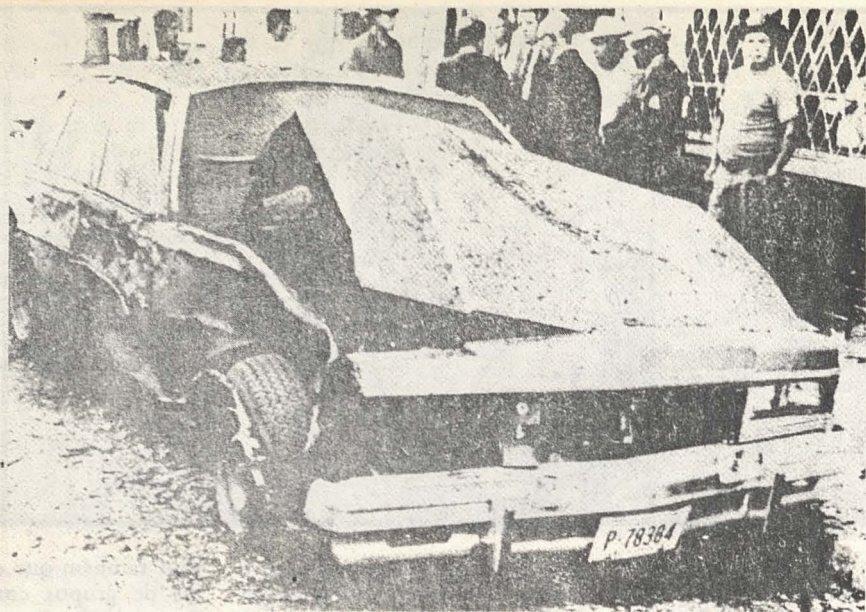
Recentemente, uma série de organizações populares, políticas, universitárias, camponesas e religiosas apresentaram ao Congresso Nacional uma solicitação de investigação das atividades dos ex-guardas nacionais e de outros "exilados" nicaraguenses. A petição incluía uma lista com o nome de vinte e cinco pessoas (13 militares e 12 civis) que eram apontadas como "chefes do movimento contra-revolucionário depois da derrubada do ex-general Anastacio Somoza". Os antigos servidores da derrotada Guarda Nacional são três coroneis, um major-aviador, um major, um capitão e vários tenentes.

A petição expressava que cidadãos nicaraguenses residentes em Honduras "efetuem constantes reuniões, patrocinam ações paramilitares e financiam atividades contra-revolucionárias" e ligava-os a atentados criminosos dentro e fora do país. A declaração acrescentava que "alguns deles portam armas de grosso calibre, amparados em permissões especiais outorgadas pelas altas autoridades militares". Divulga-

vam também que eles eram chefes de grupos como as Forças Especiais de Guerrilhas Anticomunistas (Fesgas), o Exército Nicaraguense de Libertação (ENL) e a Associação Democrática Revolucionária (Adren), "violando continuamente as leis para estrangeiros".

Assim, constata-se que em Honduras funciona perfeitamente a política esboçada pelos estrategistas norte-americanos, país ao qual dão uma importância chave na região, reservando-lhe o papel de *gendarme* da América Central. Por outro lado, é perfeitamente aplicado o esquema traçado pelo governo de Jimmy Carter de "mudanças com repressão": retorno à democracia com a eliminação sistemática da oposição não-oficial.

Os militares hondurenhos não têm pressa: contam com 18 meses de prazo até a realização das próximas eleições. Enquanto isso, o chefe das Forças Armadas é o presidente provisório. Eles acreditam que, até lá, terão o caminho "limpo das ervas malignas", expressão que em Honduras pode significar desde os cuidados com um jardim até um massacre. Nesse país — como dissemos antes — "a morte faz parte da paisagem". □



GUATEMALA

Uma guerra prolongada

A tentativa de união nacional para enfrentar o terror imposto pelo regime

Roberto Remo

Finalmente há notícias sobre a Guatemala. Os correspondentes estão entusiasmados. Depois de muitos anos enviando sempre o mesmo telegrama com o número de cadáveres encontrados ao amanhecer nas ruas (as variantes possíveis eram a quantidade de disparos, a crueldade das torturas ou a sigla utilizada pelo exército para justificar a ação) ou o balanço do mês anterior (dez ou onze assassinatos diários e, às vezes, um recorde de vinte), agora é possível transmitir pelos teletipos informações de combates, deserções e crises governamentais.

“Na realidade — explica Julian, porta-voz da Organização Povo em Armas (Orpa), o grupo

guerrilheiro mais novo no país —, a guerra começou em 1954, mas só agora morrem também militares. E um oficial morto é mais notícia do que oitenta mil civis assassinados nos últimos 25 anos”.

Um ano após a sua primeira ação militar pública (a tomada da fazenda Mujulia, no departamento de Quezaltenango, no dia 18 de setembro de 1979), a Orpa apresenta um balanço impressionante: 119 operações de propaganda (consistem, geralmente, na distribuição de material político em comunidades camponesas), 22 propriedades rurais e aldeias “ocupadas” (este tipo de operação consiste na ocupação militar do povoado e na realização de um comício político com seus

habitantes, em espanhol e em alguns dos 22 idiomas nativos que são falados na Guatemala), 13 capitais municipais tomadas de assalto (operações similares às anteriores, mas de muito maior envergadura militar, pois exigem fechamentos de estradas, com a participação de pelo menos uma centena de combatentes) e 12 choques com o exército através de emboscadas ou como consequência de algumas das operações anteriores. Os números dessas ações são os seguintes: 192 baixas no exército, incluindo oficiais, soldados e membros da polícia militar itinerante que protege os latifundiários, e 5 baixas entre os guerrilheiros (ainda que pareça incrível).

Entre abril e maio de 1980, as quatro organizações político-militares guatemaltecas (Forças Armadas Rebeldes, Exército Guerrilheiro dos Pobres, Partido Guatemalteco do Trabalho e a Orpa) realizaram 16 ações de propaganda, 8 emboscadas, 5 ocupações de propriedades rurais e povoados, e 10 choques armados importantes.

Kramer contra Lucas

O general Romeo Lucas, presidente do país, discursou em meados de setembro na Praça Maior da Guatemala, onde no dia anterior haviam explodido várias cargas de dinamite, numa operação não reivindicada pelas organizações armadas. Aplaudido por apenas alguns milhares de cidadãos, o general presidente não pôde deixar de referir-se aos "muitos outros que não vieram". A afluência não chegou a um terço dos 300 mil partidários que o governo esperava reunir.

O tom do discurso de Lucas, rodeado de cartazes que acusavam o presidente Carter de "agente do comunismo", foi agressivo. Nos seus ataques, houve um reconhecimento implícito do seu isolamento político, já que as principais acusações não se dirigiram contra as organizações populares e sim contra seus antigos aliados: a Nicarágua ("dominada pelo comunismo"), o governo norte-americano ("não nos vai ensinar o que é democracia"), a Igreja ("dedicada a catequizar e não a salvar almas") e, sem mencioná-lo, ao seu próprio vice-presidente até poucos dias atrás, Francisco Villagran Kramer ("elementos que no exterior tentam causar problemas à Guatemala").

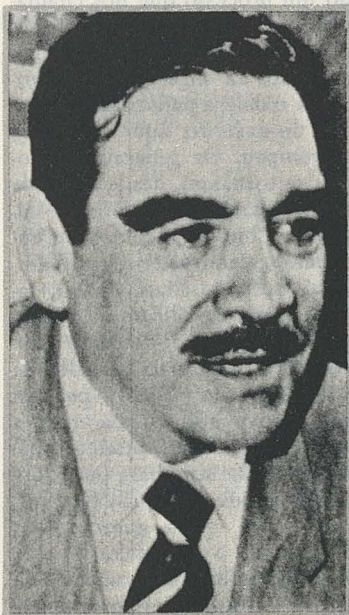
Villagran Kramer tinha um grande prestígio como advogado internacionalista, docente universitário e militante contra todas as ditaduras desde Castillo Armas, e aceitou vincular seu nome ao de Romeo Lucas para as eleições

de 1978. Se o fez por ambição pessoal ou convencido de que havia espaço real para um governo de "direita civilizada" ou ainda simplesmente por amizade, é uma pergunta difícil de responder. O fato é que sua presença ao lado de Romeo Lucas deu ao governo um certo respeito internacional e facilitou o diálogo com a burguesia local e com as corporações petrolíferas que Villagran assessorava. Mas logo surgiram as divergências.

O vice-presidente ficou então entre dois fogos. Depois de anunciar sua renúncia, meses atrás, finalmente a apresentou formalmente em setembro por carta. Se a tivesse entregue na Guatemala, seu nome engrossaria a lista de assassinados ou "desaparecidos". A demissão enviada de Washington, onde reside e tem bons amigos, sugere que o Departamento de Estado aprovou a manobra.

Modelo salvadoreño

Estarão tentando aplicar na Guatemala o modelo salvadoreño



Lucas García: isolado politicamente

nho de reformas com repressão? No ano passado falou-se insistentemente no país sobre os preparativos de um golpe com a participação da democracia cristã e a aprovação de Washington. "Hoje — comenta Julian — ninguém acredita seriamente nessa possibilidade. Para que aplicar um modelo que, em El Salvador, demonstra dia a dia o seu fracasso?"

Por outro lado, Villagran reconheceu, em declarações à imprensa, que "a mudança de um presidente por outro não resolverá o problema da Guatemala e sim, a mudança de uma estrutura por outra". Advertiu ainda sobre a possibilidade de uma intervenção militar norte-americana: "não creio que isso possa acontecer este ano, mas não se pode excluir a possibilidade, devido aos recursos naturais da Guatemala e à situação de crise que existe em toda a região".

A guerrilha não recrimina Villagran por ter demorado tanto a renunciar. Pelo contrário: ela o saudou por ele finalmente ter tomado essa decisão. Ao concentrar todas as suas forças contra Lucas e o processo chamado de "militarização do poder oligárquico", a guerrilha tem a perspectiva a longo prazo de uma aliança ampla como a que possibilitou o triunfo na Nicarágua. Primeiro deverá conseguir-se a unidade das organizações de vanguarda. E essa meta não parece estar muito longe. Além disso, os principais pontos dos programas das quatro organizações clandestinas buscam a convergência com a oposição "legal" ao estabelecer, não o socialismo imediato, mas uma "democracia popular revolucionária".

As condições internacionais parecem propícias, apesar da ameaça latente de intervenção norte-americana: a democracia cristã guatemalteca rompeu há vários meses com o governo ao retirar os seus representantes do Parlamento e a social democracia

plataformas que enriquecem a luta como um todo. Nossas relações com a Frente Unida da Revolução e com o Partido Social-Democrata são boas. Elas têm o seu peso na Guatemala.

E a Igreja?

— Existem duas alas: a conservadora que está com o governo, com o exército e com a oligarquia e a outra que, ... bem, está no campo. E não pode permanecer à margem da vida dos nativos. Oitenta por cento da população na Guatemala é religiosa: católica ou evangélica. E os sacerdotes e pastores que convivem com esta população vêem tanta miséria, tanta repressão... Não podem ficar insensíveis. Afinal, a repressão também se volta contra eles. Muitos sacerdotes nacionais e estrangeiros têm caído. Na Guatemala, a participação da



O governo de Lucas é o da repressão, do terror e da demagogia, quem sofre mais são os nativos

Igreja é muito importante para o processo revolucionário.

A militarização da oligarquia

Há a possibilidade do exército se dividir, de surgir de dentro dele um setor inclinado a identificar-se com os interesses populares?

— Não. O exército é uma casta. Deve haver oficiais que não se deixaram corromper e que pensam na possibilidade de uma mudança para o país. Mas não a nível de coronéis e generais. Entre eles, a corrupção é total. Nós temos visto casos que mostram que uma mentalidade assim pode ser mudada rapidamente. Em um mês. O dinheiro, a perspectiva de se tornar um fazendeiro (latifundiário), comerciante, industrial, banqueiro, ministro ou embaixador, somado à penetração ideológica, tem corrompido muitos oficiais. Embora ainda acreditemos que muitos oficiais médios sejam individualmente recuperáveis.

Vocês consideram que isso estabeleceu um sistema tipo fascista?

— Na Guatemala vem se dando um processo que nós chamamos de "militarização do poder oligárquico". O poder continua nas mãos da oligarquia, mas agora ela o delega para os altos escalões do exército, àqueles que ela corrompeu. Os generais e coronéis se tornaram, desde a década de cinquenta, produtores de algodão. Começaram, mais recentemente, a converter-se em financistas ou industriais. Enfim, fazem parte da oligarquia. Claro que nem todos conseguem isso. Mas se tem criado na oficialidade esta aspiração. Todos pensam que podem atingir essa meta e todos os coronéis anseiam pelo comando de uma base para conseguir a sua fazenda. Sentem, então, que nessa guerra estão defendendo o que é deles, os seus próprios interesses e não os de uma oligarquia, que antes podia lhes ser alheia. Essa é uma mu-

dança qualitativa. Nos últimos tempos, a guerra tem feito com que muitos reconsiderem essa perspectiva de se tornar militar como um meio que permita uma rápida e fácil ascensão social. Para conseguirem 200 estudantes para a escola de polícia, foi necessário fazer uma campanha maciça pelo rádio e pela televisão. Chegar ao posto de coronel é um processo muito longo e a guerra está muito dura.

Terror e demagogia

Vocês notam alguma mudança na estratégia do governo, a partir da vitória da revolução nicaraguense?

— É evidente. Não se deixaram surpreender. Não os supervalorizamos, nem tampouco os subestimamos. O caminho que tem tomado o governo de Lucas é o da repressão, do terror e da demagogia. Essa tem sido a sua estratégia tanto no plano militar, como no político, econômico e social. Agora estão recebendo novos tipos de armas e aviões. Têm assessoria do exterior. Usam napalm. Há bombardeios maciços no campo. E há uma guerra psicológica: a estratégia da mentira. Continuamente, são anunciados golpes contra a guerrilha com o objetivo de desestimar as massas.

Que apoio internacional recebe a guerrilha?

— Queremos deixar claro que a nossa é uma revolução guatemalteca. Nossas armas são israelenses, tomadas do exército da Guatemala. Mas necessitamos do apoio e da solidariedade de todos os povos do mundo.

Nossa meta imediata é tornar conhecida a luta do povo da Guatemala. Que a Guatemala não desperte apenas compaixão pelas atrozes violações dos direitos humanos. Elas existem e não devem ser esquecidas, mas é preciso que todos saibam que existe uma luta. Isso é o que importa. E vamos triunfar. □



GUATEMALA

Uma história de violência

*As forças armadas na defesa das oligarquias rurais
e das multinacionais*

Carlos Cáceres

No período de 1931 a 1944, governou a Guatemala o general Jorge Ubico — “o último homem a cavalo” — já que se distinguia por encaixar os desfiles militares montando em grandes corcéis. O seu regime impôs uma “paz de cemitério” através da chamada “Lei de Fuga”, sob a qual foram assassinados centenas de patriotas.

Ubico abriu as portas do país às empresas norte-americanas, especialmente nas áreas referentes às estradas de ferro, eletricidade e terras para o cultivo de bananas. A *United Fruit Compa-*

ny converteu-se no maior latifúndio do país. Ubico teve, no entanto, que apelar-se da sua montaria, diante de um movimento popular conduzido por estudantes universitários. Renunciou ao governo e foi substituído por uma assembléia que designou para ocupar o seu lugar um outro general, Federico Ponce Vaidés, derrubado meses mais tarde pela revolução de 20 de outubro de 1944.

Chegaram ao poder, um civil e dois militares: Jorge Toriello, Jacobo Arbenz e Francisco Javier

Arana que, ao anunciarem a vitória através dos emissores da Rádio Nacional, disseram: Limitamo-nos a dar a sensacional e gloriosa notícia do triunfo popular sobre a tirania ubico-poncista, levando assim a todos os cidadãos e aos nossos lares um pouco de esperança e a firme promessa de que, na nova situação, saberemos respeitar a liberdade e engrandecer o povo”.

Com a convocação de novas eleições, o vencedor foi Juan José Arévalo, que promulgou diversas reformas como o Código de Trabalho, o Instituto Guatemalteco

do Seguro Social (IGSS), a Lei de Escalonamento de Professores. Foram criados o Coro Nacional, a Faculdade de Ciências Humanas e o Instituto Indigenista.

Anos mais tarde, Arévalo apoiaria a política terrorista de Arana Osorio, ao aceitar um cargo diplomático. Mas nessa fase, a sua posição democrática levou-o a entregar a faixa presidencial ao coronel Jacobo Arbenz, vencedor nas eleições de 1951, apoiado por operários e camponeses. Durante os três anos que Arbenz permaneceu no poder, a Guatemala teve uma balança comercial que lhe era favorável e foi realizado um programa de governo democrático, onde se destacaram as construções da rodovia em direção ao Atlântico (de capital importância para a libertação dos transportes do país do monopólio ferroviário da *International Railways of Central America*) e do porto de Santo Tomás, no Atlântico, que viria a competir com o monopólio de embarque da *United Fruit Company*; e ainda a edificação da usina elétrica de Jurún Marinalá. A energia elétrica era controlada pela *Electric Bond and Share Company*, que operava através da sua subsidiária, a Empresa Elétrica, cinicamente chamada "da Guatemala".

A Reforma Agrária afetou mais de 250 mil hectares não-cultivados da *United Fruit* e dos latifundiários, e beneficiou a mais de 100 mil famílias camponesas. Nessa época, entre os mais importantes acionistas da *United Fruit* estavam Allan Dulles, diretor da CIA, e Henry Cabot Lodge, embaixador norte-americano no Conselho de Segurança da ONU.

Uma campanha de difamação internacional que acusava Arbenz de transformar a Guatemala em "praia do comunismo internacional" foi o prelúdio para a invasão do país, em 1954, por uma força de mercenários composta por salvadorenhos, nicaraguenses e hondurenhos, apoiados pelos seus respectivos governos.

A invasão e as suas consequências

No mês de junho de 1954, a cidade de Guatemala foi bombardeada, ao mesmo tempo que, vindo de Honduras, cruzava a fronteira um grupo mal apelidado de "Exército de Libertação Nacional", apoiado pelos latifundiários da Associação Guatemalteca de Agricultores. O arcebispo Mariano Rossel y Arellano deu a sua contribuição com cartas pastorais, onde pedia "uma cruzada de orações" para "expulsar o vírus maldito do comunismo internacional". O coronel Carlos Castillo Armas, um militar com velhos antecedentes golpistas, pôs-se à frente dos invasores. Mas, apesar disso, o exército guatemalteco negou-se a combater contra o governo que conseguira a sua dignificação e lhe dera estrutura institucional.

A "libertação" foi imposta a sangue e fogo, e anulou, de maneira brutal, todas as reformas políticas, económicas, sociais e culturais conseguidas durante dez anos de democracia.

O governo de Castillo Armas acabou com o direito de livre associação política, limitou a organização sindical, anulou o Código de Trabalho, destruiu a educação leiga, permitindo o ensino de religião nas escolas do Estado, queimou livros no parque central da cidade de Guatemala e torturou e matou em larga escala. Além disso, o Cristo de Esquipulas foi "nomeado" comandante desse exército "de libertação". Por todos esses "méritos", Castillo Armas recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Colúmbia, tendo sido, três anos mais tarde, assassinado pelos seus próprios correligionários.

Depois de várias intrigas e ameaças de golpe por parte do ministro da Defesa, Enrique Trinidad Oliva, Arturo González assumiu a presidência, sendo substituído em 1957 pelo coronel



Julio César Méndez Montenegro

Guillermo Flores Avendaño, que havia sido o chefe do Estado-Maior do exército invasor.

Em 1958, outro militar chega à presidência, o general Miguel Idigoras Fuentes, que desempenhou o papel de provocador internacional ao bombardear vários barcos camaroneiros mexicanos, e que "cedeu" o território guatemalteco para que dele partissem (depois de prévio treinamento na fazenda Helvetia, de propriedade de um dos mais destacados capitalistas da Guatemala, Roberto Alejos) os contra-revolucionários que desembarcaram na praia cubana de Girón, em 1961.

Em 1962, Idigoras promoveu uma fraudulenta farsa eleitoral para que obtivesse maioria no Congresso da República. Houve uma greve geral de protesto. Idigoras respondeu, assassinando dezenas de estudantes. Calcula-se



Coronel Enrique Peralta Azurdía

que houve um saldo de mil feridos e de mais de três mil presos. O analfabetismo alcançava, nessa época, a taxa de 72,2% e em algumas regiões chegava aos 90%.

O "caminho da concórdia"

Para "levar a Nação pelas sendas da concórdia", o exército guatemalteco deu um novo golpe, atento ao apelo da Pátria (pela boca dos latifundiários), que "pedia os máximos sacrifícios". Desse modo, assumiu o governo, em 1963, o coronel Enrique Peralta Azurdía, então ministro da Defesa. Promulgou-se a Lei de Defesa das Instituições Democráticas que — além de anular a Constituição — estipulava penas de prisão para aqueles que viajassem a países socialistas. Com a "Operação Honestidade", que supostamente limparia a corrupção idigorista, e da qual eles mesmos haviam participado,

os militares acabaram com os partidos políticos. Bandos paramilitares começaram a atuar, os tribunais militares foram autorizados a processar os civis e os guatemaltecos começaram a "desaparecer": dias depois, seus corpos torturados eram novamente encontrados.

Nas eleições de 1966 — realizadas sob estado de sítio — o advogado Julio César Méndez Montenegro venceu dois candidatos militares, traindo depois o seu programa e os seus eleitores ao aceitar um pacto humilhante imposto pelo exército, como condição para que pudesse assumir a presidência. Teve a presidência, mas não teve o poder.

É sob a responsabilidade de Méndez Montenegro que recai a morte e a tortura de centenas de guatemaltecos nas mãos das organizações paramilitares terroristas de extrema-direita que, impunemente, começaram a atuar. São elas: o Movimento de Ação Nacionalista Organizado (Mano), a Nova Organização Anticomunista (NOA) e o Conselho Anticomunista da Guatemala (Cadeg), entre outros. O líder do pró-fascista Movimento de Libertação Nacional (MLN), Máximo Sandoval Alarcón, teórico da "violência organizada", declarou: "Nós, da Libertação, somos o grupo de vanguarda que começou o terror. O exército estava desmoralizado pelas guerrilhas, até que organizamos a Mano". Diariamente apareciam mais de cinco cadáveres torturados e baleados nas ruas, estradas e arredores da cidade de Guatemala.

Em dezembro de 1966, Méndez Montenegro aprovou uma legislação que nomeava os latifundiários como agentes da lei e lhes dava porte de armas. Entre outubro de 1966 e março de 1968 foram assassinadas mais de oito mil pessoas, principalmente na zona de Zacapa e Izabala.

Em 1970, chegou ao poder o general Carlos Arana Osorio, que

fora o principal organizador dos grupos paramilitares na zona leste do país. Surgem então novos nomes que encobrem a atividade terrorista dos militares em trajes civis: Esquadrão da Morte, Abutre Justiceiro, Olho por Olho, etc., etc.

O *clan* familiar aranista e os seus protegidos aliaram-se a So-moza em negócios que iam do tráfico de drogas a percentagens em licitações públicas, vendas irregulares, como a da Empresa Elétrica, e à formação de empresas conjuntas com as famílias Kōng, Novella, Canella e com exportadores de gado. Passaram pelo gabinete aranista milionários guatemaltecos como Roberto Herrera Ibargüen, Arenales Catalán, Molina Mencos e Jorge Lamport Rodil.

Mais de 7 mil pessoas desapareceram ou foram encontradas mortas entre 1970 e 1971, e mais de 15 mil tiveram o mesmo destino nos primeiros três anos de governo de Arana Osorio. O que dá uma média de 13 por dia.

A imprensa guatemalteca, bem como a internacional, trouxe a público a descoberta de "cemitérios clandestinos", principalmente nas crateras dos vulcões. Em 1972, vários arqueólogos estrangeiros que realizavam trabalhos de restauração nas ruínas de Utatlán, no departamento de El Quiché, descobriram "fósseis" que não esperavam: restos de seres humanos com sinais de terem sido torturados e assassinados a tiros.

Nova farsa

Em maio de 1974, uma manifestação operária foi metralhada. Nesse mesmo ano, o governo aranista promoveu outra farsa eleitoral que culminou no "triunfo" do general Kjell Laugerud, formado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos. O jornalista Mario Monterroso Armas, por publicar as denúncias da fraude, foi

tem muitos mortos nas suas fileiras para pensar em qualquer aproximação com o regime militar.

Um golpe certo

Se alguma credibilidade era dada a Lucas, ela se desfez com as declarações feitas no Panamá pelo então chefe de imprensa do

ministério do Interior, Elias Barahona. Numa entrevista à imprensa amplamente divulgada, Barahona revelou sua verdadeira identidade: militante do Exército Guerrilheiro dos Pobres infiltrado nas fileiras governamentais desde 1976. Uma das primeiras tarefas que o governo lhe encomendou foi a de melhorar a ima-

gem do regime, deteriorada pela quota diária de cadáveres nas ruas. O ministro Alvarez Ruiz sugeriu-lhe a tese de apresentar esses mortos como vítimas de lutas internas entre grupos de ultra-esquerda e ultradireita, ambas contra o governo.

"A esquerda não é problema, pois todo mundo sabe que exis-

Um testemunho

□ O membro do "Exército Guerrilheiro dos Pobres" que conseguiu se infiltrar no governo da Guatemala, segundo instruções que recebera da sua organização, escreveu as memórias dos quatro anos em que trabalhou como funcionário do regime liderado por Lucas García. Elias Barahona é jornalista e chegou a se converter em homem de confiança do ministro do Interior, Donaldo Alvarez Ruiz.

Eis algumas das mais importantes revelações das suas memórias:

"O Programa de Pacificação prevê o assassinio de mil pessoas, num processo que deve terminar em janeiro de 1981. Para levá-lo à prática, Lucas García criou o "Exército Secreto Anticomunista" (ESA), com oficiais do exército e dirigido pela inteligência militar e o "Esquadrão da Morte", formado por agentes e oficiais da polícia, sob a coordenação do ministro do Interior, Donaldo Alvarez Ruiz."

"Os oficiais — sejam do exército ou da polícia — receberam treinamento da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, do Pentágono, assim como dos governos de Israel, Chile, Argentina e Brasil. Eles são especialistas em seqüestros, interrogatórios, tortura e assassinatos, para o que utilizam todo tipo de armas, desde a metralhadora até a faca ou o fio de nylon para enforçar."

"Pessoalmente, soube desse planejamento criminoso durante os quatro anos que passei infiltrado no governo de Lucas García como Chefe de Imprensa e Relações Públicas do Ministério do Interior. De 1976 a agosto de 1980, consegui me transformar num homem de confiança de Alvarez Ruiz, segundo instruções recebidas do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), organização da qual sou combatente desde 1970."

"A cobertura oficial desse "programa" consiste em atribuir os seqüestros e assassinatos à "luta

entre radicais políticos que procuram conquistar o poder pela violência", palavra de ordem utilizada constantemente pela propaganda oficial e que fora engolida pela imprensa estrangeira. Assim, o governo do general Lucas é apresentado como "cercado entre dois fogos", enquanto procura estabelecer o diálogo e a paz social."

"A repressão intensificou-se nos primeiros meses de 1980: foram assassinados 90 dirigentes sindicais, 45 líderes camponeses, 20 funcionários da universidade de São Carlos, 15 professores catedráticos, mais de 60 estudantes secundários e universitários e numerosos jornalistas e padres católicos. A maior parte dos seqüestrados apareceu com os seus corpos mutilados e torturados, decapitados e sem as mãos, para dificultar a sua identificação."

(...) "Ele, o ministro do Interior, deu-me uma lista de 36 nomes de guatemaltecos "sentenciados à morte" pela suposta organização (criada pelo governo). Nela estava ele próprio, Alvarez Ruiz, assim como Romeu Lucas e o ministro da Defesa. Ele disse que tudo isso era para "despistar" e levar a supor que o Esquadrão da Morte e o Exército Secreto Anticomunista eram dirigidos por Mario Sandoval Alarcón, chefe da "Mão Preta", grupo paramilitar que fora do governo e agora furioso inimigo de Alvarez Ruiz. Disse-me ainda que os responsáveis eram o coronel Héctor Montabán, chefe do Estado Maior Presidencial e da Inteligência Militar, e o coronel Oscar Perucina, chefe do Arquivo da Inteligência Militar. Explicou-me que as listas dos sentenciados eram tiradas dos arquivos da Inteligência Militar e da Polícia, assim como do Departamento de Sindicatos do Ministério do Trabalho e de um setor empresarial que dá ao governo nomes de dirigentes sindicais e camponeses."

"Essas listas são revisadas por Montabán, Lucas, Alvarez Ruiz e o ministro de Finanças Públicas, coronel Hugo Tulio Bucaro e o de Defesa Nacional, general Anibal Guevaro Rodriguez. Os ex-presidentes Manuel Arano Osorio (1970-1974) e Kjell Eugenio Laugerud (1974-1978) também fazem parte desses grupos."

tem grupos guerrilheiros na Guatemala. Mas, e a direita?" — argumentou Barahona.

O ministro lhe mostrou papéis timbrados do "Exército Secreto Anticomunista" e outras siglas do mesmo estilo. O próprio Barahona redigiu os comunicados dos supostos grupos paramilitares reivindicando os assassinatos.

O momento político para essas denúncias foi cuidadosamente calculado para obter o máximo impacto, coincidindo com a renúncia de Villagran. Barahona aproveitou uma semana de férias para escapar clandestinamente em direção ao Panamá, onde deu nomes de agentes da CIA e seus colaboradores guatemaltecos, revelou que os Estados Unidos continuam sendo o principal sustentáculo militar da ditadura e que grande parte de sua ajuda é canalizada através de in-

termediários do Cone Sul (em particular a Argentina) e de Israel que, nos últimos três anos, forneceu à Guatemala 50 mil rifles Gallil, 15 aviões Arava, 5 helicópteros, mil metralhadoras de tripé, munições e assessoramento.

O povo na cena

O povo perdeu o medo. Em julho de 1980, a média de assassinados e seqüestrados (em geral enterrados sem o nome e com a inscrição XX em fossas comuns) subiu a 34 por dia. Mesmo assim, nesse mesmo mês, registrou-se uma intensificação da luta de massas, com greves e mobilizações estudantis em Quezaltenango, Baixa Verapaz e na capital; paralizações operárias decretadas pelo Comitê Nacional de Unidade Sindical em protesto pelo seqüestro de 27 sindicalistas; e

uma greve inédita de igrejas no Departamento de El Quiché, onde os sacerdotes decidiram não realizar missas, fechar os templos e suspender todas as atividades paroquiais em protesto pelo assassinato de dois religiosos, metralhamento de um convento e um atentado contra o bispo da diocese local, Monseñor Juan Gerardi.

"São o exército, as guardas das fazendas e outros inimigos do povo os culpados por não haver aqui missas e outros sacramentos" — afirmou um comunicado do Comitê de Unidade Campesina. "Eles são inimigos da Igreja e de Deus", diz ainda o texto. E sua conclusão é ainda mais firme: "somente organizados e combatendo, conseguiremos tirar os assassinos do poder e encontrar a paz e a justiça como quer Deus". □

O exército nativo

As organizações guerrilheiras se fortalecem e tentam formar uma frente de libertação nacional inspirada na experiência nicaraguense



A guerrilha guatemalteca não é um fenômeno recente, embora só agora, com o interesse que a revolução nicaragüense despertou pela situação da América Central, é que a sua crescente pujança tenha alcançado notoriedade internacional.

Os primeiros movimentos guerrilheiros surgiram no começo da década de sessenta, nascidos de cisões dentro do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT). Em 1962 são criadas as "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e o "Movimento 13 de Novembro", liderados pelos ex-militares Turcios Lima e Yon Sosa, respectivamente. Com uma orientação semelhante à das outras organizações guerrilheiras latino-americanas da época, esses contingentes operam basicamente na zona oriental do país: a FAR em Zacapa e na Serra das Minas e o "13 de Novembro" em Izabala.

A ofensiva "anti-subversiva" do exército guatemalteco consegue importantes vitórias militares e políticas a partir de 1968. Morrem os principais dirigentes e os sobreviventes recuam em direção ao norte. Os primeiros anos da década de setenta são marcados pela reorganização, discussão interna e redefinição da estratégia e táticas a serem seguidas.

Perguntamos a Julian, porta-voz da Organização Povo em Armas (Orpa), em que consiste esta redefinição, responsável pela intensa atividade político-militar das forças revolucionárias, atualmente.

— Atravessávamos um período muito difícil. Evidentemente, o exército pôde se desenvolver com maior rapidez e formar uma estratégia de contra-insurreição, enquanto as organizações revolucionárias ficaram para trás em relação à sua organização e consolidação. Quando começou a atividade guerrilheira, o exército não tinha nenhuma experiência.



A guerra já formou uma geração (começou em 1954) e ainda poderá formar uma outra

Mas, aos poucos, ele a foi adquirindo, preparando seus quadros nas escolas norte-americanas da zona do canal. E a guerrilha não soube se adequar a essa nova realidade. Estancou. Há muitos problemas ideológicos e políticos. Atacam-nos duramente e muitos combatentes começam a defender uma nova estratégia: a luta popular prolongada.

O que significa isso?

— Prolongada porque é uma luta que começou há 26 anos, em 1954, quando Arbenz é derrotado. Mas também significa que esta luta é um processo contínuo que conduzirá à tomada do poder. Do poder popular, é claro. O povo sendo o protagonista. Refiro-me em especial a esse riquíssimo potencial que temos e ao qual não se havia permitido nenhuma participação: a maioria nativa ou indígena. Preferimos, no entanto, chamá-la de "nativa" porque o termo "indígena" tem para nós uma conotação pejorativa. Eles são camponeses, com seus minifúndios encravados na região onde desenvolvemos nossa luta guerrilheira, trabalhando como peões nos latifúndios,

nas grandes plantações de café em terras usurpadas durante 450 anos.

É sobre estes dois pilares básicos que se tem desenvolvido uma nova estratégia militar e política, baseada numa participação muito maior dos camponeses, das organizações de massa. Assim, surgem o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), que começa a organizar-se entre 1970 e 1971 em El Quiché, e a nossa organização (que não era numerosa), no ocidente do país, em Quezaltenango.

A unidade

Quais são as diferenças entre Orpa e o EGP?

— Não temos maiores divergências ideológicas ou políticas. Nascemos quase simultaneamente, mas em regiões diferentes. A existência de duas organizações é devido não só a um problema geográfico como também às épocas diferentes em que elas organizaram e desenvolveram seus exércitos populares.

Vocês consideram alcançada a meta de incorporar os "nativos" às organizações?

— Sim. Temos uma base sólida. Nós nascemos, crescemos e nos consolidamos no campo. Acreditamos que essa é a estratégia para a Guatemala. Nossas fileiras são formadas por pessoas oriundas dessa população nativa, que tem sofrido a exploração, humilhação e o racismo por séculos. Quando se toma uma fazenda ou povoado são os comandantes "nativos" que se dirigem à população nos atos políticos e o fazem em seus idiomas regionais.

Vocês acham possível concretizar a união de todas as organizações revolucionárias?

— Sendo objetivos e realistas diríamos que a unidade será um fato consumado em um prazo relativamente curto. A unidade é um processo. A Orpa só aparece

ceu publicamente no dia 18 de setembro de 1979, depois de oito anos na clandestinidade e no mais absoluto segredo. O EGP se tornou conhecido em 1975. A FAR ainda continua lutando, mesmo depois de uma destruição quase total de suas organizações urbana e rural. O PGT também foi muito golpeado. Quase toda a sua direção foi assassinada. Houve um período muito difícil que se estendeu por vários anos: a principal preocupação de cada organização era a sua própria sobrevivência e consolidação. A partir de 1978, PGT, FAR e EGP começam a manter conversações bilaterais, reuniões onde se defende a união. Posteriormente esta "tripartite" se transformou numa "quadripartite", quando a Orpa decidiu participar e discutir suas proposições.

Nossas relações bilaterais com todas as organizações são fraternais. Há respeito mútuo e temos consciência da responsabilidade que compartilhamos. Não temos, ou melhor, a Orpa não tem a pretensão de ser a vanguarda de ninguém, mas se reconhece que a nossa organização e o EGP são as mais organizadas e fortes ao nível militar. Existe apoio mútuo no campo da informação, logística, no plano militar e a nível ideológico. Fazemos trocas de materiais que são discutidos em conjunto.

Organização campo-cidade

E quanto à guerrilha urbana, como se tem processado a luta nas cidades?

— Aprendemos muito na década passada. A nossa base urbana foi bastante atingida, quase aniquilada nessa época. Em 1973 é que começamos a reconstruí-la na capital. E foi muito difícil, era o tempo de Arana Osório, que com muita justiça era apelidado de "O Chacal". O nosso companheiro Marcos, que logo morreu num acidente, começou a fazer contato com estudantes,

intelectuais, operários, profissionais, companheiros que haviam ficado desmobilizados devido à forte repressão. Resultado, antes que a organização ficasse conhecida publicamente, já havíamos consolidado uma frente urbana. Enquanto, para começarmos nosso trabalho no campo, nos baseamos num pequeno documento que chamamos "Princípios e Objetivos", para o trabalho urbano foi preciso elaborar uma grande quantidade de material teórico e ideológico que reforçasse o conteúdo político. É uma necessidade — e também uma característica — da pequena burguesia. E foi assim que a nossa organização se desenvolveu, que a trouxemos do campo à cidade.

Quais são as tarefas dos que lutam na frente urbana?

— A mais importante é reunir todo o apoio necessário à guerrilha que se desenvolve nas montanhas. Na verdade, embora ela esteja concebida como uma guerrilha urbana, com toda uma preparação militar, ideológica e organizadora, atualmente a sua principal função é dar apoio logístico.

Como são as relações de vocês com as demais forças de oposição legais ou semilegais?

— Acreditamos num governo amplo, num governo democrático, popular e revolucionário. A Nicarágua também tem nos dado muitas lições nesse sentido. A Orpa mantém relações com as demais organizações progressistas, inclusive com setores enclavados nos partidos políticos tradicionalmente conservadores. Há



Os comandantes nativos se dirigem à população nos seus idiomas regionais

assassinado. Outras siglas aparecem: Exército Secreto Anticomunista (ESA), Irmandade Branca, Guerrilha de Ação Libertadora Guatemalteca Anti-Salvadorenha (Galgas), e Exército Juvenil Anticomunista (EJA). A oposição descobre armas e cadáveres enterrados nos jardins de ricas famílias, como a de Elías Zimeri, sócio de Arana.

A Frente Nacional de Oposição, vencedora das eleições, denunciou que lhe tinham sido roubados 100 mil votos. Com tiros e assassinatos através do uso de garrotes, a polícia e o exército eliminaram todo e qualquer protesto em relação à fraude. Laugerud permitiu a presença de tropas somozistas na Guatemala, na zona de Ixcán, a noroeste do país, e condecorou Augusto Pinochet.

A corrida armamentista do governo guatemalteco — baseada nas aspirações sobre Belize — encontrou um cúmplice em Israel, que vende armas à Guatemala e lhe fornece assessores militares.

Mas, numa visão geral do país, as suas contradições tornaram-se mais profundas com a destruição causada pelo terremoto de fevereiro de 1976 e com a política inflacionária “de reconstrução nacional”

A situação atual

Em março de 1978 foram feitas novas “eleições” para presidente e vice-presidente da República. Sessenta e seis por cento dos eleitores se abstiveram ou anularam os seus votos. Nenhum dos três militares que disputavam o posto obteve a maioria, e foi o Congresso que decidiu declarar como presidente eleito o general Romeo Lucas García, com aproximadamente 270 mil votos — mais ou menos 10% dos votos válidos, em um país de cerca de sete milhões de habitantes — apoiado por uma aliança denominada Frente Ampla, integrada pelo Partido Institucional Democrático (PID), formado pelo exército durante o governo de

Peralta Azurdia, que apoiou oficialmente Kjell Laugerud, da mesma forma como o fizera antes com Arana Osorio; o Partido Revolucionário (PR), que levou à presidência Julio César Méndez Montenegro; dissidentes do partido pró-fascista Movimento de Libertação Nacional (MLN); e pequenas organizações de diversas tendências.

A 1º de julho de 1978, Lucas García tomou posse como presidente, num clima de terror, assassinatos e sob um virtual estado de sítio, pela extrema vigilância, controles e detenções arbitrárias feitas pelo exército e pelas diversas polícias. Uma das suas primeiras medidas foi autorizar o aumento nos preços da carne, leite, açúcar e energia elétrica. Um mês antes, a 29 de maio, o exército guatemalteco assassinara mais de 140 camponeses indígenas *kekchís*, que protestavam contra a tentativa de tomada das suas terras no município de Panzós e Alta Verapaz.

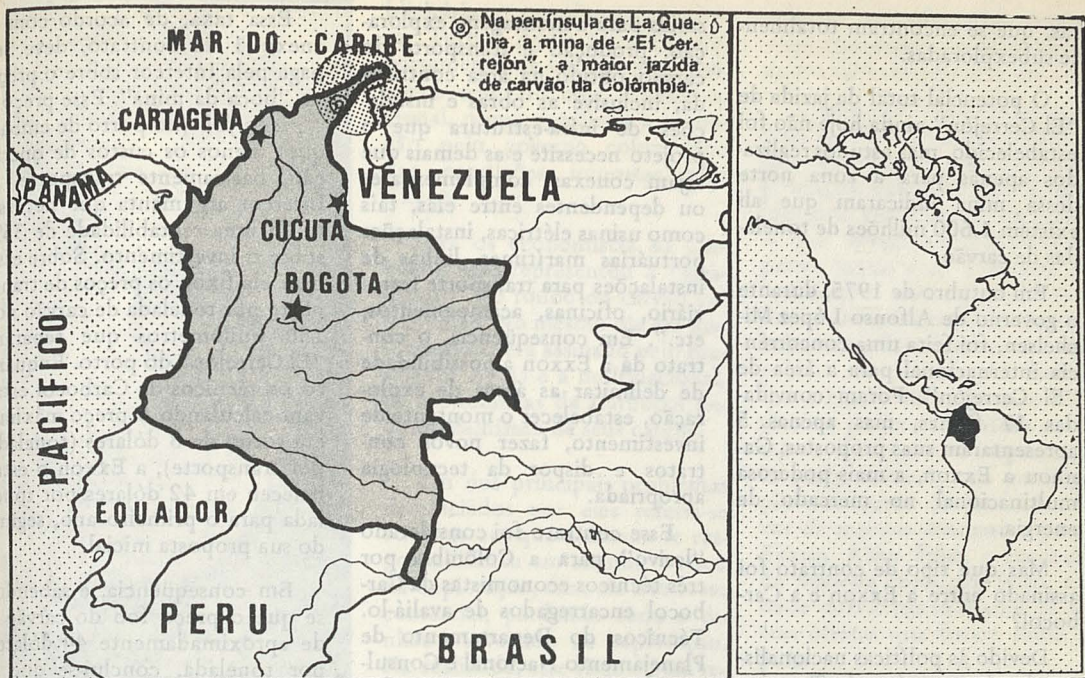
Oficiais são treinados pelos EUA

Mais de mil oficiais e soldados latino-americanos estão sendo treinados nas três escolas de assistência para segurança, que funcionam na área do Canal de Panamá, segundo informou um porta-voz do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos. Ele confidenciou ainda que, atualmente, participam do curso anual 250 militares salvadorenhos, depois de já terem passado, durante o decorrer deste ano, 544 oficiais e soldados de El Salvador a pedido da Junta Militar que governa o país desde 15 de outubro de 1979. Esses militares participam de um curso denominado “Aspectos dos Direitos Humanos na Defesa Interna e Desenvolvimento”.

Entre as matérias do curso estão: organização tática em ambientes insurrecionais, operações logísticas, manutenção de armas pequenas (fuzis e pistolas), comunicações básicas, uso da força controlada e proteção dos civis numa situação

de insurreição. Está também entre os objetivos do curso, preparar teoricamente os militares sobre os conceitos básicos fundamentais para planejar e desenvolver operações de patrulhamento (para unidades pequenas) contra um inimigo convencional em terrenos pantanosos e selvas.

Jornais panamenhos divulgaram também que, atualmente, Guatemala, El Salvador e Honduras estão gastando vultosas somas na compra de armamentos modernos. Honduras gastou, no último ano, cerca de 200 milhões de dólares na aquisição de aviões de combate e helicópteros. A Guatemala, com o exército mais moderno e equipado da América Central, vem comprando aviões, metralhadoras e armamentos em geral de Israel e da Argentina. Quanto a El Salvador, o Departamento de Estado norte-americano reconheceu ter dado uma ajuda militar que vai além dos 30 milhões de dólares.



COLÔMBIA

O escândalo do carvão

Uma multinacional, a Exxon, quer o minério colombiano. O governo é a favor mas economistas que analisaram o projeto são contra

Um grande debate político está se formando em torno do contrato de associação feito entre a Intercor, filial da multinacional Exxon, e a Carbocol, empresa estatal de carvão da Colômbia. O contrato assegura à empresa estrangeira uma taxa de lucro de 35% do investimento acumulado e a propriedade de 50% de uma jazida de carvão com um potencial estimado em 1.600 milhões de toneladas.

Essas condições foram consideradas abusivas e inadequadas para o país por técnicos da empresa colombiana, que se demitiram depois que o governo resolveu não dar crédito às suas críticas e manter o contrato com a multinacional. O acordo refere-se à mina de "El Cerrejón", a maior jazida de carvão da Colômbia, situada na península de La Guajira, ao norte do país, entre a fronteira com a Venezuela e o oceano Atlântico.

Antecedentes

Como a maioria dos países não produtores de petróleo, a Colômbia está submetida atualmente à difícil situação de enfrentar com êxito as exigências da crise energética. Mas, apesar de o país carecer de uma produção suficiente de petróleo, possui enormes riquezas, especialmente hidrelétricas e carbonífe-

ras, que se encontram totalmente subexploradas.

O potencial total da jazida de "El Cerrejón" ainda hoje não foi estabelecido, mas estudos realizados apenas para a zona norte dessa mina indicaram que ali existem 1.600 milhões de toneladas de carvão.

Em outubro de 1975, durante o governo de Alfonso López Michelsen, foi feita uma concorrência internacional para a área de "El Cerrejón". Foram convidadas 17 firmas, mas apenas 5 apresentaram suas propostas. Ganhou a Exxon, a mais poderosa multinacional no mercado de energia.

Mas que tipo de contrato foi assinado entre a Exxon e a Carbocol?

Devido às políticas nacionalistas de alguns países do Terceiro Mundo, que nacionalizaram seus recursos naturais, as empresas multinacionais desenvolveram um modelo jurídico que se define como "contrato de associação" e que lhes permite obter o maior rendimento com o menor risco de investimento possível. Em termos gerais, o contrato estabelece uma "associação em partes iguais": as partes (multinacional e Estado) dividem por igual os gastos e os lucros. Ou seja, nesse caso, a Colômbia divide os gastos de investimentos com a Exxon que, participando supostamente com a tecnologia, apodera-se de 50% do carvão colombiano — revela o jornalista Washington Uranga, que acompanha na Colômbia o desenvolvimento do escândalo provocado em torno do assunto.

Ainda há outros elementos que devem ser levados em conta. O contrato necessita de um operador. A cláusula 10 diz o seguinte: "as partes concordam que a Intercor será o operador e como tal (...) terá a direção e orientação de todas as operações e atividades que considere neces-

sárias para a montagem, exploração, produção e transporte do carvão obtido na área contratada, inclusive as obras e instalações de infra-estrutura que o projeto necessite e as demais que sejam conexas, complementares ou dependentes entre elas, tais como usinas elétricas, instalações portuárias marítimas, linhas de instalações para transporte ferroviário, oficinas, acampamentos, etc.". Em consequência, o contrato dá à Exxon a possibilidade de delimitar as áreas de exploração, estabelecer o montante de investimento, fazer novos contratos e dispor da tecnologia apropriada.

Esse contrato foi considerado "lesivo" para a Colômbia por três técnicos economistas da Carbocol encarregados de avaliá-lo. Técnicos do Departamento de Planejamento Nacional e Consultores Internacionais contratados também deram pareceres contrários à associação. Mas isso não foi suficiente para que o Governo do presidente Julio César Turbay Ayala suspendesse o contrato. Ele decidiu considerar comercial a associação e dar continuidade à sua execução.

Manobras da Exxon

Mas por que o contrato é "lesivo" para a Colômbia?

A resposta está numa série de detalhes analisados e denunciados pelos técnicos da Carbocol, Cecilia de Sierra, Liliane Jaramillo e Roberto Forero.

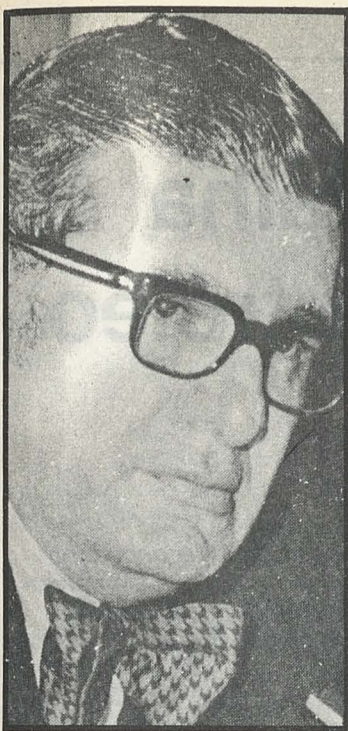
Inicialmente, o contrato estabelecia uma exploração de 5 milhões de toneladas de carvão ao ano. Desse total, 50% pertencia à Carbocol e os outros 50% à Exxon. Incidindo sobre a sua parte, a Exxon deveria pagar à Carbocol uma taxa de 15%. No entanto, a multinacional, como sócia e operadora do projeto, é quem maneja a infra-estrutura e fixa a taxa e o custo das operações.

Essa taxa, de acordo com o anexo 1 do contrato, deve ser paga pela Intercor sobre o preço na "boca da mina". Esse preço é o preço fob (no porto de embarque) menos os custos de operação, basicamente transporte. Intercor argumenta que necessita de uma rentabilidade de 35% sobre o investimento. Sobre essa base ela fixou os preços de transporte por tonelada de carvão nos 150 quilômetros que separam "El Cerrejón" do porto. Enquanto os técnicos da Carbocol estavam calculando o preço máximo em torno de 8 dólares (tonelada por transporte), a Exxon o estabeleceu em 42 dólares por tonelada para o primeiro ano, segundo sua proposta inicial.

Em consequência, e sabendo-se que o preço fob do carvão é de aproximadamente 44 dólares por tonelada, conclui-se que o preço na boca da mina, deduzidos os gastos de operação, é de 2 dólares a tonelada. Sobre essa soma, a Intercor pretende pagar os 15% de taxa. Uma contraproposta da Carbocol sobre os custos de transporte nunca foi respondida pela Exxon.

Mas o mais grave de tudo isso é que, apesar de ter-se acertado inicialmente uma exploração anual de 5 milhões de toneladas de carvão, o projeto foi logo ampliado por iniciativa unilateral da Exxon para 15 milhões de toneladas, fazendo-se, então, todos os estudos sobre essa base de produção. Agora, a Exxon afirma que a jazida não é comercial se não se explorar pelo menos 25 milhões de toneladas de carvão por ano.

Isto não seria grave se a cláusula 16 do contrato de associação não colocasse em vigência uma série de fórmulas que entram em operação à medida que se superar a produção dos 5 milhões de toneladas anuais, que se referem diretamente à participação dos sócios nos lucros.



Turbay Ayala: dando crédito à Exxon contra os interesses nacionais

Depois de um minucioso estudo dessas fórmulas, conclui-se que a participação da Exxon nos lucros do projeto aumenta numa progressão importante à medida que cresce a produção. Resultado: maior produção, maior lucro para Exxon e menos captação por parte do Estado colombiano. Só neste caso, afirmam os técnicos colombianos da Carbocol, o país poderá perder aproximadamente uns 5 bilhões de dólares.

Um roubo legalizado

A 27 de agosto passado, os técnicos da Carbocol enviaram um memorando à gerência da empresa recomendando ao governo não levar adiante o contrato com a Exxon, pois não estavam claros muitos aspectos no contrato, o que poderia resultar em prejuízos para os interesses colombianos.

No entanto, a 5 de setembro, em meio a grande campanha pu-

blicitária, o presidente Julio César Turbay Ayala foi até o Departamento da Guajira para assinar o contrato com a multinacional, o que significou a aceitação pelo governo colombiano das condições impostas pela Exxon.

Para os economistas da Carbocol, isso representou a "legalização" do roubo do carvão colombiano. No mesmo dia em que o contrato era assinado pelo presidente Ayala e a multinacional, os economistas da Carbocol pediram demissão de seus cargos.

Um dos principais problemas denunciados por eles referia-se ao item em que a Exxon se responsabilizava em assumir o risco da exploração, caso ela não fosse comercial, perdendo todo o dinheiro investido na exploração. Na realidade, esse risco é bem reduzido, devido à já conhecida potencialidade da área a ser explorada, hoje estimada em 1.600 milhões de toneladas de carvão. Além disso, um estudo minucioso desse item do contrato permite deduzir, segundo os técnicos, que a Exxon cobrará, até o último centavo e com acréscimos, o seu investimento inicial. Assim, será o Estado colombiano que acabará pagando tudo.

Uma outra questão é sobre o investimento de 56 milhões de dólares que a Exxon diz ter feito na etapa exploratória. Essa quantia é considerada extremamente elevada pelos técnicos da Carbocol e pelo grupo de consultores internacionais contratados pelas Nações Unidas, o Banco Mundial e a própria Carbocol. A Exxon pretende incorporar essa quantia no investimento bruto, o que significa que, na realidade, ela não terá risco nenhum, com o agravante de, até agora, não ter apresentado nenhuma conta que prove esse gasto. A apresentação da conta é uma das exigências do contrato, mas a multinacional, de acordo com os técnicos, ma-

nifestou em repetidas ocasiões "que teríamos (a Carbocol) que aceitar os custos de boa fé".

A situação complica-se ainda mais devido ao fato do contrato não estabelecer um limite de produção. Portanto, todos os esforços de investimento da Exxon — que devem ser divididos em partes iguais com o Estado colombiano — será altamente retribuído em seu benefício. Paradoxalmente e de acordo com o estipulado no contrato, à medida que a Nação aumente suas inversões no projeto, vinculada ao ritmo de investimento imposto pela multinacional, sua participação nos lucros diminuirá em favor de maiores dividendos para a Exxon. Além disso, o contrato, da maneira como foi feito, torna-se desvantajoso diante de outras ofertas que foram feitas ao país.

A lógica indica que antes de iniciar a montagem das máquinas e equipamentos, cujos custos deverão ser divididos com o Governo colombiano, a Exxon deveria apresentar um estudo de viabilidade de todo o projeto. Inclusive, o contrato estipula que esse estudo deve ser apresentado... mas não diz quando. Não há um só desenho do projeto, nenhum estudo ambiental, que são obrigações da Exxon por contrato. A multinacional ainda deseja impor a condição de que o Governo colombiano financie 50% do estudo ambiental. Calcula-se que a Exxon, em 23 anos extrairá, no mínimo, 600 milhões de toneladas de carvão, provocando um prejuízo de 10 milhões de dólares ao país. Pela sua gravidade, o problema já chegou ao Parlamento colombiano, que poderá influir junto ao governo a fim de que o contrato seja renegociado. No entanto, fontes parlamentares confidenciam que algumas personalidades de alto nível dos partidos tradicionais estariam envolvidas na negociação com a multinacional. □

Equador: a batalha do petróleo

Juan Loayza Fleitas

A história de um grande projeto que reconquistou para o país a sua riqueza petrolífera. Hoje, a empresa estatal parte para outro desafio: duplicar em cinco anos as reservas nacionais.

A Corporação Estatal Petrolífera Equatoriana (Cepe) é uma empresa pública encarregada de executar a política de petróleo do Equador. Foi criada por lei a 23 de junho de 1972, como consequência da necessidade nacional de manipular, de maneira soberana, os recursos petrolíferos do país e convertê-los em um poderoso mecanismo de desenvolvimento econômico e social da nação.

Até esse momento — e durante mais de cinquenta anos — a exploração do petróleo equatoriano estava sob o controle exclusivo de poderosos consórcios multinacionais, sem deixar nenhum benefício evidente para o país. A empresa britânica *Anglo Equatorian Oilfields*, e as norte-americanas *Texaco* e *Gulf*, tinham em seu poder os campos produtores da Costa e do Oriente, respectivamente, enquanto uma constelação de empresas estrangeiras mantinha sob o seu controle imensas concessões de

exploração que representavam mais da quarta parte do território equatoriano.

Utilizando um método já habitual entre as multinacionais do petróleo, a maioria dessas concessões foi obtida através de turvas negociações com funcionários públicos e, em alguns casos, com a intermediação de companhias fantasmas que depois passavam a especular com as suas concessões, à margem da vontade do Estado equatoriano.

Quanto à exploração do óleo cru, o caso da *Anglo* é revelador, pois até 1972 havia exportado mais de 40 milhões de barris de petróleo fino, procedente das jazidas da península de Santa Elena, sem que o país recebesse em troca nenhum benefício certo. Mas mesmo assim, nesse mesmo ano a situação das áreas de refinaria e comercialização interna era precária e, em certos momentos, crítica.

As duas unidades de refinação

existentes na península de Santa Elena, eram de propriedade da *Gulf* e da *Anglo*, e processavam 6 mil e 23.500 barris diários, respectivamente, o que desde muito tempo era insuficiente para cobrir as necessidades do mercado interno. Isso determinava uma onerosa e crescente importação de derivados à qual juntava-se a importação de produtos reconstituídos e misturas, feita pelas companhias para abastecer as suas refinarias, pois, por mais absurdo que isso possa parecer, essas unidades não haviam sido planejadas para o processamento do petróleo equatoriano.

Finalmente, o panorama petrolífero equatoriano completava-se com uma carência geral de pessoal técnico nacional e um total desconhecimento dos assuntos referentes ao petróleo por parte do próprio Estado. Foi nessa crítica conjuntura que a Cepe apareceu, com o objetivo transcendental de resgatar os recursos petrolíferos do país e de



O presidente Jaime Roldós (no centro, de terno escuro) na refinaria estatal de Esmeraldas, renovando a ação da Cepe

explorá-los em benefício do povo equatoriano.

A recuperação da soberania nacional

Como consequência do seu nascimento tardio — recentemente concretizado, meio século depois de iniciada a exploração de petróleo no Equador — a Cepe teve de enfrentar grandes dificuldades no início das suas atividades. Pelo fato do seu “mapa petrolífero” se encontrar nas mãos de empresas estrangeiras, a sua ação ficava limitada a poucas áreas de exploração. A isso somava-se a própria debilidade econômica da Corporação e a cerrada oposição de poderosos interesses nacionais e estrangeiros afetados pela presença da entidade estatal.

Contra a opinião dos seus opositores e a desconfiança dos mais céticos, a Cepe iniciou as suas atividades disposta a demonstrar a capacidade nacional

para administrar os seus próprios recursos naturais.

Poucos meses mais tarde, a Cepe tomou a responsabilidade da operação dos condutores Durán-Quito, construídos pela Empresa Ferroviária do Estado para o transporte de derivados para o interior do país, e, paralelamente, desenvolveu a sua organização técnico-administrativa e assumiu a comercialização básica de gás liquefeito, melhorando o abastecimento interno e diminuindo os preços para o consumidor.

Em junho de 1974, a Cepe passou a administrar 25% das ações do consórcio *Texaco-Gulf*, adquiridas pelo Estado equatoriano por 42,8 milhões de dólares. Com isso, a Corporação transformou-se realmente em empresa petrolífera e o Equador pôde imiscuir-se diretamente nas múltiplas atividades da maior indústria nacional. Nesse mesmo ano, a Cepe passou também a participar das operações de refi-

nação das unidades da *Anglo* e da *Gulf*, cujas ampliações financiou.

Outra tarefa fundamental empreendida pela Corporação naquele ano, foi a construção da Refinaria Estatal de Esmeraldas, o maior complexo industrial do país, cujo custo final superou a cifra de um bilhão de dólares.

Paralelamente, a Cepe aumentou o seu patrimônio através da reversão de grandes áreas até então em poder de companhias estrangeiras que não cumpriram com as suas obrigações contratuais e que se negaram a assinar os novos contratos dispostos pela Lei.

Em junho de 1975, a empresa estatal coroava com êxito o seu trabalho de exploração na parte oriental do país, perfurando o seu primeiro poço produtivo. Na mesma época, assinou um convênio de associação com a empresa estatal argentina *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) para a exploração da bacia amazônica

equatoriana. Isso somou-se à associação já estabelecida com a companhia *Cayman* (hoje *City*) para a exploração na zona oriental.

No ano seguinte, reverteram-se legalmente para o Estado os campos operados pela *Anglo* em Santa Elena, com a Cepe encarregando-se da sua reabilitação. Esse ano foi também o clímax do confronto com os interesses multinacionais, que desde 1975 vinham boicotando as exportações equatorianas de petróleo, utilizando métodos de pressão e chantagem sobre o país. E, em 1976, chegaram ao extremo de embargar internacionalmente o petróleo exportado pela Corporação estatal.

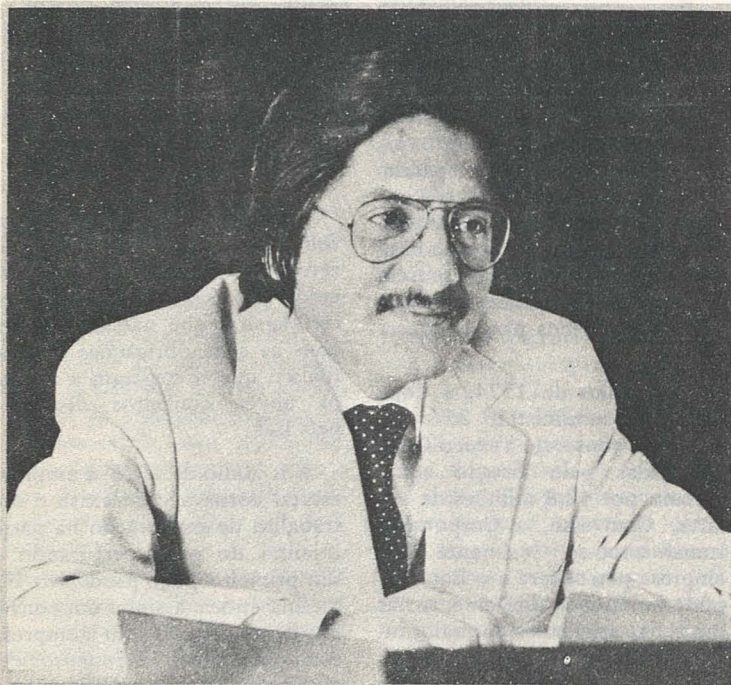
Diante de tal situação, o Estado equatoriano, na aplicação de suas atribuições legais, adquiriu o pacote acionário da *Gulf* no consórcio petrolífero oriental, mediante o pagamento de mais de 150 milhões de dólares, dando outra prova de ponderação e respeito para com os seus compromissos. Deste modo, a Cepe

converteu-se no sócio majoritário do consórcio formado com a *Texaco*, controlando 62,5 das suas ações.

O resultado mais evidente da nova situação foi o aumento das exportações de petróleo da Corporação, o que a levou, por sua vez, a um maior conhecimento do mercado mundial e maiores entradas de divisas no país.

Uma cadeia de êxitos

No começo de 1977, a Cepe teve que enfrentar uma significativa "crise de crescimento". Seu orçamento elevava-se de 6 milhões, em 1973, para 600 milhões de dólares, enquanto que os seus recursos humanos cresceram, no mesmo espaço de tempo, numa média de 75% anuais. Tudo isso impôs transformações na estrutura orgânica da empresa estatal, o que somado às limitações de estatuto legal, reduzia a sua capacidade operacional e dava margem a um questionamento político da sua gestão.



José Carvajal, gerente-geral da Cepe: empenhado na descentralização institucional da empresa

Da mesma forma que nos seus primeiros anos de existência, a Cepe enfrentou com decisão os problemas do seu desenvolvimento, e superou-os rapidamente. Assegurou o fluxo das suas exportações através de uma política de vendas a longo prazo, e pôs em andamento a construção de uma grande "rede de armazenamento e distribuição", da qual o país até então carecia. Isso garantiu a estabilidade econômica da Corporação e o financiamento dos grandes projetos nacionais de desenvolvimento.

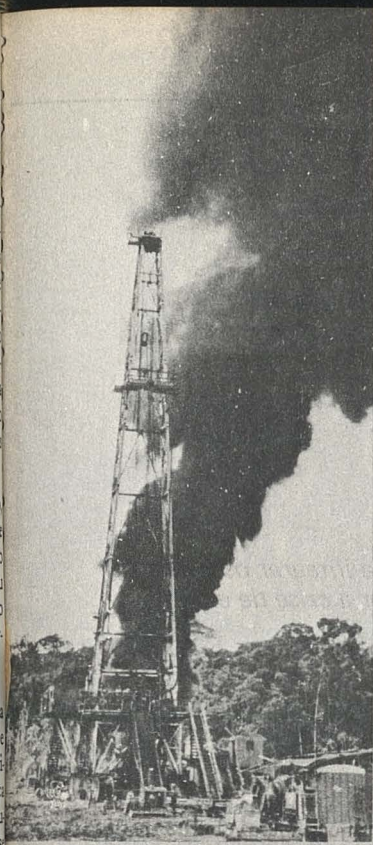
Em maio desse mesmo ano, entrou em serviço a Refinaria de Esmeraldas, e a sua produção (55 mil barris diários) contribuiu para a solução do abastecimento interno, deixando ainda uma certa margem para a exportação.

Finalmente, com a chegada do atual poder constitucional, e graças à sua ação, a empresa dinamizou a sua estrutura orgânica e conseguiu uma significativa autonomia de gestão, tornando-se assim capaz de enfrentar as exigências atuais e futuras do instável mundo do petróleo.

Da mesma forma, a decisão oficial contribuiu para que a Corporação obtivesse o controle do consórcio *Cepe-Texaco* (do qual é sócia majoritária) através da operadora independente *Petroamazonas*.

Hoje, trabalhando isoladamente, ou em associação com empresas nacionais ou estrangeiras, a Cepe tem sob seu controle a maior parte das atividades petrolíferas do país.

Na área da produção, a sua participação é superior aos 63% do total nacional. Na exploração, as suas investigações geológicas cobriram 760 mil hectares da zona oriental e 3 mil e 225 quilômetros da costa, além de ter feito investigações geoquímicas em várias regiões do litoral. Perfurou também, desde 1975, 22 poços na Costa e no Oriente, com resul-



tados altamente positivos. Graças a isso, incrementaram-se de maneira notável as reservas conhecidas do país e, proximamente, novos volumes de produção serão incorporados.

Na área de transportes, a empresa está criando um sistema nacional de oleodutos que cobre todo o país e facilita tanto a exportação de petróleo como o abastecimento interno dos seus derivados. Isso é complementado com uma moderníssima rede de armazenamento, cuja capacidade é dez vezes maior do que aquela existente em 1972.

A Corporação controla totalmente a comercialização interna por atacado dos combustíveis, por mandato de lei, e compete com produtos da sua marca no mercado livre de lubrificantes. Cabe ainda destacar que a Cepe deixou a comercialização interna para o consumidor nas mãos de

empresas privadas, o que as obrigou a formar companhias de economia mista para o engarrafamento e distribuição de gás.

Quanto à industrialização, a Cepe, com a sua ação e recursos próprios, elevou a capacidade nacional de refinação em mais de 300 por cento. Tudo isso evidencia a enorme tarefa realizada pela jovem empresa estatal em benefício do desenvolvimento equatoriano.

Atualidade e perspectivas

Com a presença do governo constitucional do presidente Jaime Roldós Aguilera, a Cepe renovou o impulso da sua ação, propondo-se à meta de duplicar as reservas nacionais no quinquênio de 1980-85. Com tal objetivo, lançou um agressivo programa de exploração que cobrirá o litoral costeiro e interior e a região amazônica na sua faixa sudeste, numa área total de 10 mil quilômetros. Somente na Costa, as tarefas de prospecção sísmica terão um investimento superior a 7 milhões de dólares, ou seja, 175 milhões de sucres (1 dólar = 25 sucres).

A entidade estatal, dentro do seu programa de produção, tem como meta um plano de perfurações que permitirá o aumento da produção nacional. No Golfo de Guayaquil, a Cepe decidiu pôr imediatamente em produção as grandes jazidas de gás existentes.

No âmbito da industrialização, o novo plano decenal aprovado pela Corporação será iniciado este ano com a ampliação da unidade de refinação de Esmeraldas para até 70 mil barris diários. Também compreenderá a instalação de uma unidade adjunta para a produção de gasolina, através da polimerização, e a futura instalação de uma refinaria que gerará combustíveis e matérias-primas de origem petroquímica, cujos planos acham-se bastante avançados.

Outros sucessos recentes da empresa nacional de petróleo são a inauguração do oleoduto Esmeraldas-Quito, a constituição da companhia de engarrafamento e distribuição *Austrogas*, que atuará no sul do país, e a próxima incorporação à produção de 20 mil barris diários adicionais de petróleo, procedentes dos novos campos orientais.

O atual e substancial empenho da Corporação e do seu gerente-geral, o engenheiro José Carvajal Candell, refere-se à descentralização institucional da empresa, para dar-lhe maior agilidade operacional. Com essa finalidade, iniciou-se a criação de unidades operacionais periféricas, cujos orçamentos, estratégias e projetos a longo prazo serão aprovados pela matriz, que será convertida na unidade reitora e de máxima decisão. O primeiro passo nesse sentido foi a criação da Unidade do Golfo, que será encarregada da exploração e pesquisa de petróleo nessa região.

Ao mesmo tempo, a direção da empresa esboçou uma nova estratégia de participação das empresas privadas na indústria petrolífera equatoriana mediante o desenvolvimento de empresas de economia mista em setores não-estratégicos e a criação de empresas de serviços, de propriedade majoritariamente nacional e capital aberto a subscrições de todos.

Finalmente, junto a todo esse promissor panorama de desenvolvimento e modernização da indústria petrolífera, estão as novas descobertas feitas pela Cepe na costa equatoriana, que dão um potencial produtivo imensamente superior ao da zona oriental. Graças aos novos recursos descobertos e à já provada capacidade da Cepe, o Equador poderá avançar com passos firmes no seu empenho de alcançar o desenvolvimento econômico e a independência nacional. □

Olade: uma estratégia energética

Uma organização inter-regional tenta integrar os países latino-americanos para superar a crise de energia

José Steinsleger

A orientação nacionalista aplicada por vários países latino-americanos no começo dos anos 70 fez com que numerosos governos destacassem a necessidade de coordenar seus esforços no campo dos recursos naturais.

O papel fundamental que a energia começava a ter no desenvolvimento global da região e as propostas orientadas para reestruturar o anacrônico sistema capitalista internacional, além das crises monetárias e petrolíferas da época, foram os aspectos determinantes para a formação da Organização Latino-americana de Energia (Olade), em dezembro de 1973, em Lima, Peru.

Assim, a América Latina se transformou na primeira região do Terceiro Mundo integrada organicamente para prever todas as alternativas possíveis da energia convencional e não-convencional (geotérmica, eólica), complementada aos programas de desenvolvimento econômico em cada um dos países.

Desde então, a Olade vem amadurecendo institucionalmente e aperfeiçoando os três mecanismos que justificaram a sua constituição: cooperação, coordenação e assessoria no campo energético. O esquema básico da Olade estabelece a defesa "dos direitos soberanos sobre os recursos naturais, incrementando as bases da independência econômica", segundo os seus estatutos.

O caminho percorrido pela instituição tem sido difícil e complexo. A alta dos preços do petróleo e a conjuntura econômica mundial tornaram singularmente conflitiva a resposta que pretendem dar os 23 países da Olade, caracterizados por sua heterogeneidade social, política e econômica.

Os diretores da organização afirmam que a *Declaração de San José* (Costa Rica, julho de 1979), subscrita durante a I Reunião Extraordinária de Ministros de Energia e convocada pela Olade, representa o repertório de critérios político-energéticos de

integração regional "mais importante da atualidade".

A adoção da *Declaração de San José* teve o respaldo do Sistema Econômico Latino-americano (Sela) e do Conselho Social e Econômico da OEA. O documento inclui sete premissas básicas e 24 pontos de acordo, entre os quais se destacam o *diálogo universal* para "reordenar o problema num contexto que leve em conta suas extensas ramificações financeiras, econômicas e tecnológicas". A premissa de que "as fontes de energia são responsabilidade da humanidade" é, possivelmente, a coluna vertebral do espírito materializado da *Declaração de San José*.

Entre 15 e 18 de julho passado, a Olade, o Instituto Latino-americano de Investigações Sociais (Ildis) e a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) convocaram, em Quito, um seminário internacional sobre *Energia e Desenvolvimento*, onde participaram os mais destacados *experts* na matéria e alguns ex-ministros de Recursos



O Secretário Executivo da Olade, Gustavo Rodríguez (à direita), e o Secretário do Patrimônio Nacional do México, José Andrés Oteyza, numa das reuniões da organização

Naturais, Minas e Petróleo da América Latina.

O engenheiro Gustavo Rodríguez, atual secretário executivo da Olade, fez uma palestra nessa reunião, assinalando quais, a seu ver, são os principais obstáculos que devem superar todos os planos e projetos encaminhados para construir uma autêntica estratégia energética latino-americana: a deficiente institucionalização do setor energético em nossos países; as grandes necessidades financeiras para as obras de infra-estrutura; a inadiável necessidade de satisfazer o fornecimento de petróleo aos países latino-americanos — seja qual for a sua dependência; a difícil situação do Balanço de Pagamentos dos países importadores e a carência de tecnologia apropriada e recursos humanos idôneos no continente.

Na capital equatoriana, sede da Olade, cadernos do terceiro mundo entrevistou o engenheiro mexicano Gustavo Rodríguez sobre os temas principais que envolvem a energia na América Latina.

É lícito falar em crise de energia atualmente?

— Não. Os países do Terceiro Mundo têm uma potencialidade energética que ainda não é conhecida. A chamada *crise* expressa a preocupação de países como os Estados Unidos, consumidor de 70% da energia mundial, junto com um pequeno grupo de países industrializados. Na realidade, esses países falam de crise de energia porque, independentemente de seus grandes recursos, eles estão sempre buscando fontes de energia fora de seus territórios com a finalidade de manter estrategicamente suas

próprias reservas. Naturalmente que, para as sociedades altamente consumidoras, há crise de energia. No entanto, elas não tomaram consciência de que a sua voracidade está sendo prejudicial às nações do Terceiro Mundo que necessitam da energia para seu próprio desenvolvimento. A Olade se constituiu justamente para lutar pela organização e defesa dos recursos naturais.

Os esforços integracionistas da América Latina não tiveram muito sucesso em relação aos seus postulados originais. Veja, por exemplo, a crise que recentemente terminou por liquidar a Alalc. Você acredita que a Olade poderá superar, depois de seis anos de fundação, problemas semelhantes?

— Acho que a Olade é uma resposta extraordinariamente interessante à conjuntura atual.

Aqueles que tiveram a iniciativa de fundar a organização foram, a meu ver, visionários; estamos vivendo, precisamente, o momento previsto em 1973. O Convênio de Lima não perdeu a sua vigência em nenhum dos seus pontos. Pelo contrário, ele foi se atualizando em cada uma das reuniões ministeriais, outorgando-lhe a vitalidade requerida para transformar programaticamente suas atividades.

Integrar a América Latina

Existe unidade entre os países membros da Olade (apesar de tão heterogêneos em suas políticas econômicas) nas suas diretrizes gerais e parciais no campo energético?

— O problema político da Olade é evidente. Os ministros não se reúnem para ter simplesmente uma reunião social. Reúnem-se para fazer política. Nesse sentido, a Olade não é uma exceção. Mas ela tem uma caracte-

rística especial: é um organismo técnico. A sua existência se justifica caso consiga resolver uma exigência básica: integrar a capacidade energética da América Latina, encaminhar os problemas da política energética. Nossa meta é poder dotar os países dos recursos técnicos que o desenvolvimento energético exige. Isto não implica somente no aproveitamento das fontes convencionais e não-convencionais mas também no estabelecimento das bases para uma planificação que não cometa os mesmos erros dos países desenvolvidos, que têm tirado vantagem do petróleo barato, explorando outras nações do mundo, e baseando o seu desenvolvimento na energia a baixo custo.

Quais são as diferenças existentes entre a época em que foi fundada a Olade e a atual?

— Os primeiros movimentos para a criação da Olade foram baseados no clima econômico e político da chamada crise energética de 1973. Isso quer dizer que já existia na América Latina uma consciência em relação à integração. É claro que o brutal aumento nos preços do petróleo durante aquele ano produziu a reação de inúmeros países que buscaram contrabalançar os efeitos desse aumento nas suas economias, considerando que a maior parte de nossos países é importadora. Posteriormente, vivemos um período de calma. Os preços se estabilizam e, inclusive, caem um pouco abaixo dos limites estabelecidos pela Opep. Mas chegamos a 1979 e novamente surgem ameaças de crise. Então, a Olade recupera a sua dimensão real. Impulsionam-se novas iniciativas inerentes à sua função: atrair os países latino-americanos e do mundo; divulgar a necessidade de integração energética do Terceiro Mundo; aproximar dinamicamente os países latino-americanos com a Opep, Europa e também com os Estados Unidos. Desejamos promo-

ver esse papel integrador e neutralizar, em parte, o problema econômico onde o intercâmbio desigual entre os produtores de matérias-primas e os industrializados têm adquirido dimensões gigantescas. A Olade pode participar criativamente das negociações Norte-Sul, pois está defendendo um elemento vital ao mundo subdesenvolvido. Por sua vez, os países subdesenvolvidos sabem que contam com esse elemento vital, que é a energia, especialmente a energia exportável.

Olade—Opep

Em que situação se encontram as relações Olade-Opep?

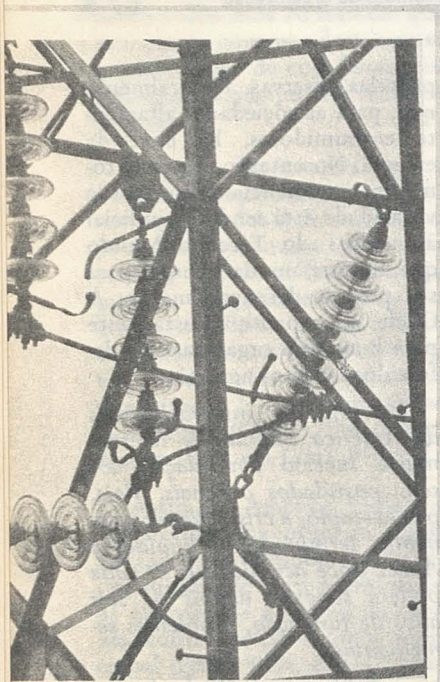
— A aproximação Olade-Opep vem desde o início de nossas atividades. Temos recebido um fundo especial da Opep, que atinge a 5 milhões de dólares, para o desenvolvimento de projetos específicos de energias não-convencionais. O montante parece pequeno frente à dimensão do problema, mas é o primeiro passo da Opep em termos de cooperação real.

Como você analisaria, como mexicano, o caso do florescimento petrolífero de seu país frente aos Estados Unidos?

— Não se pode desconhecer que o México tem um vizinho que pesa muito. Do ponto de vista das negociações, é muito atrativo pela comodidade, pela proximidade e pelo intercâmbio existente. O problema consiste em procurar uma situação mais favorável ao México que aos Estados Unidos, o que não é simples. Creio numa interdependência sadia entre os países. É o que estamos buscando com a Olade.

O que acontece na Olade quando os países têm governos que elaboram uma legislação contraditória com as posições soberanas do organismo?

— Não devemos esquecer que a reunião de ministros é a autori-



dade máxima da Olade. São os ministros que decidem as pautas e a linha política da Secretaria Executiva.

Mas os ministros mudam...

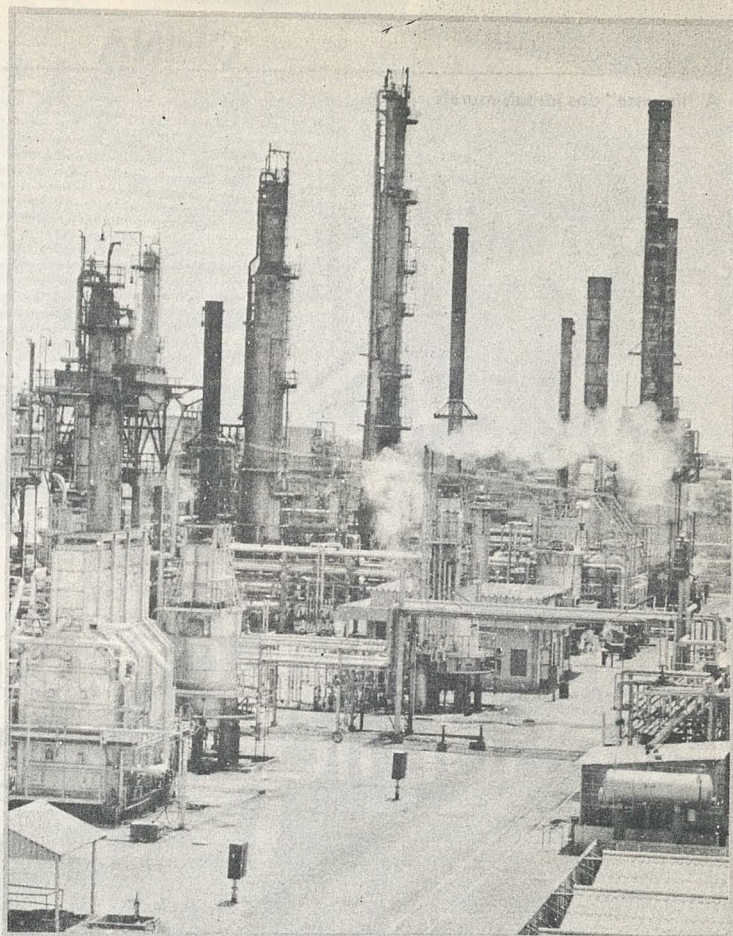
— Sem dúvida, essa é uma das situações objetivas nesta região do mundo. Mas é muito difícil que um fundamento técnico possa ser base de discussão política. Refiro-me, em termos gerais, à maneira como são manejados os programas da Olade. O objetivo é transformá-la num organismo consultor dos países que solicitam assessoria, seja elaborando metodologias de exploração geotérmica ou de urânio, seja avaliando balanços energéticos ou modelos para previsão de oferta e demanda.

O desafio

Quando o Chile se retirou do Pacto Andino em 1975, foi abalada toda a estrutura do Acordo de Cartagena, tanto entre aqueles que manifestavam que o Pacto era um acordo meramente econômico como entre aqueles que destacavam que política e economia são um todo. Considerando o claro papel que terão as fontes energéticas da América Latina a curto prazo, a Olade já previu a sua resposta para quando chegar o momento da crise?

— Acho que passamos uma experiência semelhante a essa a que você se refere. Foram alguns governos que decidiram a criação da Olade e outros os que executaram suas iniciativas. Essa é uma das razões pelas quais a Olade foi débil a princípio. Na etapa atual, creio que temos superado inconvenientes resultantes de todo esse começo e nos encaminhamos para uma coordenação efetiva. Isso será reconhecido com o tempo.

Parece que o integracionismo latino-americano persiste em gerar inumeráveis estruturas e organizações, em sua maioria de marcado caráter burocrático, on-



A Opep emprestou à Olade 5 milhões de dólares para o desenvolvimento de projetos de energias não-convencionais

de às vezes a superposição de programas e esforços em áreas comuns de exploração, desgastam as alternativas e esgotam os orçamentos...

— Somos conscientes dessa realidade. Estamos tratando de superar esse problema, que acontece muito frequentemente. Por isso, temos iniciado uma série de medidas e ações com o propósito de coordenar as atividades do campo energético em todos os organismos das Nações Unidas, interamericano, regional e sub-regional. Temos avançado enormemente. Tivemos este ano duas reuniões: uma em Caracas e outra em Santiago do Chile, onde se aceitou o papel coordenador

da Olade com o Sela, o Pnud e a Cepal, principalmente. Além disso, estamos para convocar uma reunião de todas as agências internacionais, a quem vamos previamente solicitar as ações que se estão implementando no campo energético em cada um dos países. Assim, identificaremos quais são as áreas prioritárias, impedindo a superposição das ações e a duplicação dos esforços. O problema energético é tão vasto que atualmente são insuficientes os esforços que se realizam. Precisamos fazer com que os poucos recursos humanos e financeiros da América Latina sejam canalizados de maneira mais eficiente. Este é um desafio para a Olade. □



CHINA

A "limpeza" dos jornais-murais

Depois de Mao, uma nova ordem econômica

*O ascenso de Zhao Zhiang e
o projeto político de Deng Xiao-ping
alegram os observadores ocidentais*

Venugopala Rao

Fujian, descrita pelos experts em questões chinesas como a "isolada província do extremo sul da China", como inúmeros outros centros que foram alvos da "Gang dos Quatro", está trilhando um novo caminho para esquecer as recordações da Revolução Cultural. Os "criminosos" daquela época estão sendo publicamente julgados e alguns executados com enorme publicidade. Mas é uma publicidade controlada, que não se estende a nenhum dos atuais dissidentes.

A província (anteriormente chamada Foochow) é também famosa atualmente por ser o laboratório onde se testam as chamadas "novas" idéias comerciais e renovadores esquemas financeiros. Através deles, os pragmáticos da China pós-Mao estão tentando descobrir como "o socialismo chinês reage quimicamente com a noção capitalista do ocidente".

Fujian foi a primeira província a criar mecanismos financeiros para atrair capital estrangei-

ro, a primeira a tomar empréstimos dos banqueiros norte-americanos e a primeira à qual Pequim concedeu um estatuto de autonomia. Afirma-se que cinquenta de suas maiores fábricas "estão experimentando o capitalismo", competindo por contratos e explorando novos mercados. Fujian está estabelecendo "zonas de livre comércio", como já fazem alguns pequenos países asiáticos, prometendo baixos impostos aos produtos importados e mão-de-obra barata, com o objetivo de conseguir que as multi-

nacionais instalem indústrias destinadas exclusivamente à exportação.

O pragmático Deng

Os dois fatos — a tentativa de fazer desaparecer os visíveis efeitos da Revolução Cultural e a abertura da economia às multinacionais ocidentais — estão sendo arquitetados pelo pragmático Deng Xiao-ping.

Após ter sido expurgado por duas vezes da cúpula do Partido, uma durante o auge da Revolução Cultural e a outra algum tempo mais tarde, Deng ressurgiu na vida política do Partido logo após a morte de Mao Tsé Tung. Desde então ele vem manobrando habilmente e tem conseguido colocar seus homens de confiança em posições-chaves. Seu último golpe foi muito bem sucedido: o seu protegido Zhao Zhiang foi confirmado no cargo de primeiro-ministro pelo Congresso Nacional do Povo, em substituição a Hua Kuo-Feng (na primeira semana de setembro). O próprio Deng renunciou ao posto de vice-primeiro-ministro, juntamente com outros quatro, a caminho de se tornar o novo homem-forte do país.

A base dessa mudança foi asentada em março deste ano, quando Hua Kuo-Feng foi persuadido a abandonar o posto de primeiro-ministro e a continuar como presidente do Partido. (Hua foi o único homem além de Mao a acumular ambos os postos depois da Revolução. Mao o considerava seu sucessor: "Com você no meu lugar, estarei tranquilo", teria dito o grande líder chinês.)

Após a morte de Mao — com Deng ainda em desgraça e fora de cena — a impressão que se tinha era a de que Hua não ficaria muito tempo em seu lugar. Deng retornou logo e planejou silenciosamente seu golpe. Hua, que foi lançado para a fama e o poder durante os dez anos em que a "Gang dos Quatro" deteve o

poder (aos quais ele serviu como ministro da segurança nacional), foi logo persuadido a denunciar a "gang" e a aceitar a reabilitação do ex-presidente Liu Shao-qui (numa cerimônia oficial em maio deste ano em Pequim).

Este fato assinalou para o mundo o retorno ao poder dos pragmáticos, liderados por Deng, e agora identificados como os "herdeiros de Liu". Tendo sido violentamente atacado em 1966 como a "alta personalidade do partido que estava tomando o caminho capitalista" e como o "Khrushhev da China", Liu foi o primeiro homem a defender a modernização da economia e do exército e o treinamento de uma hábil elite no partido.

Na época em que era presidente e teórico respeitado, Liu teria dito: "Grandes movimentos não serão possíveis de agora em diante... A principal coisa a ser

feita é concentrar todas as forças na reconstrução econômica". Deng colocou todos os homens de Liu — agora seus próprios homens — nas posições do poder e escolheu Zhao Zhiang como condutor da estratégia de abertura da China ao ocidente.

As mais proeminentes qualificações de Zhao Zhiang para o cargo são as de ter sido um dos humilhados durante a "revolução cultural", ser ardentemente fiel a Deng e, por último, ser considerado no ocidente como "alguém que não se opõe ao capitalismo".

Mas alguns dizem que é Liu e não o capitalismo quem está de volta: "Ordem e incentivos mais do que espontaneidade além de respeito à experiência em vez de inovações na linha política do comunismo, indicariam mais um desejo de progresso industrial do que uma renovação



Zhao Zhiang, o atual primeiro-ministro: protegido de Deng Xiao-ping

moral". Entre os especialistas em questões chinesas ("alguns poucos milhares de espões estrangeiros, analistas, acadêmicos e jornalistas", como foram recentemente identificados por um jornal ocidental) existe uma alegria moderada: a China sob o governo de Deng está adotando "uma postura mais racional e menos ideológica".

O teste da autogestão

O que significa isto?

Zhao Zhiang, que dirigiu o partido na cidade natal de Deng Xiao-ping, Sichuan, de 1975 até o início deste ano, é exaltado hoje em dia como o homem que pôs em prática idéias tais como a da competição entre as indústrias e a comercialização da produção agrícola relativamente liberalizada. E agora, como primeiro-ministro, ele estaria planejando estender esses programas para toda a China.

As indústrias estatais vão testar, a partir de 1º de janeiro, essa nova política de autogestão, com a qual poderão ter uma

maior participação nos lucros e opinar no processo de planificação. Num importante discurso pronunciado em março deste ano, Deng Xiao-ping destacou a nova meta para a década de 80: alcançar a renda per capita de 1.000 dólares até o ano 2000 (mesmo assim, 1.000 dólares, que corresponde à atual renda per capita de Taiwan, representaria menos que a renda de Singapura, que é de 3.000 dólares, e a de Hong Kong, que é de 2.000 dólares). Mas na China, afirmou Deng, a vida seria comparativamente melhor, pois o desenvolvimento seria alcançado sob condições socialistas e uma grande parte da renda seria diretamente distribuída aos trabalhadores.

No entanto, tem se observado, dentro do próprio partido e da máquina governamental, uma resistência a essas novas experiências de conceder autonomia às indústrias e aos governos locais das províncias, política-chave da descentralização intimamente identificada a Zhao Zhiang. Consta que o próprio Zhao admitiu isso num discurso:

"Surgiram contradições entre este setor da estrutura econômica onde têm sido feitas essas reformas iniciais e a estrutura como um todo, que permanece a mesma. No processo de aumento da independência por parte das empresas e do uso da economia de mercado... surgiram algumas atividades ilegais, tais como a especulação e a exploração... às custas do interesse do Estado".

Para superar essas deficiências, a atual liderança afirmou na sua nova declaração política apresentada ao Congresso Nacional do Povo em 1º de setembro passado, que enquanto a propriedade estatal dos meios de produção permanecer como princípio básico, cada pessoa será paga de acordo com o seu trabalho (para aumentar a produção e fornecer incentivos) e que o sistema experimental de autogestão seria introduzido em 6.600 empresas estatais este ano. Essas empresas teriam maior poder de decisão, poderiam negociar pelas matérias-primas e pela produção além da quota estabelecida pelo Estado; comercializar sua produção



A província de Fujian: depois da revolução cultural, laboratório das novas idéias comerciais

excedente (acima da quota) e dar aos seus trabalhadores gratificações por um trabalho melhor. No próximo ano, algumas empresas terão permissão de trabalhar diretamente com bancos comerciais estrangeiros, serão encorajadas a operar independentemente e a fazer total uso da taxa de juros para aumentar suas rendas.

Nas comunas agrícolas, foi dada maior autonomia às brigadas de produção e aos grupos de trabalho. Em vez de agricultura de massa e pagamento igual, estão sendo incentivadas pequenas unidades de produção: as que ultrapassam as metas fixadas pelo Estado são recompensadas. Camponeses podem se engajar em linhas de produção paralelas em pequenos lotes de terra privados e vender sua produção em mercados livres.

Esse projeto econômico, comunicado ao Congresso pelo vice-premier Yao Yilin, renuncia ao rigoroso controle governamental sobre setores da produção e sugere a "remoção de todas as leis e regulamentos atualmente em vigor que sejam inconsistentes...". Esse projeto também tornará mais fácil para os chineses negociarem com países estrangeiros.

Muitas multinacionais, com base nos Estados Unidos e na Europa, já estão fazendo fila para discutir uma maior colaboração no setor da indústria pesada, assim como no de indústrias militares afins. Permitiu-se que firmas americanas construam fábricas na China para produzirem helicópteros e equipamento eletrônico, de desenho norte-americano. Além disso, consta que a administração americana aprovou mais de 400 licenças para exportação de sofisticados equipamentos eletrônicos e militares de apoio: muitos deles com "duplo-uso", ou seja, são utilizados tanto para fins civis como militares.

Mudanças na Constituição

Enquanto tudo isso destina-se a promover a modernização da indústria e também do exército popular, há sinais de que o controle do partido está se tornando mais rígido. O direito de colocar jornais-murais, uma das "quatro grandes liberdades" estabelecidas na Constituição antes da morte de Mao em 1976, foi abolido. O Congresso Nacional do Povo endossou a recomendação de seu comitê permanente de remover o artigo 45 da Constituição que dizia: "Os cidadãos gozam do direito de falar, fazer passeatas e greves e têm o direito de expor os seus pontos de vista livremente". A anulação formal do artigo foi precedida pela destruição de jornais-murais e revistas dissidentes que haviam florescido até alguns meses atrás.

Na véspera das recentes mudanças na estrutura da liderança, Deng disse num discurso: "O que aconteceria se permitíssemos que tais coisas (os jornais-murais e revistas dissidentes) se espalhassem sem nenhum controle? Existem muitos exemplos disso no mundo e também na China. Não pensem que essa maneira de agir não nos conduzirá ao caos, e não considerem essa questão como de pouca importância. Algumas poucas pessoas podem sabotar nossa grande causa..."

Foi noticiado que os militares fiéis a Deng no quartel-general do exército da região de Kuming, disseram recentemente a jornalistas em visita à China que os descontentes "embora em pequeno número, não hesitariam em agir se o clima se mostrasse propício..." Mas é possível que forças dentro e fora da China tenham interesses comuns em assegurar que tal tipo de situação não se desenvolva facilmente. Um passo simbólico nesse sentido, mas não menos importante, foi a decisão tomada por Deng e seus camaradas de levarem a julgamento a "gang dos quatro"



Xiang Xing, viúva de Mao:
cometendo erros diferentes
dos de seu marido, segundo Deng

(os quatro acusados são a viúva de Mao, Xiang Xing; Wang Hungwen, ex-operário de uma fábrica em Shanghai; Yao Wenyan, um teórico e figura dos meios de comunicação; e Chang Chung Chiao, propagandista da "revolução cultural").

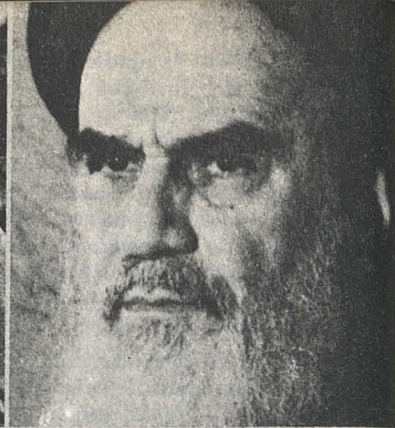
Deng afirmou, entretanto, que os erros deles não poderiam ser vinculados aos de Mao. "Os erros de Mao foram políticos", disse ele. Deng parece estar agora se encaminhando para a posição que Mao uma vez sustentou: ele não mantém formalmente mais nenhum posto oficial, é apenas o vice-presidente do partido, abaixo de Hua Kuo-Feng, a quem permite-se ser o presidente titular. Mas, se Hua perder também o seu cargo, e Deng ficar sozinho no poder, conseguirá ele evitar os seus próprios "erros políticos"? □



Saddam Hussein



Bani-Sadr



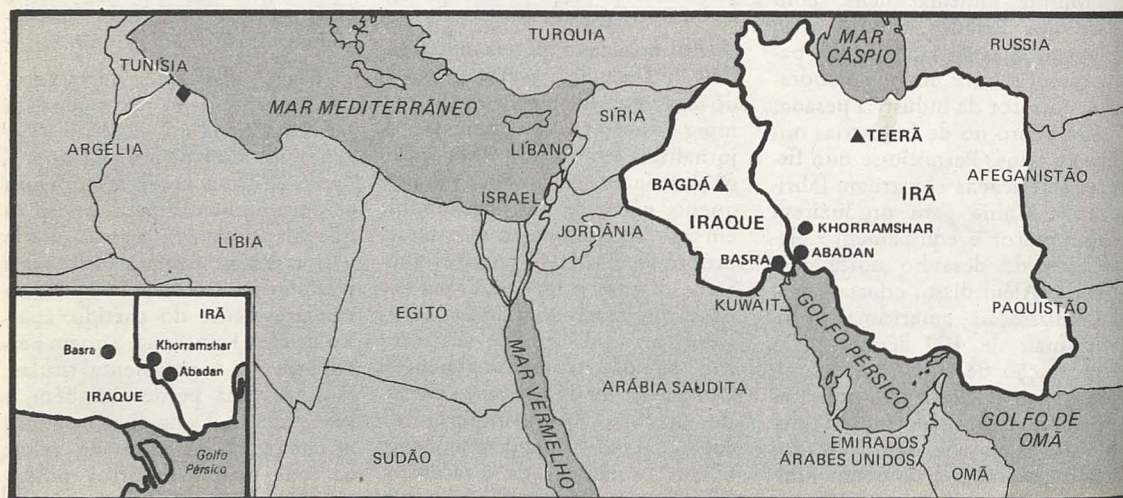
Khomeini

ORIENTE MÉDIO

Uma guerra que vem de longe

Desde séculos, os persas puseram o olho e a tropa sobre o Shatt-al-Arab. Quando, sob o comando do aiatolá Khomeini, a revolução derrubou o Xá, renasceu a esperança de uma era de entendimento. Mas o que ocorreu foi o contrário. O problema histórico se complicou com alguns ingredientes explosivos: fanatismo religioso, petróleo, projetos de dominação imperialista. Na África, se diz que, o corvo é que ganha quando os gafanhotos brigam até o holocausto

Neiva Moreira



Os dias decisivos da revolução contra o Xá encontraram-me numa viagem de trabalho pelo Oriente Médio. Nas capitais árabes, o ambiente era, em geral, de euforia pela vitória popular, que estava sendo conquistada sob a liderança do aiatolá Ruholá Khomeini. Os sentimentos dos árabes em relação à dinastia iraniana oscilavam entre o desprezo e o ódio.

Também em Bagdá, o povo saudava a revolução com esperança e alívio. Os jornais davam simpático destaque à rebelião popular e a televisão e o rádio ofereciam cobertura permanente da ação dos revolucionários. Nas ruas, o fim do reinado de Reza Pahlevi era recebido como um passo importante para a convivência pacífica entre dois povos, historicamente confrontados.

O fato de que Khomeini estivera, durante quase quinze anos exilado em uma pequena cidade perto de Bagdá, desfrutando da hospitalidade do povo e das garantias do governo, aumentava a confiança em um futuro de entendimento.

O governo transmitiu ao aiatolá uma calorosa mensagem de felicitações, reforçando a esperança de que, com a vitória da revolução, se inaugurava um novo tempo nas relações entre Iraque e Irã.

Não se considerava de maior importância a circunstância de que, alguns meses antes da deposição do Xá, o aiatolá havia deixado o Iraque a pedido do seu governo, para instalar-se em Paris. Dava-se do fato uma explicação que os meios oficiais iraquianos consideravam correta e justa. A revolução no Irã estava, então, no auge e o Xá ameaçava tomar drásticas represálias contra o Iraque se Khomeini não deixasse o país, de onde, durante anos preparou e dirigiu a sublevação. Uma invasão do Irã que, naqueles dias, teria sido negativa não só para esse país como para o pró-

prio processo revolucionário iraniano, pois o Xá tentaria recuperar o apoio do povo em nome de uma "guerra patriótica" contra seu vizinho e rival.

A solução fora previamente discutida com os amigos do aiatolá. O governo de Bagdá estava no propósito de evitar qualquer pretexto com o qual Reza Pahlevi justificasse uma guerra.

Um momento difícil foi quando o Xá exigiu das autoridades

lismo e espírito de justiça o contexto em que se produzira aquela medida.

Uma herança difícil

Era evidente que as esperanças dos iraquianos de um novo tempo nas relações com o Irã não se limitavam apenas a uma distensão nas fronteiras, mas a uma solução definitiva do contencioso que separava os dois países. Tanto o Irã como o Ira-



Tanques iraquianos em combate

de Bagdá que confinassem e silenciassem o aiatolá, prometendo, se isso fosse feito, reduzir a pressão militar nas fronteiras, cumprir os acordos assinados em 1975 em Argel para o uso compartilhado do canal de Shatt-al-Arab e, como selo da paz, visitar o Iraque. A recusa do governo iraquiano a essa exigência criou uma crise muito grave, que só não resultou na guerra porque o Xá já não tinha certeza de poder dominar a situação revolucionária no seu próprio país.

Considerava-se em Bagdá que os vitoriosos revolucionários iranianos saberiam avaliar com rea-

que estavam na mira dos Estados Unidos. Ambos os governos apoiavam a causa palestina e integravam o Movimento dos Países Não Alinhados.

A meta desejada era que os acordos de Argel fossem cumpridos. Havia um consenso de que se tratava de um convênio muito favorável ao Irã e, por isso mesmo, o governo iraquiano havia sido muito criticado nos meios progressistas internacionais. Na verdade, esses foram o resultado de uma situação muito tensa na fronteira e de uma correlação de forças militares desfavorável ao Iraque.

Mesmo assim, o Xá não cumpriu nada. O fundamental, que era uma delimitação equitativa do uso do canal Shatt-al-Arab, historicamente árabe, mas dominado pelos persas há cerca de quatrocentos anos, não foi cumprido.

Como os demais países árabes, o Iraque esperava que o novo governo de Teerã devolvesse aos Emirados Árabes Unidos, as três pequenas ilhas de Tomb, Pequena Tomb e Abu Massa, posições estratégicas nos acessos ao estreito de Ormuz e que o Xá havia ocupado pelas armas.

“Todos esperávamos” — escreve o diário *Al Anbaa*, do Kuait — “que a revolução iraniana anunciasse, ao tomar o poder, sua retirada dos territórios e águas iraquianas ocupadas pelo ex-Xá e das três ilhas árabes tomadas aos Emirados. Não foi isso, porém, o que sucedeu”.

O problema das minorias árabes e curdas

Esse, no entanto, não era o único problema que complicava as relações irano-iraquianas. No Irã há uma numerosa minoria de origem árabe que habita a província do Cuzistão, chamado pelos árabes de Arabistão. Essa região é um dos centros principais da produção petrolífera iraniana e, em épocas passadas, foi tomada pelos persas aos árabes.

As populações do Cuzistão mantêm seus vínculos culturais com a civilização árabe e reivindicam que esses valores sejam respeitados pelos iranianos. No pacote de problemas que Bagdá esperava ver solucionados pelo governo do aiatolá, se inclui uma maior autonomia administrativa e, sobretudo, cultural para essa província.

Já a situação dos curdos também preocupa os iraquianos, mas a um outro nível. Há, atualmente, cerca de sete a oito milhões de curdos espalhados em vários

A fronteira Irã-Iraque



países, mas especialmente na Turquia, no Irã e no Iraque. Essa comunidade mantém um grande apego à sua cultura e, em geral, os seus sentimentos têm sido usados pelo imperialismo, quando isso convinha aos seus interesses. Em passado recente, os Estados Unidos, Israel e o Xá financiaram um grupo dissidente curdo em uma cruenta luta contra o governo de Bagdá. Hoje, a situação é diferente. Enquanto o ambiente no Curdistão iraquiano é de paz, há guerra na área curda do Irã e grande tensão na da Turquia.

Em fevereiro último, visitei o Curdistão do Iraque, que é uma parte da fronteira “quente” que separa esse país do Irã. Sua capital é Arbil, uma cidade moderna e dinâmica, que, segundo os telegramas, também foi bombardeada pela aviação iraniana. O Curdistão é, hoje, uma região iraquiana com autonomia administrativa cobrindo quase todos os campos da atividade do Estado, menos as relações exteriores e a defesa nacional. É oficialmente chamada a Região Autônoma.

Do ponto de vista cultural, que foi, sempre, um motor das reivindicações, foram feitos grandes progressos. Há uma Universidade própria, uma estação de rádio e outra de televisão transmitindo em curdo e uma destacada atividade editorial (mais de cem livros no ano passado) também no idioma regional. O governo central está fazendo investimentos maciços na Região Autônoma, principalmente nos setores da indústria, agricultura e turismo. A participação dos curdos no governo é notória, a começar pelo vice-presidente da República, Taha M. Marouf, que é curdo.

O Partido Democrata Curdo — PDK integra uma frente política com o Partido Baath, dominante no Iraque, havendo curdos nos dois partidos.

Abdul Gafaar Hasal, que tem em seu currículo uma história de cárceres e perseguições quando lutava contra as ditaduras iraquianas, optou pelo Baath e é um dos seus dirigentes na Região

Autônoma. Ele nos disse que sua comunidade desfruta hoje de uma situação que não tem paralelo com a das minorias curdas do Irã e da Turquia. Mesmo depois da revolução, a minoria iraniana de origem curda (cerca de três milhões de pessoas) vem sendo reprimida a canhão e bombardeios aéreos, enquanto na Turquia, onde há mais de dois milhões de curdos, só por chamar-se como tal, já é motivo para ser submetido ao processo.

— “É natural que nos sintamos solidários com a luta dos curdos no Irã e na Turquia. Prestamos a eles a assistência humanitária ao nosso alcance e, se cruzam a fronteira iraniana, que fica a pouco mais de cem quilômetros de Arbil, os recebemos fraternalmente”, nos disse um dirigente do PDK.

Tensões crescentes

O aiatolá não crê que essa solidariedade seja apenas humanitária e acusa o governo iraquiano de estar armando os curdos do Irã, tal como o Xá fazia com os curdos do Iraque.

Esse é mais um motivo para tornar difíceis as relações com Bagdá.

Desse modo, os problemas das fronteiras terrestres e marítimas, o tema curdo, as tensões no Cuzistão, a exigência da devolução das três ilhas aos Emirados e outros núcleos de conflitos complicam o panorama das relações entre Teerã e Bagdá.

O governo iraquiano fez repetidas exigências de que os acordos de Argel fossem cumpridos. Teerã se negava. Depois de começada a guerra, o presidente do Irã, Bani Sadr, admitiu que o seu governo realmente não cumpria esse convênio e explicou a razão: não se sentia obrigado a respeitar a assinatura do Xá em qualquer tratado.

O ministro das Relações Exteriores do Iraque, Saadum Hammadi, declarou a respeito: “Nosso país esgotou todos os meios pacíficos para convencer Teerã de que devia respeitar os compromissos de Argel”.

“Os protocolos anteriores, firmados em 1913 em Constantinopla, logo depois atualizados em 1937, foram igualmente desrespeitados por Reza Pahlevi, tal como o faria com o de Argel, de 1975. Todos eles tentavam soluções negociadas para os problemas fronteiriços”, sublinhou o ministro da Defesa do Iraque e

comandante de suas forças terrestres, general Adnam Khairallah.

A situação se tornava mais obscura quando, sob a inspiração do aiatolá Khomeini e dos seus “mulás” (sacerdotes muçulmanos), todos esses problemas passavam a ser discutidos e projetados sob uma justificativa religiosa. A revolução não deveria limitar-se ao Irã, onde realizou uma gesta histórica ao liquidar a ditadura Pahlevi, mas, espalhar-se pelo Mundo Islâmico, sobretudo nos países onde vivem comunidades xiitas (ramo do islamismo com alguns pontos distanciados do outro ramo, o sunita) e nos quais se deveria, também, instalar governos teocráticos islâmicos.

Essa espécie de cruzada religiosa despertou temores em vários países árabes e resistências em outros. Mas também provocou profundas divisões e contravérsias nas próprias forças que fizeram a revolução no Irã.

Setores da esquerda iraniana se opuseram à radicalização da influência religiosa no processo político. Não estavam de acordo na substituição de uma tirania política por qualquer tipo de fanatismo religioso, que fora desencavar, dos porões da história, prá-



Prisioneiros iranianos esperando o fim da guerra



A luta em campo aberto

ticas condenadas até pelos setores islâmicos modernos, como os açoites públicos ou o apedrejamento de mulheres acusadas de adultério ou prostituição.

A posição do Iraque

Os países do Golfo tinham que ser, até por motivos geográficos, o alvo imediato da ofensiva dos integristas islâmicos de Teerã. Mas para isso era necessário eliminar a primeira linha de resistência que estava no regime de Bagdá, com programas socializantes e uma prática absolutamente laica.

Os “mulás” apertaram, assim, o cerco sobre esse país. Classificaram o seu regime de “comunista”, “pró-soviético”, mas, ao mesmo tempo, “pró-americano” e “pró-sionista”. O presidente do Iraque, Saddam Hussein, foi apresentado como um dirigente “satânico” a quem era preciso não apenas derrubar, mas liquidar.

A cada nova ofensiva verbal sucediam-se pressões militares na

fronteira e infiltração de “missionários” que deveriam sublevar o país — sobretudo os xiitas — contra os “inimigos do Islã”. Os apelos à guerra religiosa foram constantes e cada vez menos discretos.

Khomeini estava seguro de que o exército iraquiano, que acreditava estar impregnado do fanatismo religioso, derrubaria a Saddam e que o povo receberia de braços abertos um regime semelhante ao que domina o Irã.

“A guerra é entre o Corão e os infiéis”, proclamou o aiatolá quando se desencadearam as operações em larga escala.

Como jogam os norte-americanos?

Começada a guerra, o primeiro que se perguntava nos meios diplomáticos internacionais era como iriam jogar os norte-americanos. Evidentemente sua posição não tem sido fácil neste conflito. O regime do Xá era um subproduto do plano imperialista para o

Oriente Médio, a Ásia Central e o Índico. Sua derrubada foi, assim, um duro golpe para o Pentágono. Depois veio o episódio dos reféns, um problema que escapou ao controle do governo para ser diretamente manejado pelos setores mais radicais do grupo de poder. O presidente Bani Sadr tentou várias vezes libertar, se não todos pelos menos parte dos reféns, e hoje se queixa de que sua retenção indefinida foi um erro que comprometeu a segurança do país e contribuiu para isolá-lo diplomaticamente. O fato concreto é que, mesmo preferindo um Irã revolucionário a um Iraque nacionalista e antiimperialista, profundamente engajado na causa árabe e na luta pela libertação da Palestina, a Casa Branca não podia sair de uma aparente neutralidade enquanto seus diplomatas estivessem presos pelos guardas revolucionários. Sua diretoria teria que ser muito mais sofisticada e paciente.

Isso não significa que Washington esteja contente com o regi-

Um Phantom iraniano abatido nos subúrbios de Bagdá. . .



... a comemoração dos soldados iraquianos. . .



me dominante no Irã ou que o aiatolá seja o modelo predileto. Do mesmo modo seria irrealista considerar que foram os estrategistas dos Estados Unidos os que planejaram e conduziram a crise entre Irã e Iraque até a guerra.

Não há dúvidas de que há, nesse episódio, a interferência de fatores religiosos, culturais, históricos e também geopolíticos. Desde Ciro, o Grande, os persas nunca renunciaram à idéia do domínio sobre a região do Golfo. Os seus sucessores, sobretudo depois do advento do petróleo, cultivaram sempre essa idéia hegemônica, embora acusando os árabes, seja os sauditas, os iraquianos e inclusive os egípcios de Nasser, de alimentarem esses propósitos. Tudo isso arma o pano de fundo de uma guerra que, pelo menos neste momento, não é da conveniência dos Estados Unidos e, muito menos, da Europa Ocidental e Japão e da União Soviética.

Mas isso não significa que, instalada a crise, os Estados Unidos

não tenham procurado interferir no seu curso, procurando restabelecer senão no todo, mas, pelo menos em parte, sua anterior influência sobre o governo de Teerã.

Um objetivo lógico da estratégia da Casa Branca, no quadro do esforço para melhorar sua situação no Irã passa, necessariamente, pelo reaparecimento do exército como força política. Os Estados Unidos nunca se apoiaram, nesse país, em qualquer partido em particular. Sua influência se exercia através do Xá e dos militares. Se estes voltam à cena, com as prerrogativas e o poder que uma guerra obviamente lhes concede, melhor para os norte-americanos, que devem ter mantido nas forças armadas muitos amigos e servidores, apesar da severa depuração comandada pelo aiatolá.

O que faltaria era derrotar o Iraque.

Temos de considerar ainda um dado significativo da crise no

Irã: nos últimos meses, a situação interna avançava para uma deterioração muito grande, em cujo contexto era notório que os setores mais progressistas da revolução estavam perdendo ou já haviam perdido sua influência dos primeiros tempos.

Sinais de mudança

Não só Kh'omeini como os seus principais lugares-tenentes, no governo e no parlamento, estavam aumentando a pressão em torno da esquerda, que passou a ser duramente perseguida. O clima anti-soviético se agravava. A Urss passou a ser uma "potência satânica" e as correntes progressistas, mesmo aquelas que nada têm a ver com os soviéticos nem como o marxismo, eram denunciadas como metidas em planos de traição nacional.

Uma análise objetiva da revista terceiromundista *Afrique & Asie*, que, como todas as forças progressistas do mundo apoiou a revolução iraniana e, em algu-



... e a destruição chegando a Khoramchar, no Irã

mas oportunidades, se distanciou da linha política do Iraque, chama a atenção para esse fato sintomático: os setores mais reacionários e tradicionalistas do conjunto de forças da revolução tomaram conta do Poder. A partir daí, vinham realizando um sistemático e perigoso trabalho de divisão interna que enfraquecia o Poder e abria aos Estados Unidos uma nova chance de penetração, sobretudo em certos setores do governo e das forças armadas. Ora, o exército foi criado e desenvolvido à medida dos interesses norte-americanos e nada mais natural que muito de sua inspiração anterior e também dos seus quadros permanecessem intactos, desejosos de ir à forra dos setores esquerdistas que estimularam e apoiaram a depuração dos seus elementos mais repressivos.

Se, numa guerra, esse exército sai vitorioso, mataria dois coelhos de uma só vez: ganharia condições internas para se desembaraçar, numa primeira etapa, do governo de Bani Sadr e, depois, do próprio aiatolá, e estaria melhor colocado para fomentar a derrubada do governo de Saddam Hussein no Iraque.

Em Teerã acusam Saddam de tudo. Mas a Casa Branca sabe que não é assim e por isso não confia em Saddam. Bagdá não mantém relações diplomáticas com Washington e há, entre outras, duas decisões do governo de Saddam que não são do agrado de Washington: o fato de que as forças armadas iraquianas são equipadas quase que exclusivamente com armamento soviético e a instalação de um reator nuclear de grande potência com a cooperação da França.

Os desentendimentos entre o Partido Baath e o Partido Comunista que integravam, a nível de governo, uma frente política, foram aproveitados pela propaganda adversária para minar as

relações com a Urss. A meta principal era reduzir o fluxo do armamento soviético. Em uma entrevista em Bagdá, o presidente do Iraque foi muito instado pelos correspondentes ocidentais a relacionar os dois fatos. Ele disse que as relações com a Urss se mantinham inalteradas, apesar do conflito com o PC — um assunto de política interna — e que a base principal do armamento iraquiano continua sendo soviético.

Também a circunstância de que Bagdá se transformava em um refúgio dos perseguidos políticos do Mundo Árabe, notadamente do Egito, e que melhorassem as relações com o Iêmen do Sul, o único regime árabe marxista, facilitando a criação, no Golfo e no Índico, de um poderoso polo de poder econômico e militar capaz de conter a presença imperialista, são outros avanços, lembrados pela citada revista, que preocupavam a Washington. Explicava-se assim uma linha de ação pouco dissimulada visando

à substituição do regime de Bagdá.

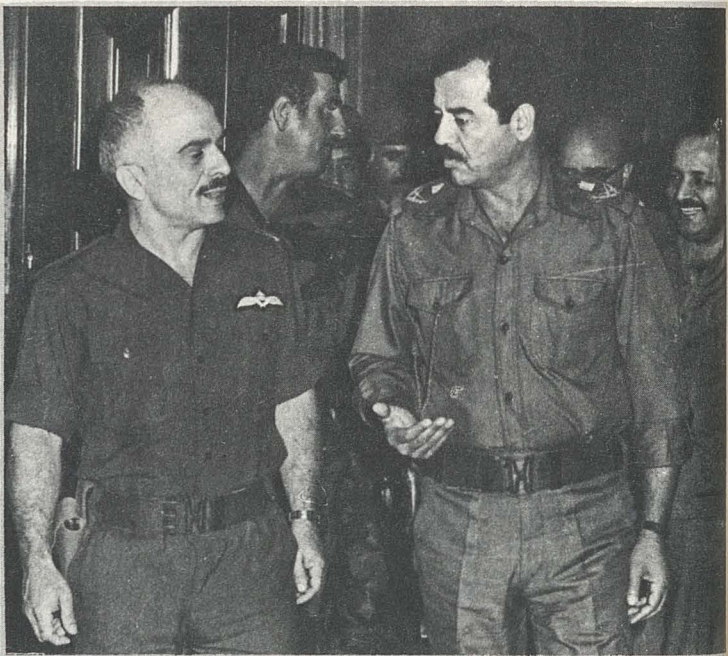
Quando os generais da extrema direita assumiram o poder na Turquia, não faltou quem visse nessa evolução um passo a mais para a recomposição da estratégia norte-americana na região.

Pensar que o Oriente Médio está esquecido pelo Pentágono é uma utopia. Metade do petróleo que o mundo ocidental consome vem daí. Aí estão 60% das reservas, 2.800 dos poços produtores, 24 terminais portuários assegurando a exportação, 20 grandes refinarias e nada menos de 20 mil quilômetros de oleodutos.

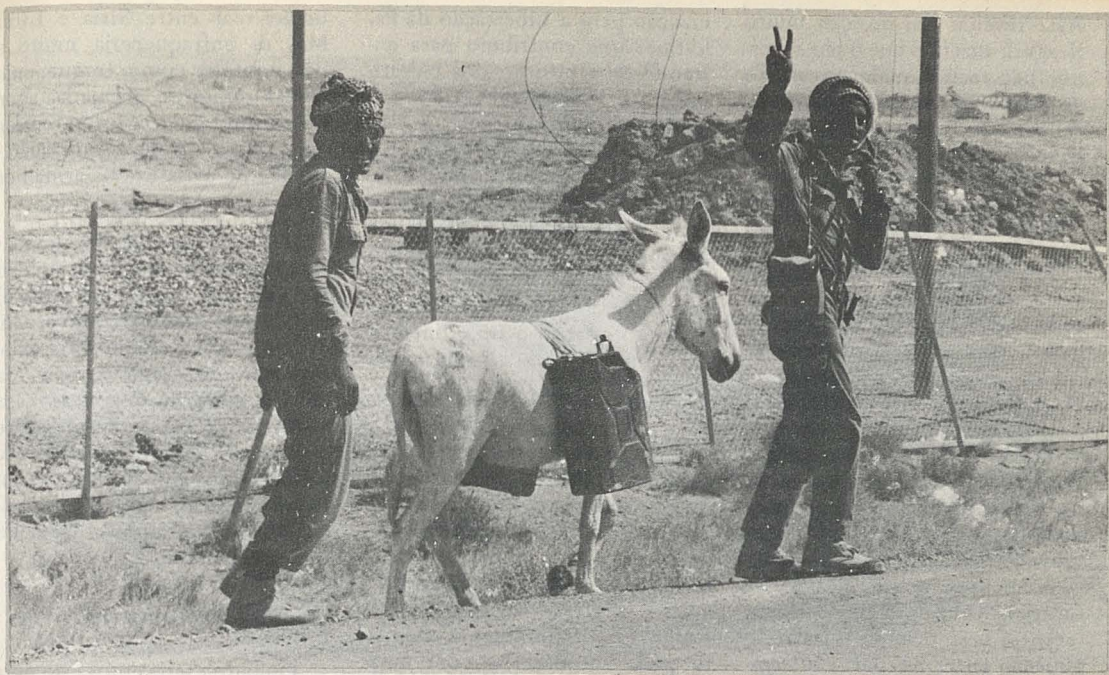
A posição da Urss

De qualquer maneira, o quadro político-diplomático-militar não é fácil para os Estados Unidos como não o é para a Urss.

A guerra se trava muito próximo à área de segurança dos so-



Hussein, da Jordânia, e Hussein, do Iraque: juntos na luta



O problema do combustível num dos maiores produtores de petróleo do mundo: consequências da guerra

viéticos e envolve países com os quais Moscou mantém um estreito relacionamento. A presença de uma poderosa esquadra norte-americana no Índico não é um passeio turístico mas um fator militar importante que modifica a correlação de forças no flanco sul do dispositivo de segurança da União Soviética.

Os comentaristas de Moscou deixam entender que o seu país considera que o atual conflito é, apenas, um episódio de uma confrontação maior. O epicentro da turbulência na região continua sendo um Israel poderoso e pronto a atuar quando os interesses de sua própria política expansionista ou os dos Estados Unidos assim o exigirem. A advertência da Urss de que poderia se sentir compelida a intervir no Oriente Médio se Israel aproveitasse a situação para atacar os seus vizinhos, contribuiu para esfriar os entusiasmos dos "falcões" de Te-lavive.

Os próprios soviéticos se encarregaram de desmentir como

"trapaças da propaganda inimiga" as notícias de que o acordo com a Síria, ultimamente renovado, era uma atitude antiiraquiana e que a Urss estaria abastecendo, ao mesmo tempo, as forças do Iraque, através do Iêmen do Sul e da Etiópia e fornecendo certos elementos bélicos ao Irã.

Os soviéticos têm reafirmado que seu maior interesse na região é cooperar para uma paz negociada nessa guerra e nisso sua linha diplomática coincide com a dos países da Europa Ocidental.

Esquadra norte-americana no Índico, problemas nas fronteiras estratégicas, crise no Oriente Médio, tudo isso deve aconselhar os soviéticos a uma posição prudente. Seus porta-vozes insistem em que os interesses dessa superposição passam pela paz na área, com o restabelecimento da unidade árabe.

Um comentarista do diário *El País*, de Madrid, escreveu a propósito: "Um dos fatores de gravidade do conflito na região

(Oriente Médio) está na situação da Urss, ameaçada hoje em todas as suas fronteiras desde a China até as da Europa, estas dentro de de sua zona de segurança, ou seja, a dos países do Pacto de Varsóvia". A situação no Afeganistão se enquadra nesse contexto geopolítico. Quanto à paz, ela virá hoje ou amanhã. Os iraquianos delimitaram claramente os seus objetivos militares que, em princípio, não prevêm a extensão da guerra ao interior do Irã. "Não queremos um palmo de terra dos iranianos", declarou o presidente Saddam Hussein.

Essa posição foi reiterada pelo vice-primeiro ministro Tarek Aziz, depois de uma viagem a Moscou e Paris. "Estamos dispostos a negociar com todas as partes que mantenham essa mesma disposição. A base de qualquer negociação é o respeito, por parte do Irã, da soberania iraquiana sobre o canal de Shatt-al-Arab e outros territórios que são do Iraque por força de convênios internacionais", esclareceu.

Aziz revelou um posição muito flexível, dizendo que o seu governo "não recusa qualquer esforço de mediação, exceto os que procedam dos Estados Unidos e de Israel."

Um xadrez complicado

O problema da unidade árabe, tal como se coloca hoje, é, contudo, mais complicado. Um dos dados mais expressivos da situação é a fragilidade que revelaram os cimentos dessa unidade. O fato de que dois países árabes, Síria e Líbia, tenham tomado posição ao lado do Irã, torna o xadrez ainda mais difícil de entender. Por vez, os árabes levam suas divergências a níveis de enfrentamentos e até mesmo de rupturas. Uma das situações mais recentes nesse campo foi o rompimento entre Khadafi e a Orga-

nização para a Libertação da Palestina, que contribuiu para enfraquecer a posição dos palestinos no mundo. Mas esta é a primeira vez que dois países árabes se colocam a favor de um país não árabe em uma guerra declarada. Pode-se dizer que os laços criados pela religião muçulmana são mais fortes que os da Nação Árabe como um todo, mas tal não é o caso. O Iraque é tão muçulmano quanto o Irã e, inclusive, como o Irã, possui uma ampla faixa de muçulmanos xiitas.

O jogo aí encerra competições menores, decisões à base de impulsos ou de intrigas urdidas fora do Mundo Árabe. A ruptura da unidade dos árabes favorece Israel mais do que ajuda ao Irã. Com a defecção do governo de Sadat, a frente militar anti-sionista pode fortalecer-se com uma

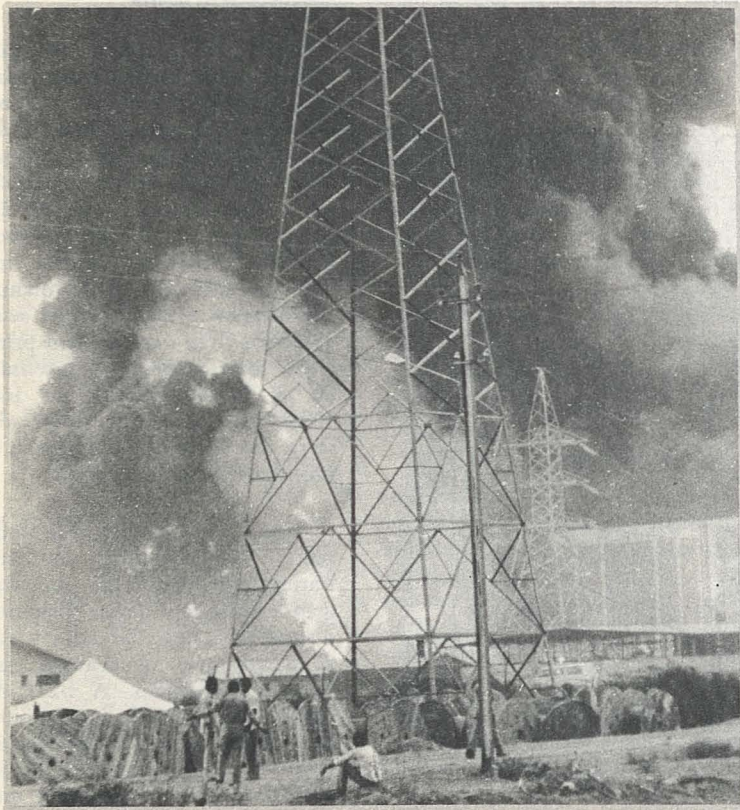
união real entre Síria e Líbia. Mas se enfraqueceria muito se não contasse com o Iraque, cujas forças militares, engajadas agora numa dura guerra, estão revelando capacidade de organização e de uso de sofisticados armamentos.

Recordo-me que em uma entrevista com o presidente Saddam Hussein em Bagdá, em julho último, perguntei-lhe como atuaria o Iraque caso algum país árabe se envolvesse com outro não-árabe. Ele declarou que, nesse caso, as divergências internas desapareceriam e o Iraque lutaria em favor do país árabe. "Mesmo um Estado radical, como o Iêmen do Sul?", perguntamos. "Qualquer um", respondeu.

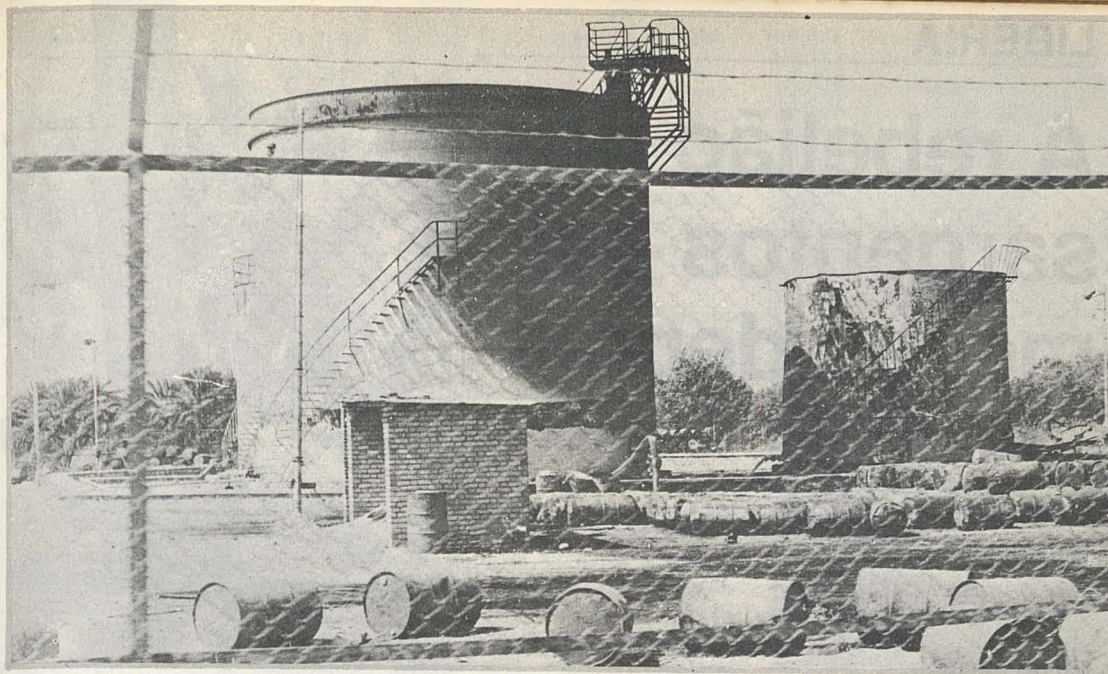
Os caminhos do futuro

Quando escrevemos esta nota, não parecia que o aiatolá já estivesse disposto a um entendimento a não ser que o Iraque evacuasse os territórios ocupados. Mais ainda: não se comprometeria a cessar a luta para que o "satânico" Saddam fosse derrubado. Os iraquianos estão de acordo em evacuar os territórios ocupados, menos aqueles que reivindicam como historicamente seus. Também querem garantias de respeito à soberania interna, ou seja, que cessarão as campanhas verbais contra o regime de Bagdá e a infiltração de elementos que procuram levantar a população xiita contra o governo.

Essa posição não parece ser assim tão dura e inflexível nos setores menos ortodoxos das forças revolucionárias do Irã, particularmente os de esquerda, agrupados na Frente Nacional. A Frente congrega vários partidos, inclusive o Tudeh, de orientação marxista e grupos menores. Nos últimos meses, foi muito atacada pelos "mulás" fundamentalistas. Muitos dos seus seguidores estão presos ou foram fuzilados, mas a Frente, como estrutura,



A destruição por toda a parte, depois dos ataques aéreos



Os bombardeios iranianos atingiram Bagdá e sua periferia

conseguiu manter-se relativamente integrada e atuante.

O futuro dependerá muito do que esse forte agrupamento (nascido no calor das lutas patrióticas e nacionalistas do Mossadegh, deposto depois de nacionalizar no ano de 1952, o petróleo iraniano) poderá fazer para restabelecer o sentido verdadeiramente revolucionário do poder que se instalou com a derrubada do Xá.

A perspectiva, alimentada pelo aiatolá, de um levantamento popular e militar contra Saddam Hussein não parece ter qualquer viabilidade, sobretudo quando a resposta nacional ao chamado à luta foi muito grande e o seu exército conquista expressivas vitórias no campo de batalha. Também não teria sentido, nem se enquadraria na estratégia iraquiana revelada por seus dirigentes em Bagdá, levar o seu exército a Teerã, forçando a capitulação do seu governo.

É uma situação que pode, pela própria natureza do conflito, levar a uma estabilização da front

terrestre, depois que se completarem os avanços que os iraquianos consideram necessários à proteção de sua fronteira. Restará, sem dúvida, uma área para a paz negociada, que se torna urgente e necessária.

O incremento de uma guerra na região tensa e crítica do Oriente Médio pode levar a uma catástrofe. Os países do Movimento dos Não Alinhados têm estado em permanente contato e procuram abrir caminho a uma negociação. Também a Conferência Islâmica, a Liga Árabe e amplos setores das Nações Unidas estão na mesma linha.

Na África, de onde estou chegando, e onde a proximidade da guerra torna maiores e mais concretas as preocupações dos seus estadistas, há o temor de que o prolongamento do conflito possa ser aproveitado pelos Estados Unidos para ampliarem seu domínio na região, inclusive naqueles países, como a Arábia Saudita, que temem pelos seus poços de petróleo.

Paulo Jorge, ministro das Relações Exteriores de Angola, foi explícito a respeito: "A guerra entre o Irã e o Iraque só favorece os países imperialistas". E instou a que os dois governos encontrassem fórmulas de uma solução negociada. Joaquim Chissano, ministro do Exterior de Moçambique, declarou nas Nações Unidas: "A guerra em que esses dois países estão envolvidos afeta toda a humanidade por razões econômicas e por razões de estabilidade e de paz no mundo".

Os resultados do conflito para os próprios países envolvidos e para o conjunto das nações do Terceiro Mundo nos foram comparados por um estadista africano às seguintes parábolas, muito populares na África: "Aqui, quando os gafanhotos brigam até a morte, quem ganha é o corvo". Mas mesmo que a briga não seja até a morte, os resultados serão negativos para todos. "É como na luta entre búfalos. No mínimo, além dos danos que se produzirem reciprocamente, também a grama sofrerá". □

LIBÉRIA

A rebelião dos sargentos seis meses depois

Com grandes dificuldades econômicas o novo regime procura a oposição de esquerda como base de sustentação

Gabriel Omotozo

We hope in God" (Temos esperança em Deus) era a palavra de ordem, cujas iniciais — WHIG — compunham a sigla do movimento de escravos libertos que, nas primeiras décadas do século passado, abandonaram os Estados Unidos para se estabelecerem na África, a antiga terra de origem.

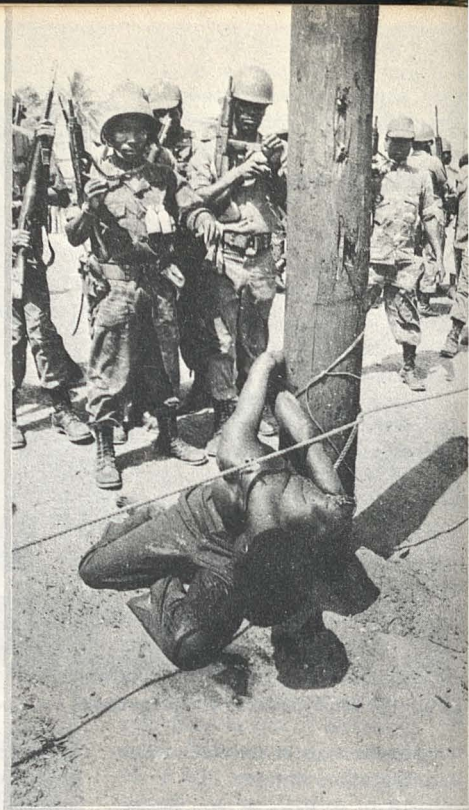
Na costa oriental do continente negro fundaram uma nova pátria, em 1847, com o nome de Libéria, em terras compradas dos povoadores originários da região com fundos das igrejas protestantes dos Estados Unidos e apoio da maçonaria.

Era de se esperar que um movimento de escravos, ao se converter em nação, desse origem a uma sociedade igualitária e progressista, mas deu-se exatamente o contrário. Os trinta mil negros emigrados dos Estados Unidos

impuseram sobre os habitantes locais um domínio de castas que concentrava a totalidade do poder político e econômico nas mãos dessa curiosa aristocracia de ex-escravos.

Sob certos aspectos, o nascimento da Libéria foi o prelúdio, sob condições étnicas diferentes, do caso de Israel, com uma cidadania de primeira classe, baseada numa massa imigratória original, e uma de segunda classe, integrada pelos primitivos habitantes da região.

Mais de um século depois, as denominadas "trezentas famílias" descendentes daquela migração maciça mantinham, sem concessões, todos os seus privilégios, apesar de constituírem apenas 3% do milhão e meio de habitantes com que conta atualmente o país. E 60% da renda nacional eram absorvidos por esses 3% hegemônicos.



Uma reprodução fiel

Como titular de um virtual regime de *apartheid*, onde a camada dominante era paradoxalmente negra, o setor negro norte-americano da população liberiana reproduziu no seu país as instituições, os hábitos e, sobretudo a organização econômica dos Estados Unidos, incluindo a adoção do dólar-EUA como moeda oficial da singular república negra.

Era natural, portanto, que o mais antigo dos Estados africanos se convertesse em um paraíso para as multinacionais que encontravam, nas enormes desigualdades da estratificada sociedade liberiana, uma fonte de mão-de-obra barata.

As multinacionais controlam os ricos recursos do solo e do subsolo do país através de contratos leoninos, dentre os quais pode ser considerado como o

melhor exemplo o da *Firestone Tire and Rubber*, que em 1927 obteve, por cinco milhões de dólares, uma concessão para explorar durante noventa e nove anos uma plantação de borracha (seringal) que cobre 400 mil hectares.

Esse tipo de estruturação político-social, como na antiga Rodésia ou na África do Sul, estava condenado a explodir a qualquer momento, com maior ou menor lentidão. Os marginalizados adquiriram uma crescente consciência política, expressa legal ou clandestinamente em partidos, movimentos, grupos de ação ou sindicatos.

O *True Whig Party* (TWP) exercia, até poucos meses atrás, um total controle político sobre o país, representando a minoria negra norte-americana, monopolizando, sem exceções, os cargos públicos e ocupando todas as cadeiras do Parlamento. Mas nos últimos anos, cresceram algumas forças da oposição organizada, que, em fins dos anos setenta, já eram vistas como uma ameaça ao regime do presidente William Tolbert.

Esses movimentos incluíam, basicamente, o *Progressive Alliance of Liberia* (PAL) — um grupo que tinha como líder Gabriel Bacchus Matthews e que se considerava inspirado pelo “socialismo africano” — e o *Movimento pela Justiça na África* (Moja), que sob a condução de Togba Nah Tipoteh, apresentava linhas mais radicais que as da PAL.

A cólera popular

O regime do presidente Tolbert teve, em abril de 1979, a primeira evidência de que essa mobilização da oposição tinha alcançado um nível digno de alarme, quando uma decisão governamental de aumentar o preço interno do arroz para sustentar a produção, quase desencadeou uma rebelião popular. Violentas manifestações sacudiram Monróvia — a capital, batizada com esse no-

me em homenagem ao presidente norte-americano Monroe — com um saldo de quarenta mortos e centenas de feridos. A ira popular obrigou, pela primeira vez, o governante a retirar uma medida já adotada: o aumento do arroz foi anulado e, em troca, foi criada uma subvenção estatal para a agricultura.

Esta decisão, todavia, agravou as já deterioradas finanças do Estado, seriamente castigadas pela crise na siderurgia e pela conseqüente quebra de entrada de divisas das exportações de minério de ferro.

Tolbert viu-se assim em um beco sem saída. A explosiva pressão popular o havia levado a idealizar uma política de “pequenos passos”, baseada em concessões graduais para satisfazer as necessidades mais elementares da população, mas, ao mesmo tempo, via-se privado dos recursos econômicos necessários para pô-la em prática.

O protesto popular de 1979 foi conduzido pelo PAL de Matthews, que foi preso sob a alegação de traição, juntamente com outros líderes do seu movimento. Pouco tempo depois, o governo libertou-o, num esforço para aliviar as tensões, às vésperas de uma reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), celebrada em Monróvia em julho do mesmo ano.

A intranquilidade voltou a crescer motivada pelas eleições municipais previstas para o mês de novembro do ano passado. Na realidade, as urnas sempre serviram como uma fonte de desabafos populares contra o governo do TWP, cujo poder assentava-se sobre um mecanismo eleitoral que garantia, de fato, a continuidade do domínio da minoria negra norte-americana. A peça-chave desse mecanismo era a chamada *property cause*, um instrumento legal que limitava o direito de voto aos proprietários de imóveis.

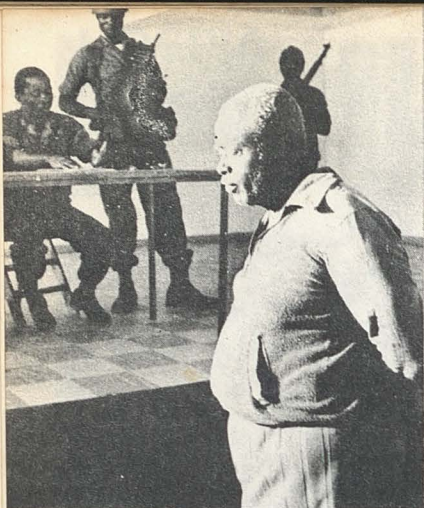


Depois de tomar o poder, Doe mandou executar os adversários do novo regime

Pressionado pela situação, Tolbert prometeu eliminar a *property cause*, o que lhe permitiu, de passagem, adiar para junho de 80 as eleições municipais. Como razão oficial desse adiamento, apresentou a necessidade de dar tempo ao Parlamento para que pudesse anular aquela medida legal. Segundo círculos oposicionistas, o tempo que pretendia ganhar com o adiamento tinha uma finalidade: montar uma máquina eleitoral alternativa que assegurasse o triunfo do TWP mesmo com a ampliação do eleitorado. Por outro lado, algumas sondagens deram ao governo a perspectiva de perder as eleições na capital, mesmo sob a vigência da *property cause*.

A intervenção militar

Numa outra tentativa de apaziguamento da agitação oposicionista diante do que era denunciado como preparativo de uma fraude eleitoral, Tolbert, a 8 de janeiro, legalizou o PAL, que diante da nova situação jurídica,



O julgamento do ministro da Justiça de Tolbert, Joseph Chesson, condenado à morte

ÁFRICA

adotou o nome de *Progressive People's Party* (PPP). A medida não teve o efeito desejado e, a 7 de março, Matthews lançava um apelo de greve geral, pedindo a renúncia do presidente.

A resposta do governo foi uma onda de repressão que incluiu a prisão de Matthews e de outros dirigentes do PPP. Era essa a atmosfera política quando, na noite de 11 para 12 de abril, estourou o golpe de Estado liderado pelo primeiro-sargento Samuel Doe e que se constituiu na primeira intervenção militar na vida política liberiana.

O golpe surpreendeu o mundo, não somente pela novidade do acontecimento na Libéria, depois de um século de estabilidade institucional, como também pelas características dessa intervenção militar, liderada por sargentos, o que configura uma subversão nas hierarquias militares.

Politicamente inexperientes e com idéias um tanto vagas do que deveria ser feito depois da derrubada e da execução de Tolbert, os novos governantes pareciam compreender, no entanto, que a sua subida ao poder marcava um deslocamento da vasta maioria indígena para o centro do cenário político. E para o pro-

jeto de um país que os negros norte-americanos haviam trazido, o fato comportava uma quebra virtual da identidade nacional, numa proporção um tanto semelhante ao que aconteceria em Israel, se o poder fosse tomado pelos povoadores palestinos do Estado judeu.

Doe, consciente das suas fracas aptidões, bem como das de sua equipe, para enfrentar as tarefas de governo, teve a sagacidade de manter no seu gabinete alguns ministros de Tolbert e de definir um papel central à oposição civil desenvolvida nos últimos anos na nova condução do país. Foi assim que Matthews viu-se transferido da prisão para o cargo de ministro das Relações Exteriores, ao mesmo tempo que Tipoteh, um renomado economista, era designado como ministro do Planejamento e Assuntos Econômicos.

Doe, por outro lado, na sua intenção de inaugurar o seu regime com medidas populares, reduziu por decreto o preço do arroz, do peixe e dos transportes, numa ação que somente poderia se sustentar sobrepondo-se, às já exauridas rendas fiscais, uma outra subvenção. As mesmas rendas fiscais tiveram, além disso, que suportar um aumento imediato de 150% nos salários dos militares, despesa essa agravada pela decisão de aumentar em 60% o número de efetivos das forças armadas.

Não foi possível conceder aumentos equivalentes aos operários e empregados, face a uma ameaça das multinacionais — que utilizam a maior parte da mão-de-obra liberiana — de pôr fim às suas atividades no país, caso isso acontecesse.

Três perigos

Os esforços para a recuperação de fundos mal geridos por figuras do regime anterior — um dos propósitos implícitos dos jul-

gamentos por corrupção que se seguiram ao golpe de Estado — não deram ainda resultados suficientes que compensem ou diminuam a sangria econômica de que padecia a Libéria.

O novo regime iniciou dessa maneira a sua marcha sob medidas ambíguas. À popularidade das primeiras delas, seguiram-se demonstrações de irritação pelos aumentos dos salários dos militares e pela aparente impotência do novo regime em forçar as grandes empresas a modificarem as relações de trabalho com seus empregados. A intranquilidade social que poderia derivar dessa situação levou Doe a determinar, em fins de junho, a suspensão por tempo indeterminado do direito de greve.

Se a prometida nova sociedade tinha que empreender o caminho do socialismo, os fatos obrigaram, pelo menos, ao adiamento dos primeiros passos nessa direção. Para o futuro imediato, Doe deu garantias às empresas de que não haveria nacionalizações e de que os contratos assinados por Tolbert seriam respeitados.

Nessa situação, o novo regime enfrenta, pelo menos, três perigos centrais:

- a ameaça de uma perda de popularidade como resultado da possibilidade de produzir imediatamente as mudanças sócio-econômicas esperadas;

- o perigo de que o novo regime perca a representatividade legal dada pela marginalizada maioria indígena, para cair no tribalismo e converter-se em expressão de um novo domínio étnico, pois Doe e a totalidade da equipe militar atualmente nos postos de controle sobre o país, pertencem ao grupo dos *krans*, que não ultrapassam os 5% da população;

- a possibilidade de que a ação do novo governo perca a coesão interna através das discrepâncias que já começam a aparecer entre o grupo de Matthews e o de Tipoteh.

Resta, no entanto, pendente de definição, o papel internacional do novo regime. Numa aparente tentativa de impedir a sua radicalização e de defini-lo a favor do Ocidente, potências e instituições deste bloco vão-lhe ao encontro com medidas de assistência que podem servir como paliativo para as penúrias mais imediatas da Libéria.

Os Estados Unidos têm projetos de contribuir com 20 milhões de dólares para a provisão de alimentos, medicamentos e equipamentos agrícolas para o governo de Doe; espera-se um auxílio de mais 23 milhões de dólares de parte da Alemanha Federal; e outros 83 milhões de dólares seriam provenientes do Fundo Monetário Internacional. Isso tudo serviria para ajudar o novo regime a cobrir o seu déficit orçamentário.

Abertura para o Leste

Apesar dessas "pressões" do Ocidente, o governo militar da Libéria evidencia um claro propósito de abertura para o Leste, coincidentemente com um claro interesse do mundo socialista em estreitar relações com o regime de Doe. Até o presente momento, os laços diplomáticos e econômicos do país ligavam-no quase que exclusivamente à área ocidental, com um amplo predomínio dos Estados Unidos.

Doe, no entanto, foi recebido triunfalmente em Adis Ababa a 26 de agosto último, na primeira visita efetuada pelo governante liberiano a outro país, convidado pelo presidente etíope Mengistu Mariam. A Etiópia, um país socialista estreitamente vinculado à União Soviética foi, além disso, o primeiro país a reconhecer o regime militar de Monróvia.

A segunda viagem oficial de Doe ao exterior terá por destino Moscou, em resposta a um convite já formulado pelo líder soviético Leonid Brejnev e aceito pelo governante da Libéria. □

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

O novo regime e a velha dependência

Após a queda de Bokassa, o presidente Dacko mantém a subordinação neocolonial à França e esquece-se das promessas de dialogar com a oposição

Agustín Castagno



O Imperador Bokassa I

A República Centro-Africana é herdeira daquilo que foi, há um ano, o "Império Centro-Africano" de Jean-Bedel Bokassa. Desde que, formalmente, tornou-se independente da França, em agosto de 1960, o seu território de 622 mil quilômetros quadrados, rico em urânio e diamantes, constituiu-se sempre no cenário arquétipo do neocolonialismo francês, tendo como pano de fundo uma agitada, sangrenta e tumultuada vida interna. Esse *status* neocolonial ficou mais ostensivamente confirmado sob o jovem regime republicano do presidente David Dacko, levado sem dissimulações para o país pelos braços dos pára-quedistas franceses na noite de 20 para 21 de setembro de 1979, com a finalidade de acabar com o "império" de Bokassa.

Paris explicou a sua participação nessa "substituição" como uma operação em defesa dos direitos humanos, depois de ter dado início, quatro meses antes do golpe, a uma série de ações destinadas a justificar mais tarde essa explicação.

O começo do fim do regime de Bokassa foi marcado por uma

informação divulgada em maio de 1979 pela *Amnesty International*, que comoveu o Mundo: a denúncia de um sádico massacre de quase cem crianças “por ordem do imperador e com a sua quase que segura participação”.

Eram escolares presos por participarem de manifestações de protesto contra uma resolução governamental que os obrigava ao uso de uniforme para assistir aulas.

Paris relatou a questão durante a Conferência Franco-Africana celebrada em 21 e 22 de maio em Kigali, onde propôs a criação de uma comissão investigadora integrada exclusivamente por magistrados africanos para a apuração do caso denunciado pela Anistia Internacional e exposto pela imprensa de todo o mundo, com macabros testemunhos sobre o papel de carrasco desempenhado pessoalmente por Bokassa durante a matança.

A comissão apresentou, poucas semanas depois, um relatório que confirmava os fatos denunciados e que motivou comentários elogiosos de parte da imprensa internacional — inclusive um entusiasta editorial publicado pelo jornal diário francês *Le Monde*, a 11 de agosto — sobre a coragem demonstrada pelos magistrados encarregados da investigação.

A influência francesa

Os fatos anteriores justificavam algum ceticismo sobre essa entusiástica avaliação do trabalho cumprido pelos magistrados, na sua maioria pertencentes a países amigos da França e sujeitos à influência de Paris.

Depois do escândalo dos escolares massacrados, a França chegara à conclusão de que a continuidade do seu próprio controle, de fato, sobre o território centro-africano poderia ver-se em perigo se fossem mantidos os ter-

mos de uma associação com semelhante regime.

Foi realmente curiosa essa súbita descoberta da França, em maio de 1979, da natureza tirânica do governo encabeçado por Bokassa, que se mantinha no poder à força de repressões em massa, execuções sumárias e perseguições cruéis de toda expressão opositora, desde que chegou ao poder a 31 de dezembro de 1965. Nesse dia, Bokassa — então chefe do Estado-Maior — pôs fim, através de uma insurreição armada, à primeira presidência de David Dacko.

Bokassa invocara, como justificativa do golpe, as inclinações maoístas atribuídas a Dacko, o que não o impediu, pouco tempo depois, de contratar os serviços do presidente derrubado como “assessor pessoal”.

Naquela época, no entanto, as preocupações francesas com os direitos humanos passaram por cima, sem sobressaltos, do absolutismo de Bokassa, da marginalização de toda a oposição sob um regime de partido único, da sua autoproclamação como presidente vitalício em dezembro de 1976, e em seguida como “imperador”, no mesmo mês, em 1978.

O governo de Paris não deixou de se fazer representar na fastosa e ridícula cerimônia que custou trinta milhões de dólares, onde Bokassa fez-se coroar sentado sobre um trono de ouro. Já então o seu despotismo atingia níveis somente comparáveis aos da sua corrupção, que o levava por caminhos não muito diferentes daqueles seguidos por Anastasio Somoza na Nicarágua: não era só a personificação de uma classe no poder, mas o senhor e proprietário pessoal do país.

A iniciativa francesa de “investigar” através de terceiros a conduta de Bokassa alarmou o recém-coroadado imperador, que se dirigiu então à Líbia em busca de outra fonte de apoio externo.

O golpe de setembro, com efeito, surpreendeu-o em Trípoli.

Impedir a ruptura do status neocolonial

Materialmente, a “Operação Barracuda” não apresentava dificuldades para a França, como de fato ficou demonstrado. Mas era muito difícil, sob outro ponto de vista: havia muitas coisas que poderiam vir à tona se a passagem entre um e outro governo não fosse levada a efeito com a devida prudência.

Fazia-se também necessário impedir que a substituição pusesse em perigo a continuidade do status neocolonial, abrindo as comportas a uma oposição que nos meses antecedentes ao golpe havia dado provas de uma presença marcante na vida política do país e de crescente organização. Dois meses antes da “Operação Barracuda”, uma reunião realizada em Cotonou, capital do Benin, selara a formação de uma frente comum integrada pelas quatro maiores forças da oposição: a FPO (Frente Patriótica de Unanguí), a FLO (Frente de Libertação de Ubanguí), o MLPC (Movimento de Libertação do Povo Centro-Africano) e a Aneca (Associação Nacional de Estudantes Centro-Africanos).

Não era fácil para fazer frente a Bokassa, uma alternativa que não abrisse espaços a essas forças. Sobre tudo no marco de uma operação que apresentava-se fundamentada na decisão de fazer respeitar os direitos humanos.

Todas essas circunstâncias explicam de algum modo o sinuoso curso da passagem do “Império” à “República”. Consumado o golpe, a França deu a Bokassa algum indício, de natureza ainda desconhecida, que o levou, aparentemente, a crer que a operação não o afetava.

O passo seguinte foi a notícia de que o presidente Houphouët-



Nas extremidades, Bokassa e Giscard d'Estaing: unidos até o interesse francês ser afetado

Boigny — outra peça do esquema neocolonial francês na África — havia aceitado, por “razões humanitárias”, conceder asilo ao imperador derrubado.

Ainda que virtualmente posto em incomunicabilidade pelo *Sdece*, o Serviço de Documentação e Contra-Espionagem francês, Bokassa desfrutaria de um confinamento dourado, com a segurança de que seus bens não seriam tocados pelo novo governo de Bangui, e de que nada seria feito para a localização do seu escondido tesouro em diamantes.

Dacko, enquanto isso, em uma ação orientada no sentido de dar algum grau de coerência aos pretextos libertários do golpe que lhe devolveu a presidência, deixou que circulasse a meia-promessa de dialogar com as forças da oposição em uma “mesa redonda” destinada a assentar as bases de um governo de unidade nacional.

Essa simulação de um processo democrático, se alguma vez existiu, durou muito pouco. Do regime de Bokassa, somente foi desalojado o seu titular, enquanto funcionários acusados dos piores crimes foram confirmados nos seus postos. Henry Maidu, o último e o mais questionado dos primeiros-ministros do “imperador”, passou a ser o vice-presidente de Dacko.

Reação popular

A “mesa redonda” com as forças opositoras fracassou em poucos dias, sobretudo pela cerada negativa de Dacko em satisfazer certas exigências básicas dessas correntes. A principal dessas reclamações, relativa à pronta retirada das tropas francesas, Dacko respondeu anunciando que a presença dos pára-quedistas franceses no país poderia durar dez anos.

A evidência de que a derrubada do “imperador” havia sido somente um recurso para garantir a continuidade do *status* existente sob o regime de Bokassa não demorou a provocar reações hostis de parte da população. Em fins de outubro de 1979, maciças manifestações da oposição ao novo governo foram duramente reprimidas.

“Eu havia prometido manter a ordem e agora assumo a responsabilidade nesse sentido”, declarou Dacko quando foi imposto o toque de recolher. O novo presidente, por outro lado, ratificou a manutenção do partido único.

À desastrosa situação econômica deixada por Bokassa, Dacko respondeu com as clássicas medidas de austeridade (que consistem, em suma, em descarregar a crise sobre a população) que agravaram as tensões políti-

cas e sociais. O governo suspendeu a incorporação de pessoal no funcionalismo público e congelou o número de vagas existentes, à exceção de algumas designações imprescindíveis, para as quais recorreu-se, na maior parte das vezes, a cidadãos franceses.

As más condições climáticas reduziram a produção e as exportações de café e de algodão, enquanto que a entrada maciça de refugiados procedentes do Chade convertia-se em poderoso fator de agravamento da crise econômica. Dacko já viajou duas vezes a Paris em busca de auxílio da metrópole, e naturalmente, obteve essa ajuda sob condições que somente contribuem para reforçar a presença francesa na República Centro-Africana.

Os acontecimentos, na realidade, desenvolveram-se com ajustes ao esquema clássico de troca de guarda nos regimes neocoloniais. Mas o processo também adquiriu características especiais derivadas, principalmente, da sua curiosa ligação com a política interna da França.

O “affaire Bokassa”

Dacko estava há pouco tempo no poder quando o semanário *Le Canard Enchaîné* de Paris denunciou os valiosos presentes que o presidente Valéry Giscard D'Estaing recebera de Bokassa. Gis-

card defendeu-se com muita dificuldade, admitindo, no entanto, a existência dos tais presentes, atribuindo-lhes valor menor que o denunciado e assegurando que não os havia recebido a título pessoal, mas como presidente, deixando os diamantes em poder do Estado.

O tema, que se diluiu lentamente depois da denúncia inicial, ressurgiu em setembro passado através do próprio Bokassa, que deu detalhes sobre os diamantes presenteados, numa ligação telefônica feita da Costa do Marfim à redação do *Le Canard Enchaîné*.

Em declarações, obviamente ditadas pelo ressentimento contra o seu antigo protetor, Bokassa chega a acusar Giscard até de *"ter ocupado o meu lugar... no coração da imperatriz Catherine"*, acrescentando uma nota burlesca ao escândalo das controvertidas relações entre o chefe de Estado francês e o déspota centro-africano.

Mas o fato de que Bokassa, confinado na Costa do Marfim, exatamente para assegurar a sua incomunicabilidade, tenha podido efetuar essa comunicação telefônica, motivou explicáveis especulações sobre um descuido intencional dos serviços de contra-espionagem encarregados de evitar tais filtrações.

Teria tido algum papel nesse episódio o setor gaulista e antigiscardiano do *Sdece*? Teria Bokassa se convertido em uma arma da antiga batalha entre Giscard e o prefeito de Paris, Jacques Chiraud? As perguntas continuam sem resposta, mas as suas simples formulações antecipam o papel que desempenhará o *"affaire Bokassa"* nas próximas eleições francesas.

A República Centro-Africana, entretanto, permanece alinhada entre os Estados africanos cuja libertação efetiva ainda é um processo pendente de solução. □

LANICA



LINHAS AERÉAS DE NICARÁGUA S.A.

**A partir do México,
uma conexão direta com**

- EL SALVADOR
 - MANÁGUA
- (Terças, quintas e sábados)**

De Manágua a:

- São José da Costa Rica
- Panamá
- Miami

**No aeroporto do México,
consulte o telefone 762-4708**

**Na cidade do México,
escritório à Avenida Reforma, 322-B
Telefones 511-3290 e 511-3617**



ANGOLA

Cinco anos de poder popular

O MPLA e a guerra de libertação. A transformação do exército e as conquistas econômicas e sociais

Luís Rodrigues

As vésperas de celebrar seu quinto aniversário, a revolução angolana encontra-se totalmente voltada para concretizar a palavra de ordem dada pelo presidente Agostinho Neto antes do seu desaparecimento: implantar o poder popular, isto é, estruturar institucionalmente o governo do povo que, com sua luta, derrotou o colonialismo português e conquistou a independência a 11 de novembro de 1975.

Desde então, os dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, trabalharam em busca das metas fundamentais do processo revolucionário: a edificação de uma nação moderna e independente, seu desenvolvimento econômico e a construção de uma democracia popular. O requisito básico para o cumprimento dessas tarefas era a paz, que o presidente Neto e seus colaboradores ansiosamente procuraram. Esse plano confirma-

va a projeção do modelo de libertação integral na África Austral. E, portanto, os interesses racistas e neocolonialistas uniram-se contra ele.

A independência de Angola foi conquistada com uma guerra cruel. O governo do MPLA foi atacado pelo sul e pelo norte, e o povo angolano teve que concentrar esforços em sua própria defesa. Eis o motivo pelo qual o MPLA, depois de libertar o país

do colonialismo, teve que garantir a integridade territorial, garantir fronteiras seguras. Essa foi a prioridade absoluta e vital.

O permanente estado de guerra durante esses anos plasmou a particularidade do processo angolano, seus avanços e obrigações limitações. Partiu-se de um extremo subdesenvolvimento, deixado pelo colonialismo português, e os principais recursos humanos e econômicos tiveram que ser colocados na Defesa, tendo-se que relegar a segundo

plano outros setores. Mais de 300 mil portugueses deixaram o país depois da independência (entre eles a maioria dos profissionais e técnicos existentes), parализando a economia. A trajetória deste quinquênio deve ser analisada à luz dessa dura realidade. Ao mesmo tempo, deve-se ter presente que o estado de guerra continua, apesar de interrupção das hostilidades no lado norte. A invasão sul-africana, em junho deste ano, esboça a palpável dimensão dessa ameaça.

Um exército de alto nível

Um balanço sucinto do que foi realizado nesses anos, mostra em primeiro lugar a transformação acelerada de um exército de guerrilhas em Forças Armadas eficientes e combativas. Um indício do alto grau de profissionalismo constata-se no fato de que, atualmente, o posto de major do exército exige que se passe pelo curso de Estado Maior. Isso permitiu o domínio de uma tecnologia bélica avançada, de um ní-

As relações afro-brasileiras

□ Um passo significativo foi dado no mês passado para a intensificação e consolidação das relações entre o Brasil e a África. Uma delegação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) visitou Angola e Moçambique, a convite do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) — Partido do Trabalho e do Partido Frelimo, de Moçambique, ampliando às forças políticas um relacionamento que, até então, vinha sendo conduzido somente a nível de Estado.

A delegação brasileira estava chefiada pelo engenheiro Leonel Brizola, presidente do PDT, e integrada pelos srs. Neiva Moreira, membro da Comissão Nacional, responsável na Comissão Internacional do Partido das relações com a África e Oriente Médio; deputado federal José Maurício, da direção do Estado do Rio; deputado Carlos Augusto de Souza, líder da bancada do PDT na Assembléia do Rio Grande do Sul e da direção estadual, engenheiro Arnaldo Mourthé e jornalista Carlos Contursi.

Em Angola, a representação do PDT manteve demoradas conversações com uma delegação oficial dirigida por Lúcio Lara,

secretário para a Organização do Comitê Central do MPLA e integrada por Henrique Santos (Onambwe), secretário do Comitê Central para os Assuntos Jurídicos; Afonso Van Dunen (M'Binda), secretário do Comitê Central para os Assuntos Exteriores; Bernardo Souza, secretário do Comitê Central para as instituições da Organização do Poder Popular; pelo primeiro secretário nacional da Juventude e outros destacados líderes do Partido.

A delegação brasileira manteve contato com outros altos dirigentes do MPLA e do Estado entre os quais o Ministro Lopo do Nascimento, do Comércio Externo.

Chefiada por Samora Machel, presidente do Partido Frelimo e da República Popular de Moçambique, a delegação moçambicana foi composta pelo deputado Oscar Monteiro, membro do Comitê Central do Partido e da Comissão Permanente da Assembléia Popular e ministro de Estado na Presidência da República; deputado Júlio Carrilho, membro do Comitê Central do Partido e ministro de Obras Públicas e Habitação; deputado Prakash Lati-

lal, vice-governador do Banco de Moçambique e quadro do Departamento de Política Econômica do Partido Frelimo; deputado Shaffurdine Khan, membro do Partido e diretor da Direção da Europa e América no Ministério dos Negócios Estrangeiros; Albino Magaia, membro do Partido, diretor de redação da revista "Tempo"; e Gabriel Pereira, responsável pelo Departamento de Formação de Quadros na Organização da Juventude Moçambicana (OJM).

Em várias oportunidades, Marcelino Santos, Secretário do Comitê Central para a Política Econômica esteve em contato com a delegação.

Tanto em Moçambique como em Angola, a representação do PDT visitou fábricas, organizações do Poder Popular, aldeias comunitárias, cooperativas, inteirando-se do funcionamento de importantes experiências que realizam os dois países. Em Moçambique, a delegação esteve no Vale do Limpopo, onde se implanta um grande projeto econômico, reunindo-se com as autoridades da Província de Gaza, até há pouco, alvo dos ataques rodésianos.

vel insuspeitado pelo adversário. Uma análise objetiva do ataque sul-africano mostra que Pretória não tinha imaginado que sua ofensiva — apesar de ter causado enormes danos — seria rechaçada apenas pelas forças angolanas. No plano social, são comprovados sucessos na Educação, Assistência Sanitária e Social. Rompendo com uma tradição elitista e metropolitana, a Medicina vai-se estendendo, vertical e horizontalmente, a todas as camadas sociais e a todo o país. Para cum-

prir as aspirações nesse campo, procede-se à formação de especialistas.

Antes da libertação, existia em Luanda a Escola Técnica de Saúde, com cerca de 300 estudantes. Hoje, tem 2 mil estudantes e foram criados 16 centros similares nas províncias. Está sendo alcançada assim, a meta de 6 mil técnicos formados durante o plano 1977/1981. Algo semelhante acontece na esfera educativa. Um eloquente indicador são

os 300 mil alfabetizados desde o princípio da campanha.

O campo econômico

Está sendo aplicada, no campo econômico, uma programação de nacionalização firme e gradual dos recursos naturais, e, em primeiro lugar, do petróleo. Trata-se de um cuidadoso programa que leva em conta a dependência do país em termos tecnológicos e a necessidade de formar quadros capacitados para

A delegação brasileira prestou homenagem à memória do grande líder de Angola, presidente Agostinho Neto, depositando uma coroa de flores no seu sarcófago, colocado em câmara ardente no Palácio do Povo. Irene Neto, irmã do presidente Agostinho Neto, integrou a delegação que recebeu os brasileiros na sede do Partido em Luanda.

Em Maputo, uma coroa de flores foi colocada no Monumento aos Heróis da Independência.

Os brasileiros manifestaram

seu empenho em cooperar ativamente para que se desenvolvam as relações entre o seu país e os novos Estados africanos ex-colônias portuguesas, destacando não apenas suas gestas libertadoras mas os notáveis êxitos alcançados nesses anos de independência. Brizola disse à imprensa que a visita havia sido "altamente positiva" e que recolhera do convívio com os dirigentes dos dois países uma extraordinária impressão. "Fomos acolhidos com carinho e fraternidade: o que vimos e os conhecimentos que nos propiciaram, sobretudo os infor-

mes do presidente Samora Machel e do secretário Lúcio Lara, nos permitiram formar um juízo muito favorável dos dirigentes do Partido Frelimo e do MPLA e do seu esforço pelo êxito do processo de emancipação que estão vivendo. É importante que dirigentes e militantes dos demais partidos brasileiros intensifiquem suas relações com a África, sobretudo com os países de idioma português que têm muito em comum com o nosso povo. Temos pela frente um vasto campo de cooperação mútua", declarou.



Liderada por Brizola, a comitiva do PDT reuniu-se com a delegação angolana, chefiada por Lúcio Lara

a extração e transformação dos seus recursos. De qualquer maneira, já chegou à etapa de controle da exploração petrolífera e prepara-se para assumir as fases seguintes. A gradatividade dessa política garantiu a continuidade das receitas por exportação e, portanto, o Estado pode oferecer os investimentos para o desenvolvimento econômico. A base é a agricultura, sendo a indústria a sua vanguarda. O objetivo consiste em reconstruir a agricultura (desarticulada pelo êxodo português, pela guerra de libertação e pelas agressões sul-

africanas) para que esse setor possa satisfazer às necessidades internas e sentar as bases da industrialização.

Tudo converge para o desenvolvimento econômico, e esse será o tema central do Primeiro Congresso Extraordinário do MPLA, que será realizado em dezembro próximo, segundo afirmou o presidente José Eduardo dos Santos. Ele e sua equipe estão dedicados à criativa tarefa de adaptar o planejamento científico do desenvolvimento econômico às peculiaridades da realidade angolana.

Desenvolveu-se, paralelamente, a organização política, através do MPLA como vanguarda do povo. O movimento que liderou a libertação é, hoje, o partido de massas que encabeça a luta contra o invasor sul-africano e que trabalha pela edificação nacional, seguindo os rumos traçados por Agostinho Neto. As lideranças do país e do Partido, através do presidente José Eduardo dos Santos e do Comitê Central, reafirmaram a continuidade do processo começado pelo fundador da pátria. No último ano, duplicaram-se os militantes do MPLA

“Não se resolvem com cosméticos os problemas do povo”

Samora Machel

Por intermédio da delegação do PDT, o Presidente Samora Machel enviou uma mensagem ao povo brasileiro. Eis o texto da mensagem:

“Companheiro Brizola, peço-lhe que transmita ao povo brasileiro que nos sentimos honrados pela sua visita à República Popular de Moçambique.

República Popular de Moçambique que nasceu de luta sangrenta. República Popular de Moçambique que nasceu da luta contra o colonialismo.

Quando nós falamos em colonialismo, falamos de opressão. Quando falamos do colonialismo, falamos do analfabetismo. Quando falamos do colonialismo queremos dizer: ignorância, superstição, instrumentos essenciais para perpetuar a miséria, a miséria do povo. Instrumentos essenciais que permitem perpetuar a exploração.

Por isso a vossa presença estimula-nos, estimula-nos a continuar o combate, porque a luta continua. A miséria que encontramos em nosso

país é sinônimo da civilização ocidental colonialista. O analfabetismo, a ignorância, a pobreza, representam valores da civilização ocidental e do colonialismo.

Sendo assim, sentimo-nos ligados ao povo do Brasil, sentimo-nos ligados ao grande povo do Brasil, que se libertou também do jugo colonial. No presente, nós lutamos contra o colonialismo, mas também lutamos contra o fascismo. Nós lutamos pela igualdade dos homens. Nós lutamos contra o racismo e a divisão que, em nosso país, representa um instrumento essencial das classes dominantes e do colonialismo para enfraquecer a força do povo e a unidade nacional.

Por isso, sentimo-nos ligados ao povo do Brasil nessa luta toda. O Brasil hoje é um Estado independente, um Estado soberano, e nós também hoje somos um Estado independente, também soberano, mas com grandes problemas. Tanto o Brasil como nós. E esses problemas só podem ser resolvidos, resolvendo-se a vida do povo. Não é com cosméticos, não é somente com a tecnologia, mas sim com a mobilização, a conscientização do povo para que ele tenha confiança na sua própria força para resolver os problemas nacionais.

através de severo mecanismo de seleção: hoje são milhares os membros capacitados e presentes em todas as frentes.

Democracia popular

Agora, o Partido mobiliza-se para estabelecer a Democracia Popular. Em outubro, foram instaladas as Assembléias do Povo nas 16 províncias. Esses organismos são depositários do Poder Legislativo a nível provincial (estadual). Os deputados foram eleitos ao nível das unidades de trabalho e de áreas geográficas, por

meio de centenas de assembléias em todo o país. O processo foi um amplo debate sobre os diferentes candidatos (membros ou não do Partido), antes de serem efetuadas as votações secretas.

A 11 de novembro, com a instalação da Assembléia do Povo (titular do Poder Legislativo em escala nacional), mediante um mecanismo semelhante, a institucionalização alcançará seu ponto mais alto.

Desse pequeno balanço dos primeiros cinco anos da revolu-

ção angolana, saem as suas linhas centrais e suas projeções para o futuro. Tão curto período bastou para sentarem-se os alicerces de uma nação livre, para defendê-la de seus poderosos inimigos, dotá-la de instituições representativas e planejar a economia. Mas é este último ponto que condicionará o desenvolvimento de todo o programa. A grande mobilização para encarar o desenvolvimento econômico no congresso extraordinário de dezembro, é o grande desafio a que o presidente José Eduardo dos Santos e os dirigentes do MPLA se propuseram. ☐

Quer dizer, os nossos povos devem ser povos politizados, povos organizados, povos conscientizados, povos solidários para com outros povos que sofrem. Por isso, no presente, sentimo-nos ligados, porque o Brasil está a caminhar para isso.

Saudamos o regresso ao Brasil dos homens válidos que viveram tantos anos no exílio, passando todo tipo de peripécias, esperando um dia o Brasil voltar a ser a esperança da América Latina. Saudamos, porque no Brasil, estamos certos, estamos confiantes, haverá democracia. Nós vivemos tantos anos desligados do Brasil por causa do fascismo, aliado ao colonialismo português.

Estendemos o braço sobretudo para a cooperação. Cooperação com as forças políticas do Brasil, cooperação a nível de Estado, com o próprio governo do Brasil. Por isso que a visita desta delegação aqui é um passo positivo, é um começo para construir o futuro, para ligarmos os nossos povos que sempre tiveram ansiedade muito grande de se juntarem e cantarem juntos. Cantando juntos o seu passado, o seu presente. Cantando o seu futuro, perspectivando o seu destino. É esta a mensagem que eu queria transmitir ao povo do Brasil. Que o povo brasileiro soubesse o que nós pensamos, o que nós sentimos e as relações que devem existir entre os nossos países e os nossos povos."



As delegações do PDT e do Frelimo. Fala Samora Machel

El Salvador: um vulcão na América Central



Para a Junta não há guerra civil, mas os combates entre os guerrilheiros e o exército são cada vez mais violentos

□ Um ano após o golpe de estado militar que derrubou o regime do general Humberto Carlos Romero, a situação em El Salvador está longe de se normalizar. É o que se deduz das informações das últimas semanas: as guerrilhas da esquerda salvadorenha intensificam as suas atividades nos 21.000 km² do país.

Apesar da Junta de militares e dirigentes democratas cristãos afirmarem que não existe uma guerra civil, a maioria dos observadores considera que a situação bélica coloca o país à beira desse risco. As promessas dos militares que desferiram o golpe de estado a 15 de outubro de 1979, ainda não foram concretizadas. A reforma agrária, bandeira principal do programa, foi posta em che-

que pelas forças de oposição ao regime, que a classificaram de instrumento de repressão, afirmando que ela tinha um caráter estratégico no sentido militar. "Após um ano de reforma agrária, os militares assassinaram mais de mil camponeses", afirmou a Frente Democrática Revolucionária.

A FDR acrescentou ainda que o plano da reforma agrária não afetou os produtores de café, algodão e cana-de-açúcar que são as principais forças da oligarquia salvadorenha, e só serviu para a criação de aldeias estratégicas ao estilo vietnamita.

No campo das reivindicações trabalhistas, o primeiro aniversário do golpe encontra a Junta

salvadorenha numa crise maior do que a que o governo de Romero enfrentava. Cerca de vinte dirigentes operários estão sendo julgados por um tribunal marcial depois de uma paralisação dos trabalhadores da eletricidade que deixou em junho passado toda a capital salvadorenha sem energia. Várias centenas de quadros sindicais foram eliminados. A Junta viu-se obrigada a militarizar os funcionários do governo, inclusive a introduzir elementos de militarização progressiva em toda a vida sindical do país.

Contudo, talvez o maior problema que a Junta enfrente, seja a unidade da esquerda, concretizada nos primeiros dias de outubro, com o anúncio de que três forças político-militares constituíram um exército único denominado Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). A FMLN nasceu da fusão das Forças Populares de Libertação (FPL), do Partido Comunista Salvadorenho (PCS) e do Exército Revolucionário do Povo (ERP).

Por ocasião do aniversário do golpe, porta-vozes oficiais anunciaram que a pacificação do país está em marcha. Não obstante, as próprias forças militares tiveram que reconhecer a existência de contínuos combates em El Salvador, particularmente no norte que parece ser o palco das mais encarniçadas batalhas entre os guerrilheiros e o exército.

"A esta altura, a Junta não tem capacidade política nem militar para ganhar a guerra que ela mesmo desencadeou", afirmou a FMLN. "Há duas alternativas possíveis — afirma a Frente — a vitória político-militar do movimento democrático ou, se os Estados Unidos decidem intervir com suas tropas, a possibilidade de El Salvador se transformar no Vietnã da América Central."

A morte de Somoza

□ A morte de Anastácio Somoza em Assunção, Paraguai, não foi uma grande surpresa. Odiado não só pelo povo nicaraguense mas também pela maioria dos governos e povos do Terceiro Mundo, ele foi vítima da violência que semeou durante toda a sua vida. Se algo podia caracterizar o homem Somoza era o seu poder absoluto, sua capacidade para concentrar nas mãos da chamada "família real" todo o poder econômico e político, prostituindo tudo o que estava ao seu alcance como meio de manter seu domínio pessoal sobre milhões de pessoas.

Educado para o poder, exercitado desde a sua juventude para a intransigência e o direito feudal sobre todos os nicaraguenses, Somoza nunca acreditou, até a data histórica de 17 de julho de 1979 quando foi deposto, que algum dia poderia perder os seus privilégios de ditador. Mesmo vencido militar e politicamente pelos sandinistas, ele ainda teve esperança de receber um apoio decisivo do seu aliado histórico, os Estados Unidos, para retomar o poder. Derrotado definitivamente, dedicou-se de corpo e alma a uma contra-revolução, enviando dinheiro para seus ex-guardas, para que fustigassem a nova Nicarágua.

Renegado até nos Estados Unidos, Somoza só encontrou refúgio no Paraguai, sob a ditadura de Stroessner. Mesmo assim, vivia no isolamento dos que são odiados pelas atrocidades cometidas, e pelos negócios ilícitos que exigem proteção constante de centenas de guardas de segurança: drogas, tráfico de armamentos, etc.

O povo nicaraguense comemorou com grande festa o justi-

çamento de Somoza em Assunção. A Frente Sandinista de Libertação Nacional divulgou um comunicado oficial sobre o fato, lido publicamente pelo comandante da Revolução e presidente do Conselho de Estado, Bayardo Arce:

"Ao heróico povo da Nicarágua e ao mundo:

A Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação, ao confirmar o justicamento do genocida Anastácio Somoza Debayle se junta ao regozijo nacional do povo de Sandino, que vê cumprido, nesta heróica ação, seu dever e seu anseio de justiça e de vingança popular contra quem foi o responsável pelo assassinato de mais de 100 mil nicaraguenses, deixando o nosso país na miséria e na ignomínia, assassinando Pablo Leal, Adolfo Baez Bonne, Edwin Castro, Ajax Delgado, Casimiro Sotelo, Pedro Joaquim Chamorro, e ordenando o genocídio em Waslala, Esteli, León, Monimbó, Chinandega, Matagalpa, Manágua, Carazo e outras tantas cidades da Nicarágua.

O espírito combativo, abnegado e valente do heróico comandante que justicou o tirano, encarna a implacável voluntariedade do povo de Rigoberto López Pérez. Com esse espírito, seguiremos forjando a pátria de Sandino.

Quatorze meses depois de ter sido imposta a justiça revolucionária e quando completam sete anos da decisão do ditador de mandar fuzilar nossos irmãos Oscar Turcios e Ricardo Morales, Somoza pagou pelo seu crime."

Ao finalizar a leitura, o comandante Bayardo Arce e os membros da Direção Nacional da FSLN gritaram em coro: "Sandino ontem, Sandino hoje, Sandino sempre".

Prêmio Unesco

□ Este ano, o Prêmio concedido anualmente pela Unesco ao país que mais fez em prol da cultura e da erradicação do analfabetismo, foi outorgado à Etiópia. Outros países do Terceiro Mundo já obtiveram também este prêmio, como por exemplo, a Somália e o Iraque, que o ganhou no ano passado.

Em uma vasta campanha nacional iniciada ano passado, aprenderam a ler e escrever na Etiópia mais de seis milhões de pessoas de 10 a 60 anos de idade, em cursos de 240 horas de duração.

Dessa população recentemente alfabetizada, 73% são mulheres. Os cursos de alfabetização, têm-se efetuado até agora em cinco idiomas: ahmara, ooromo, tigre, volaita e somali. Os livros de texto foram editados há pouco nos outros dez idiomas falados na Etiópia, de modo que a campanha abarcará a totalidade da população analfabeta.

A população etíope é de quase 30 milhões de habitantes, dos quais 27 milhões vivem no campo. E na população rural, o analfabetismo está muito disseminado sendo mais difícil de ser combatido. Nas cidades do país vivem cerca de quatro milhões de pessoas das quais, aproximadamente, a metade não sabe ler. No entanto, de acordo com o programa traçado pelo governo, toda a população urbana deverá aprender a ler e escrever até o final do próximo ano. Quanto à campanha no meio rural, ela deverá ser prolongada por algum tempo mais. Esta campanha insere-se no esforço geral para mudar a trágica herança do período do Imperador Hailé Selassié.

Fala Domitila

□ Domitila Barrios de Chungara se tornou conhecida a nível mundial quando, em 1975, participou da Conferência Mundial da Mulher, no México, representando a Bolívia. No seu livro *Se me permitem falar...* elaborado com a educadora brasileira Moema Viezzer, ela conta a sua história de mulher de mineiro e põe em evidência o papel deste setor social na vida política do país mostrando ainda a miséria em que ele vive e a exploração de que é objeto.

O golpe de julho passado surpreendeu Domitila na Europa, não podendo assim regressar ao seu país para se juntar à família e à luta dos mineiros, como teria sido seu desejo. Na Europa, ela declarou que era visível a preparação do golpe. *Em março — disse — desapareceram a carne, o leite, o arroz e muitas outras coisas. Começaram filas enormes. Então, misteriosamente, essas madames de sociedade que nun-*

ca compravam nos mercados populares apareciam por lá dizendo: "o que está acontecendo? No governo do general Banzer não havia filas. E agora, com a democracia só se consegue alguma coisa com todo esse sacrifício". Também colocavam bombas nos lugares mais incríveis: cinemas, restaurantes, e eles culpavam a esquerda, os sindicalistas."



Domitila: acusando Garcia Meza e sendo acusada por ele de "traidora da pátria"

Depois acrescentou: *Nós temos sonhado muito com a democracia, mas é amargo o acordar. Todos os povos latino-americanos aspiram a viver sob um governo que eles tenham escolhido, bom ou mau, mas livremente eleito. Mas, quão frágeis são as palavras, perante as metralhadoras e os tanques, frente às ambições de poder de certos homens.*

Nos diferentes países europeus que visitou, Domitila apelou às forças democráticas a pressionarem os seus governos no sentido de adotarem medidas tendentes a impedir a consolidação no poder do regime do general García Meza.

Recentemente, Domitila foi declarada "traidora da pátria" pela Junta Militar boliviana, num anúncio feito pelo chanceler, general Javier Cerruto. A medida atinge também o presidente eleito Hernán Siles Zuazo, ao vice Jaime Paz Zamora e ao dirigente camponês Genaro Flores.

Peru: agitação social

□ Neste mês de novembro, o novo regime dirigido pelo arquiteto Fernando Belaúnde Terry enfrentará uma prova muito especial: a eleição para a chefia do município de Lima, o cargo mais importante do Peru depois da Presidência da República. Há quatro candidatos que representam as principais forças políticas do país. O arquiteto Eduardo Orrego representa o partido oficial Ação Popular; Richard Amiel, um engenheiro de curta

trajetória política, concorrerá pelo Partido Popular Cristão (PPC), que faz parte da aliança governamental juntamente com a Ação Popular, mas que desta vez preferiu apresentar um candidato próprio; o reitor da Universidade Federico Villareal, Justo de Barbieri, é o candidato do dividido Partido Aprista; e o advogado sindicalista Alfonso Barrantes representará a esquerda que foi derrotada nas eleições passadas devido, em grande parte à sua divisão interna.

O debate eleitoral desenvolve-se em um clima de agitação política e descontentamento social. No campo, recrudesceram os problemas sobre a posse de terras. Animadas pela vitória de

Belaúnde, de centro-direita, os latifundiários começaram a sua mobilização para a recuperação dos seus privilégios perdidos com a reforma agrária do general Velasco Alvarado. São vários os processos adotados, desde o simples desalojamento dos camponeses com a participação de forças policiais, até o encaminhamento à justiça dos cooperativistas por usurpação de terras.

Por outro lado, para que o calendário seja adequado aos "novos tempos", o governo de Belaúnde decidiu suprimir o feriado comemorativo do "Dia da Dignidade Nacional", data celebrada desde 9 de outubro de 1968, quando foi nacionalizado o petróleo peruano.

Coréia do Sul em crise

☐ A condenação pela Anistia Internacional da sentença de morte imposta por um tribunal militar ao líder da oposição sul-coreana Kim Dae-Jung e as graves dificuldades econômicas que atingem o país resumem, hoje, a profunda crise por que passa a Coréia do Sul.

Segundo a Anistia, sob a acusação de conspiração contra o Governo, Kim Dae-Jung foi mantido incomunicável durante três meses numa habitação subterrânea, onde era interrogado até 15 horas por dia, muitas das vezes completamente nu. Disse haver provas de que Kim e outros 23 acusados foram ameaçados e maltratados, sem direito de defesa apropriado. Outro acusado, lee Moon-Young, afirmou ao Tribunal Militar que foi duramente torturado durante o interrogatório.

Em relação à situação econômica do país, o jornal *People's Korea* — semanário que os nor-

te-coreanos residentes no Japão publicam em Tóquio — revela que, ao que parece, "inúmeras fábricas, entre elas as grandes empresas, estão trabalhando somente com 60% da sua capacidade". Informam ainda que o número de desempregados está em torno de dois a três milhões.

O semanário afirma que o primeiro trimestre de '80 acusou uma negativa taxa de crescimento de 4% e a dívida externa da Coréia do Sul chegou a aproximadamente 22 bilhões de dólares, 7 bilhões a mais do que em março de 1979.

Segundo anunciou o Escritório de Planejamento Econômico do país, os créditos estrangeiros de curto e longo prazos alcançaram o montante de 2,5 milhões de dólares até fins de abril deste ano.



Refugiados africanos

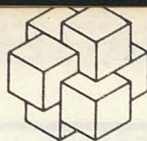
☐ Dale de Haan, alto dirigente das Nações Unidas para os refugiados, na intenção de romper o silêncio dos meios de comunicação em torno do problema dos refugiados africanos e chamar a atenção da comunidade internacional, até agora preocupada apenas com o Sudeste Asiático, afirmou que a atual situação da África é uma praga que está assolando o continente, qualificando-a como "a grande tragédia". Ele disse ainda que esse problema não é novo e que foi até agora completamente ignorado. O Fundo do Programa Geral das Nações Unidas dará 150 mi-

lhões de dólares este ano à África, para ajudar a resolver o grave problema dos refugiados.

É dramática a situação, principalmente no Sudão e no chifre da África. Dale de Haan apresentou alguns dados: 750 mil refugiados na Somália estão em campos administrados pelas Nações Unidas; em Djibuti há entre 30 a 40 mil; no Sudão 500 mil; e um milhão e meio na Etiópia, afirmou. Todos eles são vítimas das lutas políticas e da terrível seca que assola a região. Existem ainda refugiados no Zimbábue que regressaram depois da guerra; mais 100 mil que estão no Cama-

rões oriundos do Chade, entre 35 a 40 mil namibianos em Angola e um número indeterminado em Uganda.

De Haan propôs uma ação internacional que permita reunir fundos suficientes, através de campanhas internacionais, como as que foram feitas em anos passados em favor dos refugiados do Kampuchea. O dirigente das Nações Unidas mostrou-se otimista com o projeto de organizar uma conferência de refugiados africanos, sob a inspiração da Organização de Unidade Africana (OUA) e com o apoio das Nações Unidas.



Os satélites podem detectar quase tudo na Terra, com exceção do petróleo, localizado em camadas muito profundas



Uso e abuso do espaço

A quem interessam os satélites? A única mulher mexicana dedicada à investigação espacial explica porque eles são importantes para o Terceiro Mundo

Cedric Belfrage

Adoutora Ruth Gall fundou em 1962 o departamento de investigações espaciais do Instituto de Geofísica da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), tendo representado o seu país há poucas semanas na reunião do subcomitê técnico e científico do Comitê das Nações Unidas para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (Uncopuos). Nesta entrevista, ela analisa para **cadernos do terceiro mundo** alguns dos problemas da era espacial que mais diretamente afetam os países subdesenvolvidos.

Professora Gall, quantas mulheres trabalham no campo da investigação espacial?

— Apenas meia dúzia o fazem em alto nível. Eu fui a única delegada mulher na recente reunião do Subcomitê de Assuntos Científicos e Técnicos que se realizou na sede das Nações Unidas em Nova York. Seria bom para todos se houvesse mais cientistas espaciais — homens e mulheres — que, como eu, se preocupassem mais com a Terra do que com a vida em outros planetas.

Em 1957, o primeiro *Sputnik* inaugurou a era espacial. No começo da década de sessenta, criou-se o Uncopuos. Foi um parto difícil, já que nem os norte-americanos nem os soviéticos queriam esta "criança". A preocupação principal era a de que uma potência ocupasse a Lua ou Vênus. Desde então, estamos falando sempre sobre o problema (por exemplo, durante a décima sétima reunião anual do subcomitê científico, ocorrida recentemente) e agora giram sobre nossas cabeças mais de dois mil satélites sem que haja nenhum acordo sobre os múltiplos problemas que causam.

Que tipo de problemas?

— Podemos agrupá-los em dois tipos, com um subcomitê para cada um: técnico-científicos e legais. Os problemas legais são tan-

tos e tão complicados que é necessário todo um novo código de legislação internacional. Entretanto, na essência, são polticos... Este é o problema.

Porém todos os países estão de acordo, por exemplo, que a Lua não pertence a ninguém... Chegou-se a um acordo em 1967, de que o espaço exterior é livre para todos.

— Mas o que ganhamos? Temos um espaço aéreo que chega até onde podem chegar os aviões e depois um espaço exterior, a partir da altura mínima em que um satélite pode ser posto em órbita.

É por isso que as Nações Unidas se preocupam tanto com o uso pacífico do espaço exterior?

— Sim. A principal ênfase é dada para os satélites de comunicação. Depois, à busca de recursos naturais — o que denominamos *remote sensing* (visão remota) — e, finalmente, aos satélites meteorológicos e de apoio à navegação. Fotos tomadas por satélites podem detectar lençóis de água subterrâneos, cardumes de peixes, fontes de energia geotérmica e todo tipo de depósitos minerais, com exceção do petróleo, que se encontra em camadas muito profundas. A partir dos satélites, se localizam também as pragas agrícolas, ameaças de contaminação e tormentas. Podem também contribuir para a planificação urbana, os recenseamentos, o controle dos incêndios florestais ou as inundações, entre outras coisas. Ao mesmo tempo, pode-se usá-los na guerra, como se fez no Vietnã, para detectar o inimigo debaixo das árvores, percebendo o calor de seus corpos, uma tarefa que antes realizavam os aviões, correndo o risco de serem derrubados.

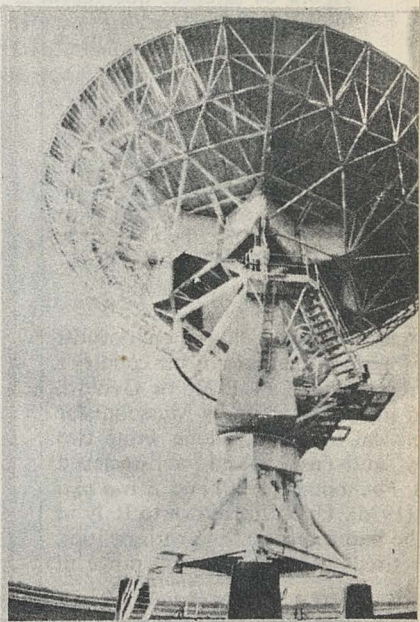
O que representaram para o Terceiro Mundo os satélites de comunicação?

— Eles mudaram totalmente o panorama das comunicações, su-

postamente em benefício da humanidade. Um satélite moderno pode transmitir simultaneamente, por cima dos oceanos ou cordilheiras, mais de doze canais de televisão e 600 chamadas telefônicas. São benéficos, por exemplo, para a Índia (que com um satélite atende todo o país, reduzindo os custos de suas comunicações) ou para a Indonésia, que conseguiu uma intercomunicação fácil entre as suas milhares de ilhas.

O problema não é *como* e *sim* o que transmitir. Os satélites nos inundam de violentos programas de televisão ou chamadas telefônicas desnecessárias. Por outro lado, tornam possível a existência de uma rede mundial de computadores interconectados, que é a base do funcionamento das empresas multinacionais.

A partir do ponto de vista do bem da humanidade, surgem as perguntas: lixo ou conhecimento? Liberdade ou controle? E se houver controle, de que tipo? Se o mundo não se organizar, em breve teremos o caos nas comunicações. E é muito pouco o que todos os governos consi-



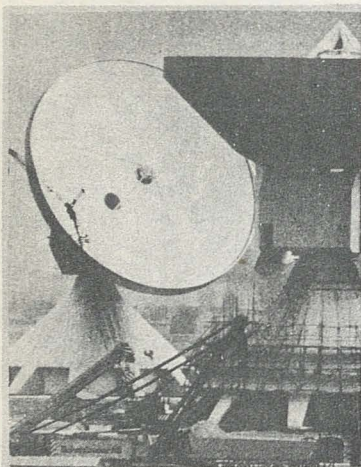
deram unanimemente "apropriado" para os seus telespectadores. Nem sequer os Jogos Olímpicos puderam ser vistos em todos os países.

De acordo com o profundo estudo de Gisbertha Reijnen sobre os aspectos legais do espaço exterior, na agenda dos anos '80 será discutido o problema dos satélites que poderão transmitir diretamente aos televisores domésticos, sem a intermediação de estações receptoras terrestres, o que torna impossível o controle dos governos nacionais sobre as informações que recebem seus cidadãos. Colocam-se, então, sérios problemas de soberania.

Quem paga manda

Mas o levantamento dos recursos naturais beneficia o Terceiro Mundo...

— Quando o levantamento de um país se fazia por terra ou com aviões, era necessário o consentimento do país em questão. Agora os satélites que fazem isso, derivados de satélites espiões — originalmente desenhados para fins militares, com seus sensores



Os satélites são importantes para o Terceiro Mundo. Mas quem pode pagar um?

infra-vermelhos, etc., etc. —, podem sobrevoar qualquer país e obter os dados que queiram, sem que o governo local sequer imagine o que esteja ocorrendo.

O descobrimento de recursos naturais é muito importante para o Terceiro Mundo. Os países desenvolvidos já sabem o que há em seus territórios, os do Terceiro Mundo, não. Mas quem pode pagar um satélite? E dos que podem fazê-lo, quem obtém os dados? E se, finalmente, um país em que foi feito o levantamento obtém a informação, terá dinheiro para explorar os seus recursos? Com firmeza — espero que também com cortesia — eu coloquei em discussão no subcomitê do Uncopuos a questão de que apesar de todas as potências falarem em distribuir "imparcialmente" os dados obtidos nos levantamentos, assim como prometem transmitir a tecnologia aos países mais atrasados, a dependência criada pelo desenvolvimento da tecnologia espacial cresce em vez de diminuir.

Essa dependência é um bom negócio para os países desenvolvidos, principalmente porque os atrasados se convertem em consumidores de seus aparelhos técnicos. Não basta que se convidem técnicos do Terceiro Mundo para participarem de seus seminários. Com isso, não se consegue nada além de alijar ainda mais os países tecnologicamente subdesenvolvidos da conquista da sua independência econômica. Trata-se de uma tecnologia muito especializada e sabemos que a falta de recursos humanos nesta área é um dos nossos principais problemas. Além disso, as tecnologias que se ensinam são demasiado caras para os nossos governos. Mais do que ter bons técnicos, necessitamos de cientistas de alto nível que realmente possam ser ouvidos

por seus governos. Necessitamos de recursos humanos preparados para a mudança social.

Qual foi a sua proposta ao subcomitê?

— Em primeiro lugar, um programa maciço de bolsas de estudo, a cargo das Nações Unidas, para que se consiga um alto nível de treinamento científico, de modo que esses cientistas possam escolher a tecnologia que considerem útil e adaptá-la às condições locais ou recusar uma determinada tecnologia e propor uma alternativa.

Segundo, uma organização internacional, com satélites internacionais para o levantamento de recursos naturais, também sob o controle da ONU.

Tal como as coisas estão agora, a teledetecção de recursos naturais, com todas as implicações políticas e econômicas, está fora de qualquer controle internacional. E em nossa parte do mundo, os satélites de comunicação estão dominados pela Intelsat, uma empresa na qual os Estados Unidos entram com 52% do capital e fornecem 80% do equipamento. A nível mundial, o sistema é controlado pelas duas potências espaciais — ambas obcecadas pela guerra. Na América Latina, somente o Brasil, Argentina e México têm uma infra-estrutura espacial, e apenas o México tem uma relativa independência. Brasil e Argentina têm contratos para desenvolver sua tecnologia espacial com a Nasa e o exército norte-americano. A África não tem quase nada.

A órbita geoestacionária

O que mais discutiu o Subcomitê?

— O perigo dos satélites com cargas nucleares, a agenda da

Conferência Espacial Mundial programada para 1982, e o uso da órbita geoestacionária.

Essa órbita é um anel no espaço, sobre o Equador, no qual os satélites circulam à mesma velocidade que a Terra e por isso permanecem "estacionados" sobre um ponto determinado. Todo o mundo quer pôr seus satélites ali, em especial os de comunicações, já que estando "estacionados" não é necessário "rastrear" com complicadas antenas móveis. Porém, o espaço para estacionar os satélites é limitado e há o perigo de que se produza um "engarrafamento", com alguns satélites atrapalhando outros. Assim, alguns países do Terceiro Mundo situados sobre o Equador têm reclamado a órbita geoestacionária como um recurso natural, sobre a qual deve-

ria haver um controle internacional para que não seja monopolizada pelas grandes potências.

Que resultados concretos se podem esperar do Uncopuos?

— É um pouco frustrante. Minhas propostas, quer dizer, as propostas do México, foram bem recebidas pelos holandeses, porém houve pouca discussão sobre elas. Infelizmente, muito poucos cientistas vão a essas reuniões. Havia um da Índia, um da Bulgária e um da Polônia. Na realidade, os cientistas têm pouca fé nas Nações Unidas e não querem perder tempo. Além disso, são poucos os que têm uma consciência social. Os norte-americanos, os soviéticos e os países da Europa Ocidental mandam *experts* às reuniões. O resto são di-

plomatas que não sabem nada do espaço.

Você está otimista quanto à Conferência Mundial do Espaço de 1982?

— Creio que o México poderá dar uma contribuição. Faremos o possível para que a Conferência "ponha os pés na Terra" e levaremos uma posição sobre muitos problemas: dependência tecnológica, "colonização econômica" via teledetecção, o uso que fazem as multinacionais da tecnologia espacial, a difusão de uma subcultura pela tevê através dos satélites, o problema do treinamento científico de alto nível, o perigo da saturação da órbita geoestacionária... e, em definitivo, a luta para tornar realidade o acordo de 1967 e converter o espaço exterior em um bem verdadeiramente internacional. □

O outro lado da verdade

cadernos do
terceiro mundo

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

☐ Cr\$ 900,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Data ____ / ____ / ____ Assinatura _____

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

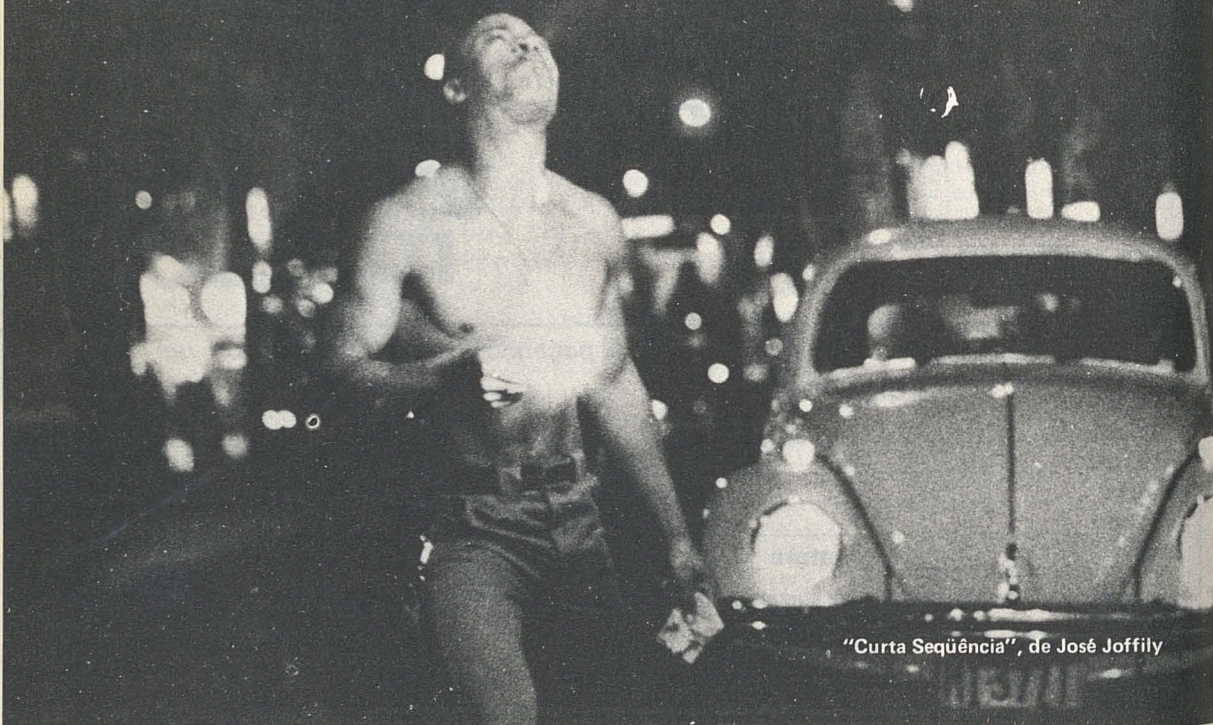
editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

Cinema, um encontro do Terceiro Mundo

*América Latina e África se encontram em Salvador (Bahia)
na IX Jornada Brasileira de Curta-Metragem*

Raquel Gerber



"Curta Sequência", de José Joffily

Estiveram reunidos na IX Jornada Brasileira de Curta-Metragem em Salvador (Bahia) em setembro passado, cineastas e trabalhadores de cinema, do Brasil e do continente latino-americano e África (Moçambique), discutido a *questão audio-visual na formação de nossas identidades nacionais e continentais*. A Jornada teve o patrocínio da Universidade Federal da Bahia, Embrafilme-Funarte, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Bahiatursa-Itamarati, Clube de Cinema da Bahia, Instituto Goethe de Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador.

Sob o lema “Por um mundo mais humano”, a Jornada deste ano teve como objetivo a aproximação e contatos com cineastas de outros países para que se conhecessem as diferentes experiências de produção e se discutissem formas de romper barreiras para a circulação ampla de nossos filmes. A grande questão foi *como viabilizar o intercâmbio comercial da produção dos países que estiveram presentes.*

O mercado internacional do documentário de curta-metragem da América Latina integrou a Jornada, trazendo o México (5 filmes), o Peru (9 filmes), Panamá, Cuba, Chile e Nicarágua, num total de 23 filmes. Entre outros: *Chapopote*, de Carlos Cruz e Carlos Mendoza (México), *Belize Vencerá*, de Pedro Rivera (Panamá), *El Sumisto*, de Nora de Izcue (Peru), *Recado de Chile*, Realizador anônimo (Chile), *Ausde Paso*, de Leonidas Zeygana (Peru), *Las Palabras del Silencio*, de Yiovana Lolarullo (Peru).

Entre os cineastas presentes estavam o chileno Pedro Chaskel (com dois filmes realizados em Cuba, no exílio), o panamenho Pedro Rivera, a peruana Nora de

Izcue e o cubano Santiago Alvarez (79 *Primaveras*). Da Nicarágua, veio Emília del Carmen, diretora do Departamento de Distribuição e Exibição do Instituto de Cinema do seu país. Da África, veio somente Camilo Abranches de Souza (Instituto de Cinema de Moçambique), trazendo dois documentários. Do Brasil, participaram 102 filmes e estiveram presentes vários grupos de cineastas de vários estados (Maranhão, Bahia, São Paulo, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Distrito Federal, Pernambuco, Sergipe, com filmes em Super-8, 16mm e 35mm). Compareceram integrantes de uma geração que se iniciou no Cinema Novo (fins dos anos 50), muitos atualmente ligados à Cooperativa Brasileira de Cineastas.

Multinacionais

Entre muitos participantes estavam: Guido Araújo (coordenador da Jornada), Leon Hirszman (*A Falecida*, São Bernardo), João Batista de Andrade (Associação Paulista de Cineastas), Geraldo Sarno, Roberto Pires, Cosme Alves Neto (Cinemateca do MAM, RJ), Paulo Tiago. O encontro foi bastante estimulante, iniciando-se os debates dos representantes de entidades de cinema e de novos grupos de produção, distribuição e exibição independente no Brasil: Corcina (RJ), Dinafilmes (SP — distribuidora vinculada à Federação Nacional de Cineclubes), Gira Filmes (SP — Produtora), Pedra Prod. (Brasília), Associação Baiana dos Cineastas Profissionais (ABCP), Grupo do Paraná (Cinemateca do Museu Guido Viaro), além dos grupos de trabalho reunidos em torno das ABDs (Associação Brasileira de Documentaristas) dos vários estados.

Os filmes apresentados demonstraram que a quase ausência de intercâmbio cultural e comercial entre as cinematografias do Terceiro Mundo se origina do fato de que nossos mercados estão ocupados por empresas multinacionais monopolistas de cinema, através de cadeias de exibição de cinema e televisão. Para isso, propõe-se o início de uma discussão sobre legislação, a nível de cada país (questão de taxas alfandegárias, mercado compulsório, leis protecionistas para a



aquisição de equipamentos e material virgem, etc).

O cinema sempre foi uma formação adjacente nas sociedades capitalistas e, como tal, foi pouco colocado a uma disposição social mais ampla. Muitas vezes não se percebe que o cinema modela a consciência social, formando hábitos de consumo e criando conceitos de vida, valores e comportamentos.

A importância do encontro de Salvador foi a de detonar um

encontro de culturas, mostrando que não só estamos isolados econômica e politicamente, como também estão nossas culturas, apesar das relações essenciais entre elas. Os participantes de outros países ressaltaram a cinematografia brasileira hoje, como 3ª do Ocidente, por seu *vigor de sobrevivência* diante das cinematografias do continente latino-americano que estão a ponto de *anular-se*. A IX Jornada mostrou o grande interesse que os jovens têm pelo cinema no Brasil.

Como, então, encontrar medidas para romper com o cerceamento imposto às nossas culturas?

Apesar dos avanços em determinados países (como o Brasil, Peru e México, por exemplo), através de legislação que obriga compulsoriamente a *exibição* do produto cultural nacional, a lei cinematográfica é, na verdade, quase uma farsa.

A tônica dos debates entre os realizadores de vários países foi a necessidade de fortalecimento das estruturas alternativas de distribuição e exibição, independentes das situações político-econômicas e sociais diferentes.

Assim, as entidades de cinema do Brasil esperam conectar-se periodicamente com outras da América Latina e África. Para além das grandes diferenças nacionais, os latino-americanos chegaram à conclusão que fazer circular seus filmes é selar nossa integração continental. Nesse sentido, os brasileiros iniciaram ações concretas para superar a sua falta de comunicação com o continente latino-americano. O Brasil sempre esteve isolado neste continente. Na área cultural, as nossas relações se limitam à literatura e à música. Apesar do etnocentrismo da cinematografia brasileira e da predominância da cultura branca ocidental européia, os filmes brasileiros de

curta-metragem exprimiram grande variedade temática e sua procura estética vai em busca das culturas negra e índia, suas filosofias, suas cores, ritmos, e relações com o mítico e o sagrado.

O cinema brasileiro também começa uma aproximação com a África, — agora que os negros do Brasil estão em busca de si mesmos e de sua essência.

Por outro lado, a discussão política não pode estar dissociada da discussão cultural, quando a discussão da política, como no caso do cinema, está nos filmes: na sua linguagem e em sua circulação. Mas, para sua circulação, tem-se que discutir *os filmes*. O que produzimos e para quem produzimos. Além disso, na Jornada formulou-se uma missão para a América Latina no futuro: recuperar sua memória, através do cinema, com o resgate da *Cinemateca do Terceiro Mundo*.

Numa cinemateca, o cinema será uma mensagem viva dos povos através do tempo. Assim, se coloca uma questão ideológica. E isso fica claro na mensagem divulgada pela Cinemateca de Lima: “numerosos e fortes laços nos unem; sobretudo aqueles que nos conduzem pelos caminhos da descolonização cultural e da recuperação de nossa identidade nacional.”

O documento final

Os latino-americanos divulgaram um documento final onde propõem: “Ampla circulação de informações sobre a realidade econômica, social, política e estética de nossas cinematografias através de boletins para facilitar atuações práticas no plano comercial e cultural, intercâmbio cultural e informativo direto entre entidades de classe, organização de mostras itinerantes de cinema latino-americano pelo

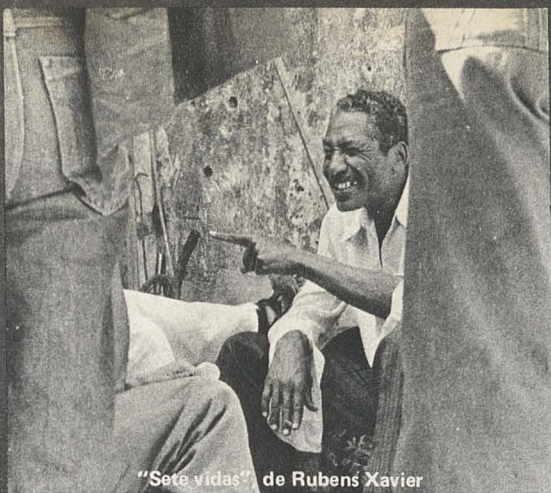
continente, assim como a ativação de circulação rápida dos filmes através de troca de cópias. Necessidade de formular uma legislação especial nas respectivas nações, legislação essa que possibilite a entrada dos filmes latino-americanos a baixos custos nos nossos mercados mútuos, inclusive nos mercados alternativos dos cineclubes. É preciso circulá-los a qualquer preço. É confirmar nossa integração; por fim, ativar a participação quantitativa dos cineastas nos festivais latino-americanos, criando um fundo para isso, tendo como objetivo tornar aglutinadores os festivais de Havana, Cartagena, Jornada da Bahia, festivais de Brasília, Gramado e outros.”

Os filmes

Os filmes trouxeram experiências de produção como a representante nicaragüense com seus “noticiários”, ou a mexicana que, com a presença de Carlos Morantes (Universidade Autônoma do México) trouxe o exemplo de como uma Universidade pode criar cinema para além de suas atividades acadêmicas. O Peru já produz uma média de 60 a 70 curta-metragens anualmente. Pedro Chaskel (*Los Ojos Como De Mi Papá*), narra a experiência de crianças no exílio, dizendo que na boca das crianças está a verdade.

Foram apresentados, também, filmes afro-brasileiros realizados na África e no Brasil: Candido Fernandes e Mohamed Charbagi em *Pourquoi l'Eritrea* e Geraldo Sarno em *Moçambique: Plantar Nas Estrelas*.

Foi pena não haver maior participação africana. De Moçambique, sob o título de *Kuxa Kanema*, uma palavra inventada a partir dos dialetos moçambicanos e que quer dizer “Imagem”, foi exibido um documentário sobre



"Sete vidas" de Rubens Xavier



"O sonho não acabou", de Cláudio Kahns



"Pourquoi l'Ertea", de C. Fernandes e M. Charbagi

o Festival Nacional de Dança Popular de Moçambique, onde se quer demonstrar que na dança há também uma luta ideológica; como forma genuína de cultura popular, dança é resistência.

Em países como Moçambique, o cinema é móvel (caminhões para projeção), mas só passa duas vezes por ano numa mesma aldeia, sendo de difícil compreensão o filme estrangeiro, porque há grande analfabetismo. São proibidos os filmes considerados "reacionários" e pornográficos.

O caso do Brasil

No Brasil, o grande surto urbano-industrial criou um indústria de cinema que não pode se fortalecer num mercado sempre em retração e auto-defensivo em relação ao produto nacional. Por outro lado, o público identificado com a linguagem do cinema estrangeiro vem aceitando muito lentamente o filme nacional. Muito comumente, os filmes de maior sucesso popular se inspiram no padrão estético e de qualidade do filme importado. Mas o público e a indústria cinematográficos têm crescido (100 longa-metragens e uma produção aproximada de 1.200 curta-metragens, anualmente).

O cinema brasileiro ainda hoje está empenhado, assim como no tempo do Cinema Novo, na investigação e na afirmação da cultura brasileira. E os curtos exibidos demonstram que cada cineasta projeta na tela o seu Brasil na busca de si mesmo, de sua região, paisagem e origem, de um outro ritmo interior e exterior — de sua descolonização através da criação cinematográfica.

No encontro afirmou-se que é preciso que o cineasta brasileiro ausculte mais o seu povo, captando e atuando como liberador do seu desejo e da consciên-

cia coletiva, na medida em que a projeta diretamente na tela em seus vários estágios de desenvolvimento. Os filmes precisam se fazer cada vez mais desejáveis para o público. E a produção, distribuição e exibição têm que levar em conta as necessidades comunitárias.

A Embrafilme (Empresa Brasileira de Cinema), apesar de sua vinculação com o Estado, foi defendida pelos cineastas. Mas na Jornada, concluiu-se que o cinema independente tem que fortalecer-se para encontrar novas saídas no Brasil. O Encontro trouxe importantes filmes brasileiros, mostrando a integração homem-natureza com a vida.

Por ser o encontro de diferentes nações e culturas, o Brasil trouxe em seus filmes os ensina-

mentos consagrados nas expressões da cultura negra e índia. Tivemos *Póstuma* (Cretan), de Ronaldo Duque, sobre a morte de Ângelo Cretan, um líder indígena, em Manguelirinha, num momento em que o problema das terras no sul do Paraná é grave; *CPI do Índio*, de Hermano Penna, um documentário que mostra a CPI do Índio interrompida em 1968 pelo Ato Institucional nº 5; *Sete Vidas*, de Rubens Xavier; *O Sonho não Acabou* (Teatro Libertário, de Cláudio Kahns); *Fênix*, de Sílvia Da-Rin (Produção Corcina), que retoma a década de 60 no Brasil; *Parto de Cócotas*, de Cláudio Paciornik, onde o índio do Brasil reensina aos europeus a melhor maneira de nascer; e *O Homem do Morcego*, de Ruy Solberg, que recupera um grande mito do cinema brasileiro: o filme *Limite* e o homem

Mário Peixoto. Foi premiado, pela contundência de sua temática, *Em nome da Razão*, de Helvécio Ratton, filme sobre os porões da loucura, num hospício em Barbacena, onde em nome do poder da razão dominante se provocam cicatrizes no cérebro.

Os cineastas brasileiros encaminharam moções alertando para a necessidade da expressão livre do homem num momento em que surgem mudanças dentro do país.

Afirmou-se no encontro a necessidade de se lutar pelo fortalecimento dos espaços para as imagens e sons da África, Brasil e América Latina, pelas relações entre suas culturas. O primeiro passo em Salvador foi a troca de cópias de filmes entre cineastas de diversos países. □

O saque colonial



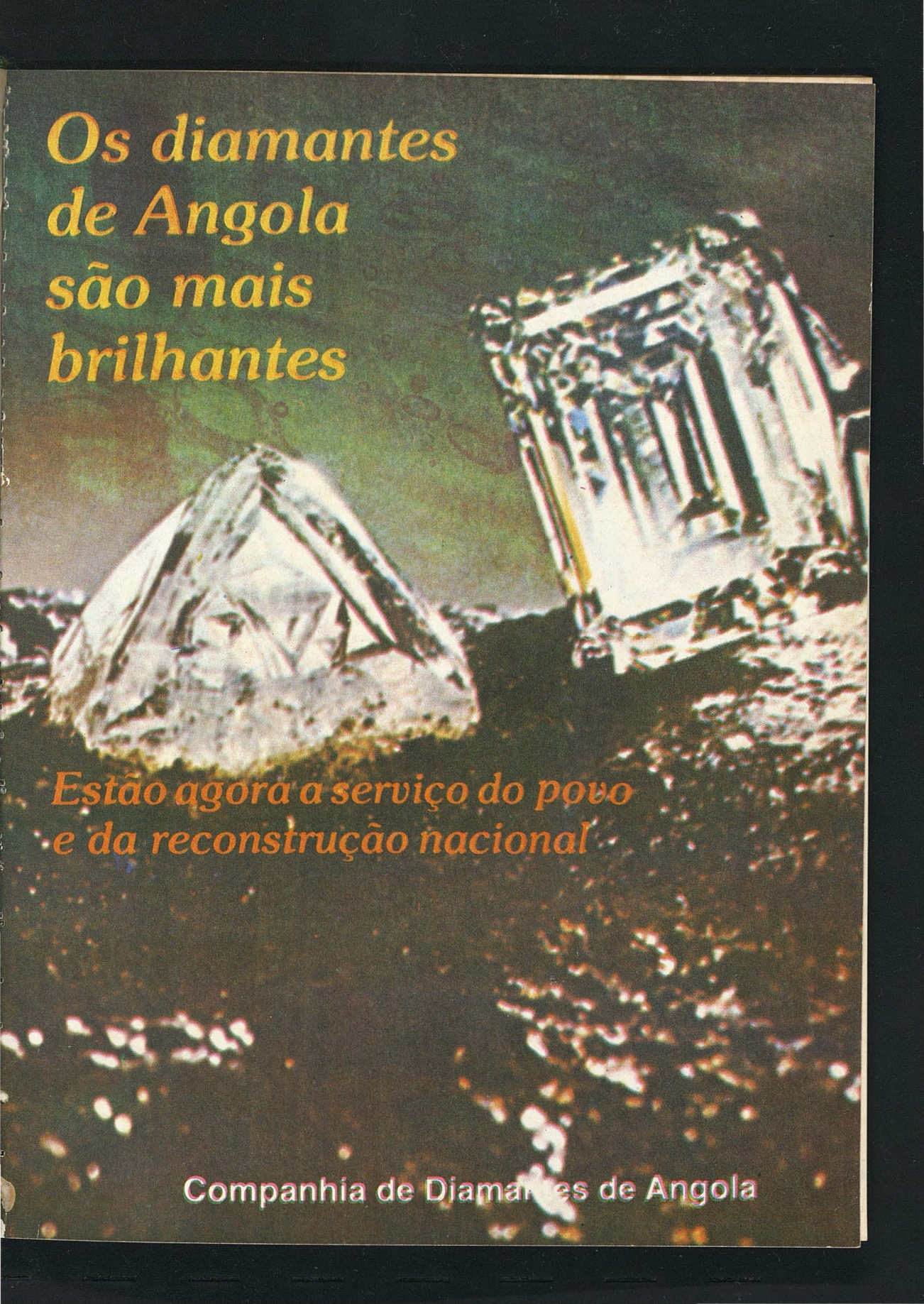
□ Seguramente, os organizadores do encontro para debater a devolução dos tesouros artísticos do Terceiro Mundo em poder dos países desenvolvidos não previam que ele se transformasse em cenário de tão apaixonados debates. A reunião se realizou no *Commonwealth Institute*, em Londres, e reuniu museólogos e especialistas do Terceiro Mundo e dos países industrializados que dividiram entre si os territórios africanos e asiáticos.

O orador mais polêmico foi Reg Vaerney, funcionário do Instituto londrino, que afirmou que não se oporia à devolução dos objetos artísticos mais significativos se os países do Terceiro Mundo pudessem protegê-los. Porém, acrescentou, "eles em geral carecem de estruturas adequadas para mantê-los em boas condições". Também disse que algumas das negociações para a devolução desses objetos eram utilizadas politicamente e que

"esses povos, na verdade, não cuidaram de seus objetos de arte".

O editor da revista *Art Links*, defendendo o direito do Terceiro Mundo de reconquistar suas obras-mestras, afirmou que esses objetos "foram saqueados" e que "a Grã-Bretanha perdeu o império mas não devolveu o que tinha pilhado".

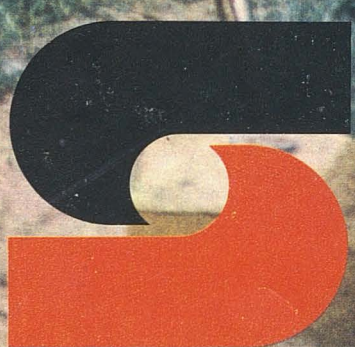
Os especialistas do Terceiro Mundo lembraram que muitas das mais belas e significativas peças dos seus tesouros culturais estão na Europa ou nos Estados Unidos. É comum, ao se visitar museus no Cairo, Bagdá, Lima ou Lagos (citando só alguns exemplos), escutar dos guias a seguinte explicação: "os originais destas peças estão expostos nos museus das ex-metrópoles". Cresce, no entanto, a consciência de que essa situação tem que acabar. E o recente encontro de Londres refletiu claramente essa nova realidade.



*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



***nosso petróleo
onde
é necessário...***

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260